

2018

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

2º Quadrimestre | nº 48 | Avulso €15

Diretor José Cadima Ribeiro



2018

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

2º Quadrimestre | nº 48 | Avulso €15

Diretor José Cadima Ribeiro



Revista Portuguesa de Estudos Regionais

Portuguese Review of Regional Studies

Nº 48, 2018, 2º Quadrimestre

Direção Editorial

José Cadima Ribeiro, Universidade do Minho

Comité Editorial

Adriano Pimpão, Universidade do Algarve

Alejandro Cardenete, Universidad Loyola Andalucía

Ana Lúcia Sargento, Inst. Politéc. de Leiria

António Caleiro, Universidade de Évora

António Covas, Universidade do Algarve

António Figueiredo, Universidade do Porto

António Pais Antunes, Univ. de Coimbra

António Rochette Cordeiro, Univ. Coimbra

Armindo Carvalho, Universidade do Porto

Artur Rosa Pires, Universidade de Aveiro

Aurora Teixeira, Universidade do Porto

Carlos Azzoni, Universidade de São Paulo

Carlos Pimenta, Univ. Federal de Itajubá

Carmen Padín, Universidad de Vigo

Celeste Eusébio, Universidade de Aveiro

Conceição Rego, Universidade de Évora

Eduardo Anselmo de Castro, Univ. de Aveiro

Eduardo Haddad, Universidade de São Paulo

Elias Melchor-Ferrer, Universidad de Granada

Elisabeth Kastenzholz, Universidade de Aveiro

Eva Sánchez Amboage, Univ. Téc. Particular de Loja

Fernando Perobelli, Univ. de Juiz de Fora

Francisco Carballo-Cruz, Univ. do Minho

Francisco Diniz, Univ. Trás-os-Montes e AD

Geoffrey D. Hewings, REAL e Univ. de Illinois em Urbana-Champaign

Hugo Pinto, Univ. de Coimbra (CES) e Univ. do Algarve

Isabel Mota, Universidade do Porto

Iva Miranda Pires, Univ. Nova de Lisboa

João Guerreiro, Universidade do Algarve

João Leitão, Universidade da Beira Interior

João Oliveira Soares, Universidade de Lisboa

Joaquim Antunes, Inst. Politécnico de Viseu

José Freitas Santos, Inst. Politéc. do Porto

José Pedro Pontes, Universidade de Lisboa

José Reis, Universidade de Coimbra

José Silva Costa, Universidade do Porto

Laurentina Vareiro, Inst. Polit. do Cávado e do Ave

Lívia Madureira, Univ. Trás-os-Montes e AD

Manuel Brandão Alves, Univ. de Lisboa

María Magdalena R. Fernandez, Univ de A Coruña

Mário Fortuna, Universidade dos Açores

Mário Rui Silva, Universidade do Porto

Miguel Marquez Paniagua, Universidade da Extremadura

Natasa Urbancikova, Technical University of Kosice

Nuno Ornelas Martins, Univ. Católica, Porto

Oto Hudec, Technical University of Kosice

Paula Cristina Remoaldo, Univ. do Minho

Paulo Guimarães, Universidade do Porto

Paulo Pinho, Universidade do Porto

Paulo Dias Correia, Universidade de Lisboa

Pedro Costa, ISCTE-Inst. Univ. de Lisboa

Pedro Guedes de Carvalho, Univ. Beira Int.

Pedro Nogueira Ramos, Univ. de Coimbra

Peter Nijkamp, Univ. Livre de Amsterdão

Regina Salvador, Universidade Nova Lisboa

Rui Nuno Baleiras, Universidade do Minho

Rui Ramos, Universidade do Minho

Sandra Saúde, Instituto Politécnico de Beja

Teresa Noronha Vaz, Univ. do Algarve

Tiago Freire, University of Canberra

Tomaz Ponce Dentinho, Univ. dos Açores

Valdir Roque Dallabrida, Univ. do Contestado (Canoinhas)

Vasco Reis, Universidade de Lisboa

Xésus Pereira López, Universidade de Santiago de Compostela

Xulio Pardellas de Blas, Univ. de Vigo

Indexação A Revista Portuguesa de Estudos Regionais está referenciada nas seguintes bases bibliográficas

EconLit, *Journal of Economic Literature*, *QUALIS* (2013-2016: Ciências Ambientais=B1; Engenharias 1=B3; Planeamento Urbano e Regional / Demografia=B3), *Scopus* (SJR, 2016 = 0,109; SNIP, 2016 = 0,065) e *Redalyc* (Rede de Revistas Científicas de América Latina, Caraíbas, Espanha e Portugal).

Una comunidad **más** grande en pro del **acceso abierto**



Universidad Autónoma del Estado de México
redalyc@redalyc.org
Síguenos en f y t



Secretariado executivo Ana Luísa Ramos

Propriedade e Edição ©APDR

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional

Universidade dos Açores, Rua Capitão João D'Ávila

9700-042 – Angra do Heroísmo

+351 295 333 329 (telef/fax) • rper.geral@gmail.com

<http://www.apdr.pt/siteRPER/index.html>

Periodicidade Quadrimestral (janeiro; maio; setembro)

Preço Avulso 15€ • Assinatura 30€ (Portugal) e 45€ (estrangeiro)

Impressão Studioprint • **Tiragem** 30 exemplares

Depósito legal 190875/03 • **ISSN** 1645-586X

ÍNDICE

- 5 Modelos Regionais de Governança da Sustentabilidade: Uma Análise às Primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial em Portugal

*Ricardo Cunha Dias
Paulo Castro Seixas*

- 21 Análisis de los Estudios Referentes a los Impactos del Turismo Creativo Indexados en la Base Scopus y WoS

*José Álvarez-García
Claudia Patricia Maldonado-Erazo
María de la Cruz del Río-Rama
María Dolores Sánchez-Fernández*

- 33 The Gloomy Side of Entrepreneurship: Poverty and Entrepreneurship in Portuguese Municipalities

*Bárbara Tibério
Aurora A.C. Teixeira*

- 55 A Sustentabilidade da Educação Enquanto Fator Promotor do Desenvolvimento Local: Reflexões a Partir do Estudo de Caso de um Município do Baixo Alentejo

*Sandra Saúde
Sandra Lopes
Filomena Machado*

- 71 A Contribuição Socioeconômica e Ambiental de um Porto Público e um Porto Privado Para a Região do Entorno do Vale Do Itajaí – Brasil

*Elaine Cristina Arantes, PhD
Adriano Stadler, PhD
Jakson Renner Rodrigues Soares, PhD
Jansen Maia del Corso, PhD*

- 85 Farm Typology and Land Suitability in Terceira Island (Azores:Portugal)

*João Reis
Tomaz Dentinho*

Modelos Regionais de Governança da Sustentabilidade: Uma Análise às Primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial em Portugal

Regional Models of Sustainability Governance: An Analysis of the First Integrated Strategies for Territorial Development in Portugal

Ricardo Cunha Dias

ricardo.daniel.cunha.dias@gmail.com

Mestre em Sociologia e bolseiro de investigação do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – Universidade de Lisboa

Paulo Castro Seixas

pseixas@iscsp.ulisboa.pt

Doutor em Antropologia Urbana, agregado em Sociologia Urbana, professor associado do ISCSP, coordenador da unidade de Administração Pública e Políticas Territoriais e Presidente do Conselho Executivo do CAPP

Resumo/Abstract

O desenvolvimento sustentável tem implícita uma abordagem equilibrada entre as dimensões ambiental, económica e social. Contudo, a mobilização de tal equilíbrio pelas práticas políticas foi sempre um exercício frágil e complexo, constrangido nos processos políticos, por prioridades e agendas conflitantes. Na União Europeia (UE) e em Portugal enquanto Estado-membro, tal influência entre processos e práticas políticas é particularmente pertinente face a um quadro de experimentação da governança multinível como novo paradigma e do território como fator de racionalidade das políticas públicas. Nesse sentido, este texto analisa os modelos regionais de governança da sustentabilidade que decorreram da elaboração das primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDTs) em Portugal para o Ciclo Comunitário 2014-2020.

Sustentando-se metodologicamente na análise de conteúdo às 23 EIDTs, concluiu-se que o desenvolvimento sustentável foi mobilizado em função de três modelos: 1.) um que evidencia a

Sustainable development implies a balanced approach between the environmental, economic and social dimensions. However, the mobilization of such balance by political practices has always been a fragile and complex exercise, constrained at the political processes, by conflicting priorities and agendas. In the European Union (EU) and Portugal as a Member State, such influence between political processes and practices is particularly pertinent in a framework of experimentation of multilevel governance as a new paradigm and territory as a factor of rationality of public policies. In this sense, this paper analyzes the regional models of sustainability governance which resulted from the first Integrated Territorial Development Strategies (ITDS) elaborated in Portugal for the 2014-2020 Community Cycle. Sustaining methodologically in the content analysis at 23 ITDS, it was concluded that sustainable development was mobilized according to three models: 1.) one that demonstrates the logic of territorial cohesion (bottom up projection of

lógica da coesão territorial (projeção *bottom up* dos recursos naturais endógenos); 2.) um que evidencia uma lógica de modernização ecológica (asserção *top down* da Estratégia Europa 2020 em função de maximização de financiamento); e 3.) um híbrido entre os dois primeiros. Procurou-se, segundo estes modelos, contribuir para as políticas públicas, evidenciando discutir a governança da sustentabilidade e estratégias políticas daí decorrentes.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Ambiente; Modernização Ecológica; Coesão Territorial; EIDTs; Política de Coesão.

Código JEL: R58; Q20; Q28; H73.

endogenous natural resources); 2.) one that demonstrates a logic of ecological modernization (top-down assertion of the Europe 2020 strategy in terms of maximizing funding); and 3.) a hybrid between the first two. According to these models, it was sought to contribute to public policies, evidencing the discussion of the governance of sustainability and the resulting political strategies.

Keywords: Sustainable Development; Environment; Ecological Modernization; Territorial Cohesion; ITDS; Cohesion Policy.

JEL codes: R58; Q20; Q28; H73.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, o ambiente tornou-se um problema transversal e o desenvolvimento sustentável passou a configurar um referencial a ter em conta em qualquer visão político-económica. Tendo implícita uma abordagem equilibrada entre uma dimensão ambiental, económica e social, a mobilização de tal equilíbrio pelas práticas políticas tem-se, no entanto, revelado um exercício frágil e complexo, constrangido nos processos políticos por prioridades e agendas conflitantes.

Entre a União Europeia (UE) e Portugal enquanto Estado-membro, tal tensão entre processos e práticas políticas tornou-se particularmente evidente no actual ciclo de programação comunitária (2014-2020) face a um cenário de experimentação da governança multinível como novo paradigma e do território como fator de racionalidade das políticas públicas. Tal cenário significa que a mobilização do desenvolvimento sustentável foi definida em função de processos/práticas cruzadas entre um quadro político-normativo, a Estratégia Europa 2020, e um quadro estratégico-territorial, elaborado sob a forma das primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDTs) em Portugal. Assumindo como pressuposto deste texto que tal mobilização reflete um processo de negociação cruzada entre as prioridades e interesses dos vários atores dos diversos níveis territoriais, entendemos que é pertinente analisar os modelos de governança

da sustentabilidade que resultaram desses novos processos/práticas políticas.

Assim, delimitando a mobilização do desenvolvimento sustentável pelas 23 EIDTs como objeto de estudo, colocaram-se as seguintes perguntas de partida: 1.) *Como foi integrado o desenvolvimento sustentável nos processos/práticas políticas das EIDTs?*; 2.) *Qual/quais o/os modelo/s regionais de desenvolvimento sustentável que resultaram das evidências/práticas políticas?*; e 3.) *Que inferências se podem retirar de tal/tais modelo/s para a governança da sustentabilidade?*

O objetivo principal foi o de analisar as lógicas subjacentes à mobilização do desenvolvimento sustentável adotadas pelas EIDTs para uma abordagem integrada do território. Especificamente, pretendeu-se: i) identificar as configurações/tipos ideais/padrões que resultaram de tal mobilização; e ii.) determinar qual/quais o/s modelo/s de política de desenvolvimento territorial/regional sustentável preconizado em Portugal para o actual quadro de apoio comunitário.

O artigo organiza-se em duas partes. Na próxima, apresenta-se uma revisão sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, modernização ecológica e coesão territorial, discutindo-os no quadro da Política Regional europeia. Na segunda parte, avança-se para a análise às 23 EIDTs, apresentando, primeiro, o *corpus* e a justificação das opções metodológicas, e depois, os resultados alcançados, evidenciando discutir a governança da sustentabilidade

de e modelos daí decorrentes.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA: O PAPEL DA GOVERNANÇA NA OPERACIONALIZAÇÃO DESTES REFERENCIAIS

O desenvolvimento sustentável foi popularizado pelo Relatório Brundtland como "the development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs" (WCED, 1987: 56). Pressupondo a possibilidade de uma relação positiva entre economia e ambiente, a ênfase colocada na relação futura entre 'necessidades' e 'limites', sem apresentar um qualquer sistema de prioridades, tornou a subsequente interpretação do conceito ambígua e pouco precisa (Redclift, 1993; Wilbanks, 1995; Drysek, 1997).

Uma abordagem que se tornou comum é a de pensar o desenvolvimento sustentável como um 'stock de capital' (material, humano e natural) a manter ao longo do tempo. Polarizada em defensores de um 'stock total de capital', que entendem que pode existir substituíbilidade entre os vários capitais, e em defensores de um 'stock constante de capital', que consideram que abaixo de certos limites críticos determinados componentes do capital natural não são substituíveis (capital natural crítico), estas perspectivas têm sido diferenciadas como sustentabilidade "fraca" e "forte" (Pearce, 1993), consecutivamente.

A dificuldade de definir objectivamente tais limites críticos em função das sinergias e *trade-offs* possíveis entre capitais, tem substanciado o debate sobre a necessidade de se considerar as percepções sociais na sua definição (Pelenc, Ballet & Dedeurwaerdere, 2015). Esta questão ganha expressão directa no aumento da consciência sobre a importância de envolver os decisores políticos com a academia, os cientistas, os sectores económicos, ONGs e da população em geral em todas as etapas do ciclo das políticas públicas.

Visível na centralidade de que a noção de governança se foi revestindo na abordagem adoptada pelas Nações Unidas (Seixas, 2014), a evolução conceptual e política do desenvolvimento sustentável tem acompanhado um processo de transformação político institucional mais amplo que decorre desde a década de

90. Resposta à fragmentação institucional e à diluição da soberania dos Estados-Nação face à crescente exposição aos desafios da globalização, tais mudanças tiveram como resultado a transferência de poder político para níveis transnacionais e subnacionais que, favorecendo novos fluxos relacionais entre diversos actores e grupos sociais, levaram à passagem de um paradigma de governação (*government*) para um de governança (*governance*) (Hill, 2004). Tal passagem caracteriza-se pela relevância adquirida pela natureza multinível e territorial dos processos políticos, em que as funções tradicionais do Estado, sustentadas numa visão hierárquica e de comando e controlo, foram, em muitos casos, substituídas por novos arranjos flexíveis envolvendo atores públicos e privados, baseados em processos horizontais e colaborativos de coordenação e de tomada de decisão (Dallabrida, 2015).

No caso concreto da UE, o processo de incorporação do desenvolvimento sustentável nas transformações da estrutura político-institucional expressou-se na tentativa de se lidar positivamente com as questões ambientais em domínios políticos associados. Mol (1995) caracteriza tal processo como seguindo uma trajetória normativa que dá pelo nome de modernização ecológica.

Originalmente apresentado nos trabalhos dos sociólogos Joseph Huber e Martin Jänicke para descrever a política ambiental preventiva que surgiu nos anos 80 nos países da Europa Ocidental, o termo foi desenvolvido como uma teoria de mudança social e uma estratégia política. Segundo Mol (1999), o seu principal pressuposto é o de que os problemas ambientais podem ser tratados dentro da actual ordem socioeconómica e política através de mais modernização, desde que num quadro de reestruturação que institucionalize, a par da racionalidade económica, uma racionalidade ambiental.

Gouldson e Murphy (1996: 14) identificam quatro pressupostos recorrentes desta abordagem: a) ambiente e economia podem ser sinergicamente combinados com a intervenção governamental; b) os objectivos da política ambiental devem ser integrados noutras áreas políticas; c) devem ser exploradas medidas políticas alternativas e inovadoras; e d) é essencial a invenção, inovação e difusão de novos tipos de tecnologias limpas. Por sua vez, Gibbs (1998: 6) sintetiza as linhas da modernização ecológica como programa político:

i.) compensação por danos ambientais e a utilização de tecnologias adicionais para minimizar os efeitos da produção e consumo no ambiente; ii.) foco na alteração dos processos de produção e consumo, através do uso de tecnologias limpas e de avaliação económica; e iii.) desmantelamento e desindustrialização das economias e uma transformação para unidades de pequena escala e uma relação mais estreita entre produção e consumo.

Apesar da modernização ecológica ser considerada a estratégia adotada para as políticas de desenvolvimento sustentável na UE, o enfoque que coloca nas soluções tecnológicas e de mercado levou a que esta seja geralmente entendida como uma abordagem “fraca” à sustentabilidade. Neste sentido, autores com o Blühdorn (2001), Baker (2007) e Sezgin (2013) vêem nesta solução uma forma da UE utilizar o desenvolvimento sustentável como um discurso/retórica que permite compatibilizar a gestão ambiental com os objectivos de base do Projecto Europeu associados a uma integração económica de cariz neoliberal.

Ao nível da política regional, ou Política de Coesão, na qual as estratégias de crescimento da UE se expressam junto dos Estados-Membros, tem também sido defendido o potencial da modernização ecológica como programa operacional (Gibbs, 1998; Roberts, 2001; O'Neill, 2007). A análise realizada por Argüelles e Benavides (2014) aos programas regionais no período 2000-2006 revelou, porém, pouca influência entre os princípios deste conceito e as estratégias definidas na maioria das regiões estudadas, sendo as regiões mais desenvolvidas a seguir mais de perto tais princípios.

Estes resultados levantam uma questão fundamental sobre a possibilidade desta abordagem ser utilizada pelos actores industriais como um discurso para legitimar os seus interesses económicos e, desse modo, continuar a dominação e destruição do meio ambiente (Christoff, 1996; Baker, 2007). Nesse sentido, também nesta perspetiva os processos de governança têm sido entendidos como cruciais para uma versão “forte”/reflexiva (Hajer, 1992; 1995; Christoff, 1996), funcionando a participação pública e o controle democrático como um mecanismo de regulação dos interesses individuais em prol dos colectivos.

2.1. A Coesão Territorial como Novo Paradigma de Desenvolvimento Europeu

Como referido, a adopção do desenvolvimento sustentável na UE foi paralelo a um processo de mudanças político-institucionais que é necessário enquadrar ao nível da evolução das visões de desenvolvimento do espaço europeu. Telegraficamente, a intensificação da globalização nos anos 90, revelou que o modelo diagnosticado da Europa do “Pentágono”¹, com um único centro a competir no mercado global, estava a ter custos in comportáveis na coesão das regiões periféricas (Seixas, 2012).

Face a este reconhecimento, o modelo diagnosticado deu lugar ao modelo desejado de uma Europa policêntrica/com múltiplos centros de competitividade, de coesão social e de sustentabilidade (Seixas, 2012). Não possuindo a Comissão Europeia (CE) competências formais ao nível do ordenamento do território, a construção de uma visão estratégica partilhada para o desenvolvimento europeu implicou colocar em prática políticas e estratégias ao nível da política territorial da UE (Ferrão, 2002; 2003; 2010; Seixas, 2012). Este processo iniciou-se com a produção do *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC, 1999), e tais estratégias foram concebidas com a Agenda Territorial da UE (2007, e a sua revisão em 2011) e pela Estratégia Europa 2020 (European Commission, 2010), e culminou com a adopção do princípio da coesão territorial (Tratado de Lisboa) como novo paradigma de desenvolvimento do espaço europeu (Santinha & Marques, 2012; Santinha, 2014).

Apesar de não existir ainda uma definição consensual, é geralmente aceite que este princípio vem dar corpo à necessidade de uma abordagem de desenvolvimento regional harmonioso e equilibrado que integre competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental (European Commission, 2008; EEA, 2010; Medeiros, 2016). No quadro do desenvolvimento pretendido, isto tem implicado que os Estados-Membros coloquem a ênfase no potencial endógeno de cada região como meio de se projectarem de forma ascendente (*bottom up*) no contexto europeu (Santinha & Marques, 2012). Tem significado ainda o reforço da ‘governança multinível’, entenda-se, da coordenação estratégica, integração de polí-

¹ Metáfora espacial para o conjunto das metrópoles de Londres, Paris, Hamburgo, Munique e Milão.

ticas e articulação de actores dos diversos níveis territoriais, paradigma inerente ao *Livro Branco sobre a Governança Europeia* (Comissão Europeia, 2001) e ao princípio da subsidiariedade. Ao nível da Política de Coesão, tal paradigma traduziu-se em novas exigências em termos da coerência, eficácia e eficiência da aplicação dos fundos pelos Estados-Membros, que se tornaram particularmente evidentes no Ciclo Comunitário 2014-2020.

A concepção de território como construção sociocultural e política e como capital territorial subjacente à adoção da coesão territorial significa que o ambiente pode ser configurado como um fator de mais-valia competitiva quando pensado do ponto de vista da sua atratividade territorial, desde que sujeito a critérios de sustentabilidade. Todavia, dado que a incorporação do desenvolvimento sustentável nas estratégias regionais reflecte um processo conflitual de negociação cruzada entre vários níveis territoriais, os processos de governança na elaboração de tais estratégias são cruciais para que tal mobilização promova territorialmente os compromissos relativos à sustentabilidade face a um contexto mais global. Entendemos, por isso, que as configurações que resultaram da elaboração das EIDTs, enquanto novas práticas políticas que concretizam todo este processo de negociação em cascata, configuram a melhor abordagem para aferir e discutir os actuais modelos de governança do desenvolvimento regional sustentável.

3. METODOLOGIA

Com o objectivo de analisar a mobilização do desenvolvimento sustentável pelas EIDTs, o *corpus* de análise foi constituído pelo material documental das 23 EIDT produzido pelas Entidades Intermunicipais (EIs), Áreas Metropolitanas (AMs) e Comunidades Intermunicipais (CIMs), em Portugal para o presente quadro de apoio comunitário. Este material é de consulta pública e está disponível na internet.

No alinhamento da programação dos fundos europeus para o actual ciclo, as EIs (NUTS III) foram identificadas pelo Portugal 2020 como a escala privilegiada para a coordenação e articulação entre os vários atores dos diversos níveis territoriais. Sustentando a persecução dos obje-

tivos da Estratégia Europa 2020 (Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo), as EIDTs configuram documentos estruturados de carácter político (respondem às orientações da UE e que são critério à alocação dos fundos comunitários) e estratégico (de orientação da coerência das intervenções territoriais ao nível das NUTS II, NUTS III e local). A pertinência da presente análise sustenta-se, assim, a três níveis: *i.*) na novidade destas práticas políticas para a programação em cascata no quadro da governança multinível europeia; *ii.*) pela introdução de um conjunto de novos instrumentos de política pública de base territorial que a sua operacionalização implica²; e, por último, *iii.*) pelo contexto recente de consolidação do estatuto das EIs (AMs e CIMs) enquanto regiões administrativas (Lei 75/2013) que ainda é necessário avaliar.

Face aos objetivos de pesquisa, sustentamos metodologicamente na análise de conteúdo às 23 EIDTs, técnica que nos pareceu mais adequada tendo em conta a sua tradição na análise descritiva e inferencial de conteúdos comunicacionais de tipo político. Na aplicação da técnica, foi utilizada a análise categorial, procurando-se construir um sistema de categorias baseado na inferência dos resultados, incidindo assim, na sua vertente qualitativa. O objetivo foi o da desmontagem da forma como foram relacionadas uma dimensão social, económica e ambiental nas EIDTs, procurando identificar os elementos articuladores mobilizados e a lógica/racional subjacente.

Relativamente à codificação, as unidades de análise foram recortadas em função da palavra e do tema e as unidades de enumeração foram resultado da presença ou ausência de ocorrências com significado analítico. Ao nível da categorização, optamos por um sistema de classificação semântico a partir de um procedimento designado por ‘milha’ (Bardin, 1977: 119). Isto significa que o sistema de categorias resultou da classificação progressiva dos elementos à medida que se desenrolou o processo de investigação sendo ditado pelos contornos do *corpus*. Destaca-se, em tal processo, o jogo alternado ente o indutivo e o dedutivo a que tivemos de recorrer de forma transportar as inferências para o enquadramento e os objectivos de pesquisa.

² ITI – Investimentos Territoriais Integrados; DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária; e AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável.

4. APRESENTAÇÃO DO DADOS

Em termos conceptuais, procurou-se traduzir a mobilização do desenvolvimento sustentável nas EIDTs a partir dos elementos pelos quais estas novas práticas políticas, cruzando as orientações da Estratégia Europa 2020 e o diagnóstico territorial, relacionaram uma dimensão ambiental (variável independente) com a dimensão económica e social. Em função da aplicação da análise de conteúdo às 23 EIDTs, obtivemos os indicadores apresentados no Quadro 1. que evidenciaram um padrão de dupla hélix entre: a) medidas que relacionam valorização/proteção ambiental com rentabilização económica; e b) medidas de mitigação dos problemas ambientais e de incremento da resiliência socioambiental. Tal processo caracterizou-se a partir de duas grandes categorias de análise.

Na primeira categoria, que denominamos de sistémico-territorial, verificou-se que: *i.)* no relacionamento entre competitividade económica e sustentabilidade ambiental, o turismo foi mobilizado como principal elemento articulador, seguido pela fileira agrícola e alimentar, a fileira florestal e a economia azul (água, rios e mar); *ii.)* a relação inversa (ambiente-economia) é mobilizada, sobretudo, em função da atratividade que o património natural e, especialmente, das áreas protegidas e classificadas, em sinergia com o património cultural, restantes recursos endógenos e requalificação urbana, pode dinamizar numa ótica de captação de residentes, visitantes e empresas; *iii.)* é também função da imagem regional que tal qualidade ambiental pode projetar interna e exteriormente (dinamizado como estratégia de *marketing* territorial e como fator de internacionalização); *iv.)* estas sinergias são ainda mobilizadas na relação com uma dimensão social como fator de reforço da identidade regional; *v.)* e como fator de qualidade de vida (criação de emprego; etc.).

Na segunda, denominada tecno-ecológica, verificou-se que: *i.)* a produção de energia renovável é mobilizada como fator de competitividade económica e proteção ambiental, destacando-se a produção de energia hidroelétrica e eólica e, de forma complementar, a biomassa e solar; *ii.)* a otimização da eficiência energética e na utilização dos recursos como fator de mitigação dos problemas ambientais, mormente, associadas à modernização dos edifícios e equipamentos públicos e habitação, mas tam-

bém às empresas, infraestruturas e serviços ambientais básicos e aos transportes e mobilidade. Estas medidas aparecem num quadro de redução das emissões de CO₂; *iii.)* ainda para as empresas, o incentivo a mudanças para processos produtivos mais “verdes”, designadamente, para a aposta em soluções tecnológicas inovadoras a serem desenvolvidas em parceiras com as Universidades; e por último, *iv.)* a prevenção e gestão de riscos naturais, industriais e tecnológicos, como medida complementar de incremento da resiliência socioambiental num quadro de adaptação às alterações climáticas.

Assim, enquanto na categoria sistémico territorial, o foco foi colocado em relações de sinergia e de interdependência entre as várias dimensões do desenvolvimento sustentável; na tecno-ecológica, o foco foi colocado em soluções tecnológicas na otimização da eficiência energética e da utilização dos recursos. Seguindo tal padrão, inferimos os seguintes modelos:

1) um que evidencia a lógica da coesão territorial na elaboração das estratégias e metodologias; em que a sustentabilidade do capital ambiental é mobilizada como centralidade do desenvolvimento territorial desejado; remetendo para as possibilidades de sinergia entre ambiente, economia, e sociedade a partir do seu carácter distintivo, da sua atratividade e potencial de projetar e afirmar a região de forma ascendente (*bottom up*);

(casos: Tâmega e Sousa; Região de Aveiro; AML; Alto Alentejo; Baixo Alentejo; e Algarve);

2) outro que evidencia a lógica da modernização ecológica; sobressaindo uma asserção *top down* das orientações e metodologias da Estratégia Europa 2020 para o Crescimento Sustentável; com o enfoque a ser colocado nas soluções tecnológicas para a transição para uma economia com hipocarbónica; e na otimização da eficiência na produção de energia e utilização dos recursos e na prevenção e gestão dos riscos como forma de mitigar as alterações climáticas;

(casos: Cávado; AMP; Região de Leiria; Oeste; Viseu Dão e Lafões; Beiras e Serra da Estrela; e Beira Baixa);

3) e um terceiro, híbrido entre os dois primeiros; destacando-se a mobilização da produção de energias renováveis como uma forma coerente de ligar medidas de valorização/rentabilização e preservação com os recursos endógenos naturais e medidas para a

Quadro 1. Mobilização do desenvolvimento sustentável nas EIDTs (unidades de enumeração)

			Norte								Centro								L	Alentejo						A
			Litoral			Interior					Litoral				Interior					L	Interior					
Categorias	Indicadores	Articuladores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
Sistémico-Territorial	Competitividade Territorial como Factor de Valorização e Protecção Ambiental	Turismo	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x	
		\	x					x			x	x					x	x		x					x	
		Fil. Agrícola	x				x				x	x						x			x					x
		Fil. Alimentar	x								x	x			x						x		x			
		Economia Azul	x				x					x			x						x					x
	Valorização e Protecção Ambiental como Factor de Atractividade Territorial	Recursos Endóg.	x				x	x	x	x	x	x	x						x		x			x		x
		Património Natural	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					x	x	x	x	x	x	x	x
		Áreas Protegidas e Classificadas	x	x			x				x			x	x				x							x
		Património Cultural	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x					x	x	x		x	x	x	x
		Requal. Urbana			x	x				x		x	x				x		x	x	x			x	x	
	Valorização e Protecção Ambiental como Factor de Internacionalização		x	x			x			x	x								x	x	x	x				
	Valorização e Protecção Ambiental como Factor de Identidade Territorial		x			x				x	x			x	x				x	x				x		
	Sinergias entre Ambiente e Economia como Factor de Qualidade de Vida						x	x			x					x			x	x				x		
Tecnológico	Produção de Energias Renováveis como Factor de Competitividade Territorial e Protecção Ambiental	Hidroeléctrica	x				x	x	x		x		x				x		x							
		Eólica	x				x	x	x		x		x								x					
		Solar	x					x									x		x					x		
		Biomassa	x					x			x	x	x		x		x	x	x					x		
		Marés	x																							
		Bioenergia																						x		
		Não Específica				x									x											
	Optimização da Eficiência Energética e da Utilização dos Recursos como Factor de Valorização e Protecção Ambiental	Edifícios e Equip. Públicos e Habit.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
		Empresas	x	x	x						x		x			x	x	x	x		x			x	x	x
		Serviços Ambientais Básicos	x	x	x	x	x			x		x	x			x	x		x				x		x	x
		Transportes e Mobilidade Sust.			x	x						x	x	x			x	x	x	x	x				x	x
	Processos Produtivos mais Verdes como Factor de Protecção Ambiental		x													x			x							
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais, Industriais e Tecnológicos		x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x	x	x				x	x	x

(Norte) 1. Alto Minho; 2. Cávado; 3. AM Porto; 4. Alto Tâmega; 5. Ave; 6. Terras de Trás-os-Montes; 7. Tâmega e Sousa; 8. Douro; (Centro); 9. Região de Aveiro; 10. Região de Coimbra; 11. Região de Leiria; 12. Oeste; 13. Viseu Dão e Lafões; 14. Beiras e Serra da Estrela; 15. Beira Baixa; 16. Médio Alentejo; (Lisboa) 17. AM Lisboa; (Alentejo) 18. Alentejo Litoral; 19. Lezíria do Tejo; 20. Alto Alentejo; 21. Alentejo Central; 22. Baixo Alentejo; (Algarve) 23. Algarve

transição para uma economia hipocarbónica; mas que também uma forma menos coerente em que algumas EIDTs, apesar de adotarem uma visão e objetivos que remetem para a lógica da coesão territorial, acabam por cir-

cunscrever as suas intervenções a ações que remetem para uma modernização ecológica.

(casos: Alto Minho; Alto Tâmega; Ave; Terras de Trás-os-Montes; Douro; Região de Coimbra; Lezíria do Tejo; Médio Tejo; Alentejo Li-

toral; e Alentejo Central).

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sobre o modelo que evidencia a lógica da coesão territorial, conclui-se que a mobilização seguida expressa, sobretudo, uma relação virtuosa entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável e a dinamização das atividades turísticas. Isto acontece porque a gestão do território enquanto destino turístico, leva a introduzir medidas para equilibrar a sustentabilidade dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, definidas em função da consciência de possíveis incompatibilidades entre objetivos de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Quanto ao modelo que evidencia a lógica de uma modernização ecológica, parece certo que as medidas são mobilizadas mimetizando as orientações dos níveis territoriais acima, sendo uma explicação possível tal asserção ser entendida como uma forma de maximizar as possibilidades de projetos a serem financiados. Ainda que tal se verifique na maioria das EIDTs, há uma tendência para que sejam as regiões com maiores carências básicas a adotar esta lógica, sendo que são também estas as que mais necessidades têm de ser financiadas. Isto é também óbvio no modelo híbrido, com parte das EIDTs a adotarem uma visão e objetivos que remetem para a lógica da coesão territorial, acabando, porém, por circunscrever as suas intervenções a projetos que remetem para uma modernização ecológica. Isto contraria os resultados do estudo de Argüelles e Benavides (2014) de que seriam as regiões mais desenvolvidas a seguir mais de perto uma modernização ecológica, ainda que as razões não tenham que ver com o caráter de tal estratégia. Veja-se o exemplo da AMP ao reconhecer que:

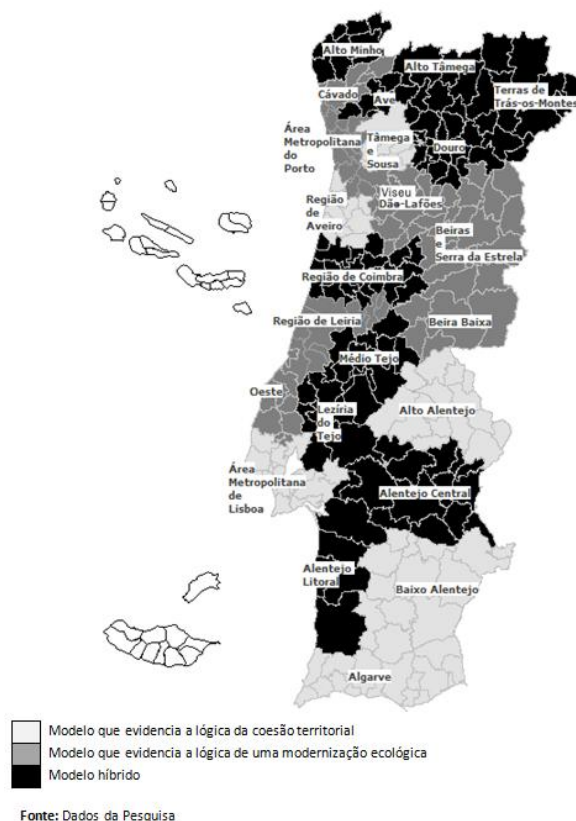
“na adoção como Objetivos Estratégicos para a AMP os Objetivos Temáticos definidos pela União Europeia para o próximo ciclo de programação dos fundos estruturais, decisão que, não obstante condicionar a estratégia, garante a coerência com a Estratégia Europa 2020 ampliando as possibilidades de financiamento das intervenções propostas” (AMP 2020, 2014: 22).

Assim, o que aqui parece estar em causa nestes modelos, não é o caráter mais ou menos adequado das medidas, mas sim a metodologia da programação em cascata, ou seja, os novos processos e práticas políticas, que parece condicionar grande parte das EIDTs a uma asserção vertical das medidas da UE em função da maximização das possibilidades de financiamento³.

Neste sentido, tais modelos traduzem, desde logo, retóricas e práticas políticas dissonantes que, por sua vez, remetem para vários cenários e problemáticas/leituras possíveis. Tal qual está planeado nas EIDTs, e dado que estamos a falar de estratégias, um primeiro cenário parece ser o que resulta do mapeamento destes 3 modelos (Fig. 1.). A leitura deste mapa em função dos outros níveis territoriais revela aparentemente um *cenário descoordenado*, quer ao nível nacional, quer das regiões-plano (NUTS II), e que se relaciona com outras leituras que têm claras implicações no quadro da programação em cascata europeia. Uma delas é a direção do processo de regionalização em Portugal, levantando interrogações como “qual o papel das AMs e CIMs em tal processo?” ou, “qual a relação entre as EIDTs com a municipalização e as regiões-plano?” e, “até que ponto estas entidades em cascata se podem confundir no futuro num sistema integrado de desenvolvimento nacional e europeu?” Tais questões que decorrem de territórios que, ao nível europeu, se esperam de políticas (*place base policies*), mas que, na prática, nem sequer configuram territórios políticos. Este é o caso das AMs e CIMs que apesar de terem visto o seu estatuto de regiões administrativas consolidado com a Lei 75/2013, não tem legitimidade política direta uma vez que não tem governos eleitos por sufrágio universal.

³ Isto coloca um cenário em que pode acontecer uma EI, sem qualquer estratégia, por apresentar mais intervenções que subcrevem a programação em cascata, ser financiada, e uma outra EI, com uma boa estratégia, mas sem intervenções deste tipo, não obter qualquer financiamento.

Figura 1. Mapeamento dos Modelos de Desenvolvimento Sustentável Adotados por Região



6. REFLEXÕES FINAIS

As formas de mobilização do desenvolvimento sustentável pelas novas práticas políticas cruzadas entre níveis e actores territoriais na UE estão ainda longe de poder ser consistentemente analisadas. Partindo da nossa análise às primeiras EIDTs em Portugal, a lógica de fundo subjacente aos modelos aferidos pode, no entanto, ser avançada para ajudar a entender parte do que está em causa com os novos processos e práticas de negociação em curso.

Não obstante o carácter de cada modelo, parece certo que grande parte das EIDTs circunscreve as suas intervenções a medidas apresentadas pelos níveis territoriais acima em ordem de aumentar as possibilidades de projectos financiados, sendo esta uma lógica de fundo. Quanto às inferências que se podem retirar para a governança da sustentabilidade, ainda que as EIDTs tivessem sido elaboradas em processos de governança (a montante), tal questão do financiamento é um sério constrangimento (a jusante) à capacidade de se exercer

uma governança multinível efetiva⁴ com reflexos na estratégia resultante. Ou seja, não seguindo o diagnóstico territorial, não é claro que tais estratégias sirvam realmente outro propósito que não o de maximizar os projectos a serem futuramente financiados. Isto coloca em causa, não só a possibilidade destas estratégias incluírem nas suas intervenções uma perceção alargada dos limites que são aceitáveis entre sinergias e *trade-offs* territoriais, como os mecanismos de controlo sobre interesses individuais que tal envolvimento possibilitaria deixam de existir. Tal limita, à partida, uma qualquer abordagem “forte” à sustentabilidade, independentemente do quadro político-normativo da UE para o desenvolvimento sustentável.

Ora, como o mapa que apresentamos (Fig. 3) é uma realidade dinâmica, é natural que haja na prática uma aproximação destas regiões

⁴ A construção destas estratégias como um processo invisível (de bastidores), que não permite, por isso, reflexividade (e *accountability*). Deste modo os ganhos não serão coletivos, mas em função de interesses individualizados. Os cientistas sociais deveriam aqui poder acompanhar a elaboração destas estratégias como observadores.

através de processos de reflexividade. Desse modo, cada um dos 3 modelos alcançados configura um cenário alternativo possível, na medida em que este mapa do país pode tender para se aproximar a qualquer um dos três conjuntos de lógicas identificadas. Assim, tais modelos/cenários configuram estratégias sínteses que podem servir para tentar prever, e em conformidade, apresentar orientações para a programação pós-2020:

Cenário 1.: Este cenário corresponde ao mapa tal qual está planeado nas EIDTs e representa uma mobilização do desenvolvimento sustentável descoordenada e pouco coerente ao nível nacional e das regiões plano. As lógicas de mobilização subjacentes, ainda que possam evidenciar um processo de *experimentação-ajustamento-aprendizagem*, são condicionadas pela necessidade de maximizar as oportunidades de financiamento comunitário. Tal significa que os processos de governança multinível a montante das EIDTs acabam por ser constrangidos e esvaziados a jusante por intervenções que seguem uma lógica de asserção *top down* e que a realidade do território (desafios e oportunidades) passa a ter pouca importância, servindo apenas como retórica para legitimar o financiamento.

Este cenário pode funcionar para maximizar possibilidades de projetos financiados, mas não beneficia a coerência e eficiência das intervenções na aplicação dos fundos. Isto condiciona uma governança multinível efetiva e consequentemente um desenvolvimento integrado ao nível nacional e europeu. Tem ainda claras implicações ao nível da governança da sustentabilidade, impossibilitando uma qualquer abordagem “forte”.

Cenário 2.: Este mapa do país pode tender para se aproximar ao conjunto de regiões que subscrevem a lógica de uma modernização ecológica. O resultado seria um país que aposta fortemente nas soluções tecnológicas e na ecoeficiência, dando-se, ao mesmo tempo, um aprofundamento dos condicionamentos do primeiro cenário. Isto configuraria um modelo de desenvolvimento que poria em causa uma abordagem integrada do território e de qualquer possibilidade de projeção *bottom up* no quadro do modelo europeu implícito ao paradigma da coesão territorial.

Cenário 3.: Este mapa do país pode tender para se aproximar ao conjunto de regiões que subscrevem lógicas híbridas. A coerência das intervenções seria aqui possível, em particular, pela mobilização da produção de energias renováveis enquanto fator de desenvolvimento. No entanto, este cenário facilmente potenciaria que algumas EIDTs apresentassem retóricas e práticas dissonantes entre o diagnóstico territorial, a visão, estratégias e objetivos e as intervenções ao nível dos projetos.

Cenário 4.: Este mapa do país pode tender para se aproximar ao conjunto de regiões que subscrevem a lógica da coesão territorial. O desenvolvimento sustentável seria aqui mobilizado a partir de um quadro estratégico-territorial negociado entre os diversos atores dos vários níveis territoriais em função das heterogeneidades do território, apresentando intervenções coerentes com tal quadro. Este cenário possibilitaria uma mobilização (*bottom up*) do ambiente como fator de desenvolvimento territorial sujeito a critérios de sustentabilidade decorrentes dos processos de governança na sua definição (*place based e people based policies*). As medidas tecno-ecológicas seriam aqui mobilizadas de forma complementar. Tal cenário subscreveria e contribuiria para o modelo de desenvolvimento europeu desejado.

Por fim, este estudo abre vários caminhos de pesquisa, a saber: a.) confirmar, ou não, as inferências de uma lógica de fundo nas EIDTs que visa a maximização dos projetos financiados como o principal racional na definição das intervenções; b.) desenvolver ferramentas metodológicas que permitam avaliar o sucesso das estratégias definidas em função da lógica do modelo de desenvolvimento sustentável subjacente por região; e ainda, c.) desenvolver a relação entre tais modelos de desenvolvimento e a governança da sustentabilidade, em particular, no que aos processos de participação horizontal diz respeito. Estamos em crer que em função de tais processos investigativos podemos apresentar contributos válidos para melhores práticas políticas regionais de desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA

AP2020 (2014), *Acordo de Parceria Portugal 2014-2020*.

Argüelles, Margarita & Benavides, Carmen (2014), "Analyzing How Environmental Concerns are Integrated in the Design of the EU Structural Funds", *European Planning Studies*, Vol. 22, No. 3, pp. 587-609.

Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

Baker, Susan (2007), "Sustainable Development as Symbolic Commitment: Declaratory Politics and the Seductive Appeal of Ecological Modernization in the European Union", *Environmental Politics*, 16(2), pp. 297-317.

Beck, Ulrich, Giddens, Anthony & Lash, Scott (1997), *Reflexive Modernization Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Palo Alto, Stanford University Press.

Blühdorn, Ingolfur (2001), "Reflexivity and self-referentiality: on the normative foundations of ecological communication", *Critical Studies*, 16, pp. 181-201.

Camagni, Roberto (2009), "Territorial capital and regional development", in Capello, R., Nijkamp, P. (Eds.), *Handbook of Regional Growth and Development Theories* (pp. 118-132), United Kingdom, Edward Elgar Publishing Limited.

Christoff, Peter (1996), "Ecological modernisation, ecological modernities", *Environmental Politics*, 5(3), pp. 476-500.

Dallabrida, Valdir Roque (2015), "Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática." *Análise Social*, 215, 1 (2.º), pp. 304-328.

Dryzek, John (1997), *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*, Oxford, Oxford University Press.

EEA (2010), "The territorial dimension of environmental sustainability - Potential territorial indicators to support the environmental dimension of territorial cohesion", EEA Technical Report, n.º. 9, Copenhagen.

European Commission (1999), *ESDP. European Spatial Development Perspective. Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*, European Communities, Luxembourg.

European Commission (2008), *Green Paper on Territorial Cohesion. Turning territorial diversity into strength*, Communication from the Commission to the Council, the European Parliament.

European Commission (2010), *Europe 2020 - a strategy for smart, sustainable and inclusive growth*, Communication from the commission, 3.3.2010, Brussels.

Ferrão, João (2002), "Policentrismo e Coesão Territorial: um novo papel para as "regiões"?", *Revista Europa - Novas Fronteiras*, 12, pp. 31-35.

Ferrão, João (2003), "A Emergência de Estratégias Transnacionais de Ordenamento do Território na União Europeia: Reimaginar o Espaço Europeu para Criar Novas Formas de Governança Territorial?", *GeoInova*, 7, pp. 11-37.

Ferrão, João (2010), "Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma Governança Territorial Eficiente, Justa e Democrática", *Prospetiva e Planeamento*, Vol. 17.

Gibbs, David (1998), "Ecological Modernization: A Basis for Regional Development?", Paper presented to the Seventh International Conference of the Greening of Industry Network 'Partnership and Leadership: Building Alliances for a Sustainable Future', Rome 15-18 November 1998.

Gouldson, Andrew & Murphy, Joseph (1996), "Ecological modernisation and the European Union", *Geoforum*, 27, pp. 11-21.

Hajer, Maarten (1995), *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernisation and the Policy Process*, Oxford, Oxford University Press.

Hill, Michael (2004), *The Public Policy Process*, Harlow, Pearson.

Medeiros, Eduardo (2016), "Territorial Cohesion: An EU concept", *European Journal of Spatial Development*, n.º 60, pp. 1-30.

Mol, Arthur (1995), "The Refinement of Production: Ecological Modernisation Theory and the Chemical Industry", Netherlands, Koninklijke Bibliotheek: The Hague.

Mol, Arthur (1999), "Ecological modernisation and the environmental transition of Europe: between national variations and common denominators", *Journal of Environmental Policy and Planning*, 1(2), pp. 167-181.

Olivieri, Alejandro (2012), "A Teoria da Modernização Ecológica e a Mudança Climática", *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, Ano 3, n.º7, pp. 33-54.

O'Neill, Kate (1997), "Ecological Modernization or Regulatory Convergence?"

Recent Trends in the Environmental Policies of EU Member States”, Paper prepared for presentation at the Annual Meeting of European Community Studies Association, Seattle May, 28-Jun 1, 1997.

Pearce, David (1993), “Measuring Sustainable Development”, United Kingdom, Earthscan.

Pelenc, Jérôme, Ballet, Jérôme & Dedeurwaerdere, Tom (2015), “Weak Sustainability versus Strong Sustainability”, Online publication of the Brief for GSDR. .

Redclift, Michael (1993), “Environmental Economics, Policy Consensus and Political Empowerment”, in K. Turner (Org.), *Sustainable Environmental Economics and Managements*, pp. 106-119, London, Belhaven Press.

Roberts, Peter (2001), “Incorporating the environment into structural funds regional programmes: Evolution, current developments and future prospects”, *European Environment*, 11(2), pp. 64–74.

Santinha, Gonçalo & Marques, Teresa (2012), “A integração do princípio de Coesão Territorial na agenda política: o caso português”, *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 2, pp. 215 -244.

Santinha, Gonçalo (2014), “O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de

desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes”, (EURE) *Revista de Estudios Urbano Regionales*, Vol. 40, nº119, pp. 75-97.

Seixas, Paulo Castro (2011), *Urbanismo, cultura e globalização em Portugal: Modelos analíticos e de desenvolvimento territorial*, Urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), v. 3, n. 1, pp. 55-75.

Seixas, Paulo Castro (2012), “Políticas e Modelos de Desenvolvimento Territorial na Europa e Portugal”, *Revista Paranense de Desenvolvimento*, nº122, pp. 147-175.

Seixas, Paulo Castro (2014), “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: A primeira Política Pública Global do Antropoceno” *Revista Científica Monfragüe*, Vol II, nº 2, abril, pp. 191-213.

Sezgin, Z. (2013), “Ecological Modernization at the Intersection of Environment and Energy”, *International Journal of Energy Economics and Policy*, Vol. 3, pp. 93-101.

WCED (1987), “Our Common Future”, Oxford, Oxford University Press.

Wilbanks, Thomas (1994), ““Sustainable Development” in Geographic Perspective”, *Annals of the Association of American Geographers*, 84(4), pp. 541-556.

Análisis de los Estudios Referentes a los Impactos del Turismo Creativo Indexados en la Base Scopus y WoS

Analysis of the Studies Regarding the Impacts of Creative Tourism Indexed in the Scopus and WoS Base

José Álvarez-García

pepealvarez@unex.es

Department of Financial, Economics and Accounting
University of Extremadura, Cáceres (Spain)

Claudia Patricia Maldonado-Erazo

cpmaldonado1@utpl.edu.ec

Department of Hospitality and Tourism - UTPL
Universidad Técnica Particular de Loja, Loja (Ecuador)

María de la Cruz del Río-Rama

delrio@uvigo.es

Department of Business Organisation and Marketing
University of Vigo, Ourense (Spain)

María Dolores Sánchez-Fernández

msanchezf@udc.es

Department of Analysis and Business Management
University of A Coruña, A Coruña (Spain)

Resumen/ Abstract

El turismo creativo puede tener impactos positivos y negativos en las localidades donde se desarrolla que pueden afectar tanto al ámbito social, ambiental y cultural. En este contexto, el objetivo principal del presente trabajo es identificar la investigación científica que aborda los Impactos del Turismo Creativo. La metodología empleada es el análisis bibliométrico aplicado a la producción científica desarrollada hasta el momento entorno a esta modalidad. Para la identificación del material bibliográfico se emplea una metodología de rastreo con búsqueda avanzada de términos en las bases de datos internacionales Web of Science (WoS) y Scopus. Como resultado se creó una base de datos integrada por 19 artículos. Del análisis, se des-

Creative tourism can have positive and negative impacts in the localities where it is developed, which can affect both the social, environmental and cultural spheres. In this context, the main objective of the present work is to identify the scientific research that addresses the Impacts of Creative Tourism. The methodology used is the bibliometric analysis applied to the scientific production developed until the moment around this modality. For the identification of the bibliographical material a methodology of search with advanced search of terms is used in the international databases of Web of Science (WoS) and Scopus. As a result, a database consisting of 19 articles was created. From the analysis, it is clear that the interest in this

prende que el interés por este tema entre la comunidad científica es muy reciente, el primer artículo sobre esta temática es del año 2007 y es a partir, del año 2015 cuando se observa un incremento sustancial de trabajos en este ámbito. Los investigadores que abordan mayoritariamente este tema pertenecen al Reino Unido, China y Taiwán. En definitiva, esta temática esta poco explorada, las investigaciones se centran en el análisis de casos de estudio, a través de los cuales se esquematiza los efectos identificados y las acciones implementadas para su mitigación.

Palabras Clave: turismo creativo, impactos del turismo creativo, creative city, análisis bibliométrico.

Código JEL: M10, R11

topic among the scientific community is very recent, the first article on this subject is from 2007 and it is from 2015 onwards that there is a substantial increase of works in this area. Researchers who mainly address this issue belong to the UK, China and Taiwan. In short, this topic is little explored, the research focuses on the analysis of case studies, through which the effects identified and actions implemented for mitigation are outlined.

Keywords: Creative tourism, impacts of creative tourism, creative city, bibliometric analysis.

JEL codes: M10, R11

1. INTRODUCCIÓN

La industria turística en la actualidad adquiere un papel protagonista dentro del sector económico llegando a representar el 9,8% (7,2 billones de dólares) del PIB mundial para el 2015, siendo este el sexto año consecutivo en el que se observa crecimiento en su aportación (World Travel & Tourism Council, 2016). El turismo provoca un efecto positivo al permitir el ingreso de divisas, generación de empleo y aumento de oportunidades de negocios que contribuyen al crecimiento y desarrollo económico de la población. Sin embargo, no todo son beneficios, también se observan efectos negativos que afectan al ámbito social, ambiental y cultura, provocados por la transformación de los espacios y de la localidad derivados del desarrollo del turismo (Knafou, 1999).

En este sentido, las implicaciones derivadas de la introducción de la actividad turística varían en función del extremo en que esta es vivida. Por ello, investigadores como Hasani, Moghavvemi y Hamzah (2016), Andereck, Valentine, Knopf y Vogt (2005), Perdue, Long, y Allen (1990) coinciden en establecer que los actores que participan del intercambio de recursos observan como positiva esta actividad, pero aquellos que absorben los costos del intercambio tendrán un criterio negativo hacia esta.

Autores como Smith y Brent (2001) mencionan que los actores implicados en la actividad turística y la comunidad local, se cuestionan si la introducción del turismo ha representado para ellos “una bendición o un tizón”, quedando el análisis de esta cuestión en manos de los académicos, quienes son los que pueden establecer y caracterizar esta situación. El surgimiento de esta duda, se fundamenta en que la actividad turística dispone de dos perspectivas entre los actores. Para unos, esta actividad es un beneficio económico -al generar divisas-, social -al permitir un aumento de la participación de los miembros de la localidad- y ambiental -al establecer estructuras para el aprovechamiento de los recursos que posee la localidad-. Lamentablemente para otros, esta representa un acto negativo al ser un catalizador de la tensión social, es una actividad de concentración de recursos económicos entre las familias que se benefician de los ingresos económicos y un fenómeno de destrucción de los espacios turísticos de la localidad.

Recientemente, la creatividad ha tomado fuerza dentro de distintas industrias, pero en el caso del turismo en particular, se ha observado como una herramienta que brinda ventajas a la localidad que la emplea (Florida, 2002; Brouder, 2012) y permite minimizar los efectos negativos del turismo. Por ello, el turismo creativo se ha constituido en una modalidad que toma importancia dentro de la comunidad

científica tras su surgimiento en los años 90 (Mazarrasa, 2016:197).

Este tipo de turismo permite un proceso de integración del turista en la localidad visitante, incentivando actividades que lo conviertan en un miembro más de la comunidad (UNESCO, 2006a; UNESCO, 2006b; Richards & Raymond, 2000). Por otro lado, los productos de naturaleza estandarizada no siempre satisfacen a los consumidores actuales, lo que motiva a los prestadores de servicios a la integración creativa de dinámicas distintas que permitan reformular lo estático del turismo para dar el primer paso a la producción de experiencias (Richards, 2003), hecho que coloca a la creatividad en un papel protagonista y da origen al turismo creativo.

Teniendo en cuenta las aportaciones de Woosnam desde la “Teoría de la solidaridad emocional”, que argumenta la posibilidad de desarrollar un comportamiento compartido entre los residentes y turistas si estos interactúan al mismo nivel dentro de las actividades planificadas, se observa que este comportamiento desarrolla una mayor comprensión de la cultura y de la localidad, fortaleciendo así la relación entre estos (Woosnam, Norman, & Ying, 2009), lo que permite la obtención de efectos positivos a través la dinámica que promulga el turismo creativo (Brouder, 2012).

Entre las evidencias, se puede mencionar como la integración de esta modalidad abre la posibilidad de revitalizar la ciudad, atraer nuevos negocios e industrias, y promover la participación de los gobiernos en la explotación del potencial creativo de las localidades (Arandjelovic, 2015). Además, permite aumentar la interacción entre los turísticos y prestadores turísticos, hecho que mejora las condiciones del destino al trabajar el capital social que está siendo subutilizado, permitiendo que el turismo creativo se convierta en un catalizador del desarrollo local (Hurriyati & Sofwan, 2015).

Sin embargo, el surgimiento de escenarios positivos y de beneficio no descarta la posibilidad de que broten elementos negativos que afecten a estos. Es inevitable apreciar la existencia de estudios relacionados con la destrucción creativa de las localidades, de acuerdo con Barnes y Hayter (1992:650), “la destrucción engendra creación la cual a su vez produce destrucción”. Como es conocido, Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) fue el primero en acuñar originalmente el término, y es quien

desarrolla una gran trayectoria en el análisis de esta actividad turística, llegando a establecer un modelo compuesto por tres variables: la inversión empresarial, el consumo o mercantilización del patrimonio, y la destrucción del idilio de la localidad (Mitchell, 1998). A partir de este modelo se han podido establecer una serie de efectos dentro de las localidades. En este sentido, se resalta que los procesos de capitalización de los recursos provocan dentro de estas localidades desequilibrios, por un lado, al generar una capacidad superior a la que pueden abastecer y por otro, resquebrajando la dinámica social llevando a la generación de una tensión entre los residentes (Mitchell, 2013; Halpern & Mitchell, 2011).

Con una trayectoria de 20 años (Maldonado-Erazo, Álvarez-García, & Del Río-Rama, 2016:88) esta temática dispone de enfoques académicos muy variados, pero en cuanto a los efectos que esta modalidad genera no se han identificado trabajos que los aborden en profundidad. Esta nueva modalidad turística, al igual que otras tantas, ha generado efectos concretos en distintos ámbitos (paisajes y habitantes) donde se integra, así como, dentro de los propios turistas que ejecutan esta experiencia (Osorio, 2014). Aunque la literatura en torno al Turismo Creativo es reducida es posible encontrar estudios enfocados en abordar la influencia positiva y negativa de esta modalidad.

En relación a la influencia positiva, destaca su capacidad de integrar a diversos actores de la con el fin de conseguir una regeneración creativa de la ciudad y al mismo tiempo, facilitar nuevos vínculos económicos que logran reposicionar la cadena de valor de lo cultural (Richards, 2014). Esto refuerza lo planteado por Sepe y Di Trapani (2010) quien observa que a partir de la integración de esta modalidad se consigue una mayor participación e integración de la comunidad, lo que permite consolidar la identidad y sostenibilidad del destino.

En la misma línea, Donaldson, Spocter, Du Plessis y Van Niekerk (2012) establecen que esta modalidad se conjuga como un elemento de gran potencial para fomentar la integración regional, que se refleja en un crecimiento económico que contribuye en la regeneración de poblaciones deprimidas. Por su parte, Innantananon, Somtrakool y Koseyayotin (2011) afirman que la inserción del turismo creativo influye en una mayor valoración de la cultura y tradiciones. En este sentido, el

fomento de las artes es un enfoque para el desarrollo integral de la comunidad (Phillips, 2004).

Sin embargo, los estudios sobre turismo creativo no solo han identificado impactos positivos sino también negativos. En este sentido, hay trabajos de investigación que abordan la influencia negativa de esta actividad, donde se destaca que aunque beneficio económico que se obtiene de su práctica es significativo, no se puede negar que el aprovechamiento excesivo del mismo ha llevado en ciertos casos a una sobreexplotación de los recursos, desviándose del propósito principal que es la integración del turista y la comunidad (Mitchell, 1998). Por tanto, en estos trabajos se observa que el proceso de destrucción creativa, no siempre avanza de igual forma en cada caso que se analiza, pero si reafirman que la situación se agrava a medida que se intensifican las inversiones y el número de turistas, sin las necesarias medidas de regulación (Qun, Mitchell, & Wall, 2012; Bei Huang, Wall, & Mitchell, 2007). Así, Mitchell (2013) afirma que el avance en el deterioro de la dinámica comunitaria dentro de las localidades y la mercantilización de la cultura tiende a presentar una mayor destrucción dentro de localidades grandes, mientras que en localidades pequeñas sus efectos no son tan nocivos. Se puede ver de forma más detallada los impactos en la tabla 7.

Es inevitable la creación y desarrollo de estas consecuencias e impactos dentro de las localidades en las que se introducen la actividad turística, pero es algo fundamental por parte de la comunidad científica el estudio de estos, estableciendo la necesidad de encontrar mecanismos que minimicen los efectos negativos y contribuyan a acentuar los efectos positivos generados (Archer, Cooper, & Ruhanen, 2005; Brida, Monterubbianesi, & Zapata-Aguirre, 2011).

En este contexto, el objetivo principal del presente trabajo de investigación es identificar la investigación científica que aborda los Impactos del Turismo Creativo. La metodología empleada es el análisis bibliométrico aplicado a la producción científica desarrollada hasta el momento entorno a esta modalidad. Para la identificación del material bibliográfico se emplea una metodología de rastreo con búsqueda avanzada de términos en las bases de datos internacionales Web of Science (WoS) y Scopus.

El presente artículo se estructura en cinco secciones. Después de la introducción en la que se contextualiza el tema y se plantea el objetivo de la investigación, en la segunda y tercera sección se expone la metodología de trabajo y se recogen los resultados obtenidos. Finalmente, en la última sección, se plasman las conclusiones y limitaciones del trabajo efectuado.

2. METODOLOGÍA

Para abordar el objetivo planteado, se aplica como metodología de trabajo el análisis bibliométrico de carácter exploratorio-cuantitativo. Este análisis es una técnica que permite integrar y aplicar diversos procesos matemáticos y estadísticos (Spinak, 1996:2), que se apoyan en indicadores bibliométricos caracterizados por su soporte en normas internacionales, hecho que los coloca como las medidas con mayor objetividad y fiabilidad para el estudio de la investigación académica (Campbell, et al., 2010). Los indicadores pueden clasificarse en: de actividad (evolución de las publicaciones, productividad, dispersión, colaboración, etc.) o de impacto (documentos más citados, factor de impacto, etc.) (Escorcia-Otálora & Poutou-Piñales, 2008:237). Estos contribuyen a evaluar e interpretar con mayor profundidad el rumbo que la producción científica nacional o internacional está siguiendo hasta el momento (Raisig, 1960:1418).

Para la selección de bases se tuvo en cuenta la facilidad de acceso a la información, el número de artículos indexados dentro del área de conocimiento estudiada, el número de revistas científicas, y por último, la relevancia dentro de la comunidad científica (Índices de Calidad Relativo). Así, las bases de datos seleccionadas son Scopus del grupo Elsevier y Web of Science (WoS) de Thomson Reuters, consideradas ambas como las principales bases de datos internacionales. Esta selección nos permite asegurar la validez del análisis bibliométrico, ya que como afirma Bonilla, Merigó y Torres-Abad (2015) esta depende en gran parte de la representatividad de la actividad científica en la misma.

El rastreo de los documentos se realizó por medio de búsquedas avanzadas de términos: experiences AND creative tourism, impacts AND creative tourism, effects AND creative tourism, experiences AND impacts AND crea-

tive tourism. En el caso de Scopus se desarrollaron dentro del campo de “Article Title, Abstract, Keywords”, mientras que en WoS se efectuaron en el campo “Tema”. Las búsquedas fueron limitadas al campo de tipo de documento “Artículos”, puesto que esta tipología se caracteriza por reducir el tiempo de espera para la divulgación de la información, aumenta el acceso a la literatura científica del mundo en general (Frank, 2006:1553) y, sintetiza la información lo cual es una de las contribuciones más valiosas dentro del ámbito científico (Goldschmidt, 1986:215).

Como resultado de la búsqueda se creó una base de datos en el software Excel de Microsoft-Office de 25 artículos, indexados 16 en Scopus y 9 en WoS. Asimismo, se identificaron 6 artículos en común entre las bases, por lo cual la base final de trabajo se constituyó con 19 artículos únicos.

3. RESULTADOS

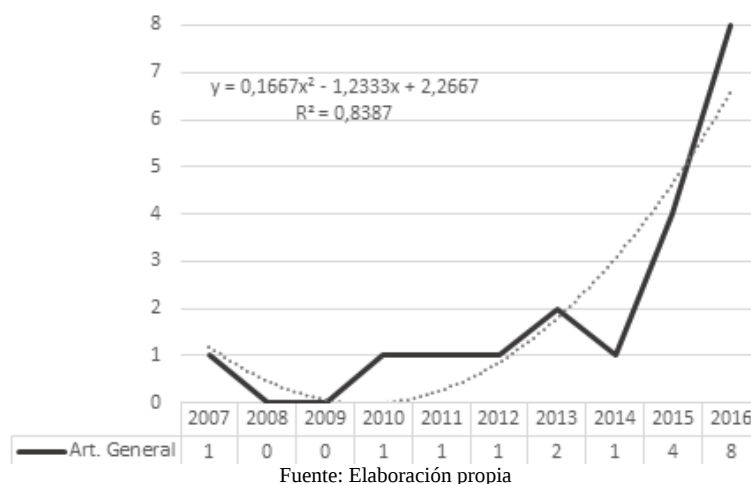
3.1 Documentos

La trayectoria de la temática se extiende a lo largo de 10 años, de 2007 a 2016 (Gráfico

1). El primer artículo identificado se registra en el año 2007 en WoS, mientras que en Scopus el primer artículo recogido es del año 2010. El año de mayor productividad es 2016 tanto para Scopus (8) como para WoS (5).

La línea de evolución de acuerdo con López López (1996) representa las fases de comportamiento que atraviesa la producción científica con el tiempo, en este caso se puede observar dos momentos muy marcados. El primero la “fase de precursores” entre 2007 a 2014, donde la elaboración es mínima y la producción es de 0,9 artículos/años y el segundo momento es la “fase de crecimiento exponencial” de 2015 en adelante, donde el número de publicaciones comienza a aumentar, 6,0 artículos/años. Este comportamiento en el crecimiento de la producción, se ve sustentado por la Ley de Price, que afirma que tras una trayectoria de 10 a 15 años el nivel de información generada se ve duplicada, lo cual supone un crecimiento exponencial en la información. La curva de tendencia polinómica que muestra un buen ajuste con un $R^2 = 0,8387$ permite observar una tendencia de crecimiento importante en los próximos años (Gráfico 1).

Gráfico 1. Tendencia en las publicaciones sobre impactos del turismo creativo



3.2 Autores

Un total de 34 autores son responsables de la elaboración de los 19 artículos identificados, donde destaca que el 100% de ellos tan solo han contribuido con un único artículo, estableciendo un índice de productividad por autor de 1,00 artículos. Como complemento para el

análisis de los autores Lotka en 1926 desarrolla el Índice de Productividad Individual (PI) que representa $PI = \log N$, es decir se constituye en el logaritmo decimal de la productividad individual de cada autor (Lotka, 1926). A través de este índice se clasifica a los autores en tres niveles. Tras observarse una producción mínima entre los autores de esta temática, estos se

categorizan en el primer nivel o pequeños productores por poseer una sola publicación y un Índice de Lotka igual al 0 (Tabla 1). Adicionalmente se resalta que el Índice de transitoriedad es de 100% dentro de esta temática.

Con un escenario donde todos los autores están al mismo nivel de producción, la forma de establecer un ranking entre estos es por medio del Índice h, mismo que cuantifica la

notoriedad que tiene la producción del autor, al tomar h un valor igual o mayor a 0, tras dividir el total de artículos con el número de citas que han percibido sus publicaciones hasta el cálculo del mismo (Hirsch, 2005). Por consiguiente, el autor con mayor relevancia en Scopus es Wang, Y. con $h = 24$, mientras que en WoS es McCarthy, J. con $h = 12$.

Tabla 1. Autores más productivos

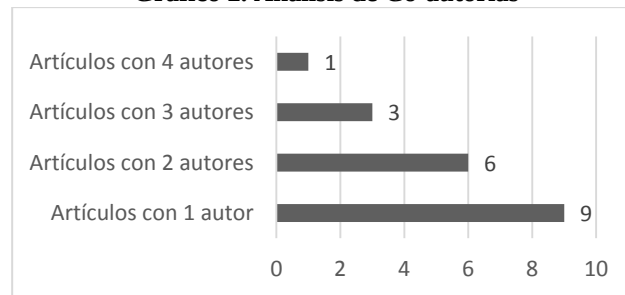
Scopus				WoS			
Autor	Nº. Artículos	Índice de Lotka	Índice H	Autor	Nº. Artículos	Índice de Lotka	Índice H
Wang, Y.	1	0.0000	24	McCarthy, J.	1	0.0000	12
Ryu, K.	1	0.0000	15	Ryu, K.	1	0.0000	10
McCarthy, J.	1	0.0000	14	Mossberg, L.	1	0.0000	5
Fisher, R.	1	0.0000	10	Hussain, K.	1	0.0000	3
Indergaard, M.	1	0.0000	7	Indergaard, M.	1	0.0000	3
Brouder, P.	1	0.0000	6	Ali, F.	1	0.0000	2
Ali, F.	1	0.0000	3	Džupka, P.	1	0.0000	2
Perrin, T.	1	0.0000	3	Lee, Y.-J.	1	0.0000	2
Lee, Y.J.	1	0.0000	2	Šebová, M.	1	0.0000	2
Liu, X.D.	1	0.0000	2				
Pappalepore, I.	1	0.0000	2				

Fuente: Elaboración propia

En relación con las coautorías, se identifican 6 artículos con dos autores, 3 con tres auto-

res y 1 con cuatro autores. Nueve de los artículos son de autoría única (Gráfico 2).

Gráfico 2. Análisis de Co-autorías



Fuente: Elaboración propia

El Índice de coautoría es de 1,79 publicaciones por autor. En este punto el comportamiento que presentan las coautorías se establece como un fenómeno que debe ser analizado como mayor detenimiento, de acuerdo con Berelson el tener un mayor nivel de colaboración en la producción de documentos provoca que el grado de madurez de la disciplina sea mayor (López López, 1996).

De esta manera, en un análisis más detallado sobre la tendencia de colaboración por año, es 2016 donde mayor número de coautorías se

registra (18), estableciendo que la moda de coautores predominante es de 2 autores por documento.

3.3 Afiliaciones por institución y país

La afiliación de cada autor permite establecer la asociación que este guarda con algún tipo de organización o país, a fin de establecer a través de ellos el comportamiento de los procesos de colaboración que se mantienen (Spinak, 1996:7).

En cuanto a la ubicación geográfica, se identifican 10 publicaciones con coautorías. En 9 de ellas se han desarrollado en colaboración dentro de un mismo país, destacando que 5 de los artículos tienen participaciones de una misma institución y 4 disponen de contribuciones de miembros de distintas instituciones, pero del mismo país. Es necesario mencionar que únicamente existe 1 artículo desarrollado en colaboración internacional, distintas universidades localizadas en distintos continentes.

Adicionalmente, se elaboró un ranking en función de las afiliaciones por país de cada autor y por cada base (Tabla 2), que permite apreciar que en ambas bases es el Reino Unido líder con 4 autores, 4 autorías y 4 centros, en segundo lugar se observa a China con 4 autores, 4 autorías y 2 centros para Scopus; mientras que en segundo lugar para WoS se ubica Taiwán con 3 autores, 3 autorías y 3 centros.

Tabla 2. Número de centros, autorías y autores por su país de afiliación

Scopus				WoS			
País	Autores	Autorías	No. Centros	País	Autores	Autorías	No. Centros
United Kingdom	4	4	4	United Kingdom	4	4	4
China	4	4	2	Taiwan	3	3	3
Indonesia	4	4	2	Malaysia	2	2	2
Taiwan	3	3	3	Slovakia	2	2	1
Australia	3	3	2	Argentina	1	1	1
Thailand	3	3	1	Norway	1	1	1
France	2	2	2	Serbia	1	1	1
Malaysia	2	2	2	South Korea	1	1	1
Slovakia	2	2	1	United States	1	1	1
South Korea	1	1	1				
Spain	1	1	1				
Sweden	1	1	1				
United States	1	1	1				
Totales							
Países	16	Autores	34	Autorías	34	Centros	26

Fuente: Elaboración propia

Con respecto a la afiliación institucional se identificaron 26 centros de investigación dentro del contexto general, los cuales se clasifican en dos tipos: Universidades (24) e Institutos de Investigación (2). Se observa en Scopus, 23 centros registrados, liderando las Universidades con 29 afiliaciones. En relación al ran-

king de Instituciones más productivas los líderes son *Donghua University* y *Maharakham University* con 3 afiliaciones cada una. En el caso de WoS se registran 15 centros todos ellos Universidades albergando 16 afiliaciones, donde *Technical University of Košice* es la única institución con 2 afiliaciones (Tabla 3).

Adicionalmente, se observa que solamente una revista ha publicado más de un artículo, la revista *CITIES* con 2 artículos en cada base se coloca como el recurso más productivo. Esta tiene su edición en Reino Unido y de acuerdo al The SCImago Journal & Country Rank se ubica en el primer cuartil con un Índice SJR de 1,42; mientras que en WoS también se mantiene en el primer cuartil con un Índice JCR de 2,051 (Tabla 4).

3.4 Revistas

Los 19 artículos analizados se divulgaron por medio de 17 revistas, registrándose 15 en Scopus y 8 en WoS. De acuerdo con el Índice de dispersión de los artículos en general se han publicado en promedio 1,12 artículos/revistas. Concretamente, en 14 revistas indexadas en Scopus y 7 en WoS se han publicado tan solo un artículo sobre la temática.

Tabla 3. Instituciones más productivas

<i>Scopus</i>			
<i>Institución</i>	<i>Autores</i>	<i>Autorías</i>	<i>País</i>
1. Donghua University	3	3	China
2. Mahasarakham University	3	3	Thailand
3. Griffith University	2	2	Australia
4. Universitas Padjadjaran	2	2	Indonesia
5. Universitas Pendidikan Indonesia	2	2	Indonesia
6. Technical University of Košice	2	2	Slovakia
7. Institute of Military Health Management - CPLA	1	1	China
8. Institut d'Etudes Politiques	1	1	France
9. Griffith University	1	1	Australia
10. Université Lille 1	1	1	France
11. Taylor's University	1	1	Malaysia
12. Universiti Teknologi Malaysia	1	1	Malaysia
13. Sejong University	1	1	South Korea
14. University of Sevilla	1	1	Spain
15. Umeå University	1	1	Sweden
16. Chinese Culture University	1	1	Taiwan
17. National Taipei University	1	1	Taiwan
18. Tainan University of Technology	1	1	Taiwan
19. Anglia Ruskin University	1	1	United Kingdom
20. Heriot-Watt University	1	1	United Kingdom
21. University of Warwick	1	1	United Kingdom
22. University of Westminster	1	1	United Kingdom
23. St. John's University	1	1	United States
<i>WoS</i>			
<i>Institución</i>	<i>Autores</i>	<i>Autorías</i>	<i>País</i>
1. Technical University of Košice	2	2	Slovakia
2. Anglia Ruskin University	1	1	United Kingdom
3. Chinese Culture University	1	1	Taiwan
4. Universiti Teknologi Malaysia	1	1	Malaysia
5. Universidad de Buenos Aires	1	1	Argentina
6. Norwegian School of Management	1	1	Norway
7. Nis University	1	1	Serbia
8. Sejong University	1	1	South Korea
9. St. John's University	1	1	United States
10. Taylor's University	1	1	Malaysia
11. National Taipei University	1	1	Taiwan
12. Tainan University of Technology	1	1	Taiwan
13. Heriot-Watt University	1	1	United Kingdom
14. University of Westminster	1	1	United Kingdom
15. University of Warwick	1	1	United Kingdom

Fuente: Elaboración propia

Tabla 4. Revistas más productivas

<i>Scopus</i>				<i>WoS</i>			
<i>Revistas</i>	<i>No. Art.</i>	<i>%</i>	<i>Cuartil</i>	<i>Revistas</i>	<i>No. Art.</i>	<i>%</i>	<i>Cuartil</i>
Cities	2	12,5	1	Cities	2	22,2	1
Academy of Strategic Management Journal	1	6,3	3	Angulo Recto –Revista de Estudios sobre la Ciudad como Espacio Plural	1	11,1	--
BELGEO	1	6,3	4	Current Issues in Tourism	1	11,1	2
Current Issues in Tourism	1	6,3	2	E a M: Economie a Management	1	11,1	2
E a M: Economie a Management	1	6,3	2	International Planning Studies	1	11,1	--
European Journal of Social Sciences	1	6,3	4	Journal of Travel and Tourism Marketing	1	11,1	2
International Journal of Event and Festival Management	1	6,3	2	Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism	1	11,1	4
International Planning Studies	1	6,3	2	Tourism Management	1	11,1	1
Journal of Donghua University (English Edition)	1	6,3	--				
Journal of Environmental Management and Tourism	1	6,3	2				
Journal of Travel and Tourism Marketing	1	6,3	1				
Territoire en Mouvement	1	6,3	4				
Tourism Management	1	6,3	1				
Tourism Planning and Development	1	6,3	2				
Tourism, Culture and Communication	1	6,3	4				

Fuente: Elaboración propia

La Curva de Lorenz, muestra que en Scopus 8 de los artículos son publicados en 7 revistas, mientras que en WoS, 5 se publicaron en 5 de las revistas identificadas. Con esta tendencia entre los artículos, se puede observar que no existe un núcleo de revistas donde se agrupe la mayoría de la producción científica, por lo que no se cumple la Ley de Bradford (Bradford, 1934).

3.4 Áreas y Categorías temáticas

Por otro lado, se observa que las áreas de clasificación más relevantes para las revistas en esta temática es *Business, Management and Accounting* con 9 artículos en Scopus, mientras *Social Sciences - Other Topics* con 4 en WoS (Tabla 5). En cuanto a las categorías, se aprecia que dentro de ambas bases la revista líder

Tabla 5. Número de revistas y artículos por área de conocimiento

Scopus				WoS			
Área de conocimiento	No. Revistas	No. Artículos	%	Área de conocimiento	No. Revistas	No. Artículos	%
Business, Management and Accounting	9	10	62,5	Social Sciences - OT	4	4	44,4
Social Sciences	4	4	25,0	Sin Area	2	2	22,2
Engineering	1	1	6,3	Business & Economics	1	1	11,1
Environmental Science	1	1	6,3	Urban Studies	1	2	22,2
Totales	15	16	100%		8	9	100%

Fuente: Elaboración propia

es *Tourism, Leisure and Hospitality Management / Hospitality, Leisure, Sport & Tourism* con 6 en Scopus y 4 en WoS.

3.5 Palabras Clave

Otro elemento de análisis son las palabras claves, que son una herramienta imprescindible para el desarrollo de búsquedas bibliográficas

(De Granda Orive, et al., 2005), estas además se establecen como un marco referencial para obtener un mejor rendimiento en las búsquedas por bases de datos. Las palabras claves con mayor uso fueron: Creative industries (4), Creative tourism (2), Cultural economics (2), Culture (2), Economic impact (2) y Work ethics development (2), existiendo un conjunto de términos que solo aparecen una sola vez (tabla 6).

Tabla 6. Palabras Clave WoS y Scopus

No. de repeticiones	Palabras claves
4	creative industries
2	creative industries, creative tourism, cultural economics, culture, economic impact, work ethics development
1	Akha people, appreciation of value, authenticity, behavioral intentions, belief, city, co-creation experience, composition of value, creative city, creative destruction, creative economy, creative enhancement, creative tourists, creativity, cultural development, cultural facility, cultural olympiad, cultural value, customer satisfaction, design city, development, eight cultural universals, european city, european cultural capital, eurorégions, event tourism, experiencescape, festivals, financial crash effects, gentrification, historical city center, induced effects, interaction with instructors, lifestyle, London, marketing, mediating effects, memorability, memories, New York, old industrial area, olympic games, policy responses, potential, regional culture, regional multipliers, resort hotels, revisit intention, rite, rural, sense of achievement, stakeholders, territorial cooperation, the arts, tourism, tourism creative products, tourism destinations, tourism industry, tourist experience, tradition, UNESCO heritage site, unique learning, urban heritage, urban regeneration, urban renovation, Valdivia

Fuente: Elaboración propia

3.6 Enfoques de investigación

Se identificó y agrupó en dos enfoques los impactos del turismo creativo recogidos en los artículos analizados (Tabla 7)

Tabla 7. Enfoques investigativos por artículo

<i>Análisis de los efectos sobre</i>	<i>Estudio</i>	<i>Temática abordada</i>	<i>Tipo de impactos</i>	<i>Análisis de los impactos</i>	<i>Ámbito del estudio</i>	<i>Metodologías utilizadas</i>
Turistas	Ali, Ryu, & Hussain (2015)	Influencia de las experiencias del turismo creativo sobre los turistas	Positivo	Las experiencias de turismo creativo influyen positivamente en la memorabilidad de los recuerdos, además establece que la satisfacción turística resulta en intenciones positivas de comportamiento, además se resalta que la integración de todos los elementos involucrados en el proceso de la experiencia es importante por lo cual se debe proporcionar a los turistas las materias primas con las que construir sus propias experiencias.	Área urbana	<i>Instrumento:</i> encuesta <i>Análisis:</i> estadístico descriptivo y uso del Partial least squares (PLS)
	(Hilmiana & Muizu (2016)	Integración de los elementos que participan del proceso del turismo creativo	Negativo	Establece un progreso positivo del turismo lo cual afecta directamente en un impacto positivo a las industrias creativas, lamentablemente se observan que los avances del mismo se ven limitados y están llegando a afectar la experiencia del turista por lo que es necesario mejorar la ética del trabajo por medio de la optimización del compromiso de los diferentes actores que participan del proceso creativo.	Área urbana	<i>Instrumento:</i> encuestas y entrevistas a profundidad <i>Análisis:</i> estadístico descriptivo y perspectiva Pentahelix.
	Hung, Lee, & Huang (2016)	Influencia de las experiencias del turismo creativo sobre los turistas	Positivo	Se analiza como la experiencia de turismo creativo al presentar mayor memorabilidad en las actividades de las que participa el turista influyen en aumentar las probabilidades para que el turista vuelva a visitar el lugar, convirtiéndose en una oportunidad de desarrollo para el destino.	Área urbana	<i>Instrumento:</i> encuesta <i>Análisis:</i> estadístico descriptivo, análisis de confiabilidad, análisis factorial, análisis de correlación Codebook, modelado de ecuaciones estructurales de dos etapas (SEM) y análisis de factores confirmativos (CFA).
	Hurriyati & Sofwan (2015)	Influencia de las experiencias del turismo creativo sobre los turistas	Positivo	Se observa un alto impacto en las experiencias de co-creación desarrollados por los turistas lo que se ha evidenciado en un aumento de las intenciones de volver a visitar el destino, así como que un aumento de interacción entre los proveedores de la actividad y el turista lo que permite incorporar otros productos turísticos en un destino turístico.	Área urbana	<i>Instrumento:</i> entrevistas, observaciones, cuestionarios y revisión bibliográfica. <i>Análisis:</i> modelo de ecuaciones estructurales (SEM)
	Liu, Xu, Feng, & Li (2016)	Integración de los elementos que participan del proceso del turismo creativo	Positivo	Se analiza la influencia que posee la cultura regional sobre el valor de los productos creativos del turismo, hecho que ha permitido establecer los diversos factores de valor en los diferentes tipos de productos creativos.		<i>Instrumento:</i> encuesta <i>Análisis:</i> modelo de evaluación matemática
	Mossberg (2007)	Integración de los elementos que participan del proceso del turismo creativo	Positivo	Aborda el análisis de los efectos que el entorno físico donde se aprecia que este influye en la conducta que desarrolla el turista; efectos del personal los cuales podrían elevar la experiencia pero lamentablemente la formación de estos se centra en dar una alta calidad en el servicio mas no en habilidades de interacción con el cliente; efectos de otros turistas a quienes se reconoce como co-productores y elementos para el desarrollo de la experiencia pero no han sido analizado en profundidad; efectos de souvenirs y efectos del tema no disponen de un análisis a profundidad se parecía en ellos una serie de características de comportamiento que	Áreas rurales y urbanas	<i>Análisis:</i> revisión de la literatura

				genera impactos dentro de cierto tipos de turistas.		
Localidad	Arandjelovic (2015)	Integración de los elementos que participan del proceso del turismo creativo	Positivo	Rehabilitación de los espacios ha permitido que la localidad se vea beneficiada, entre los impactos que se evidencian esta una mejor integración de los elementos gestores del turismo creativo, mayor posicionamiento del destino y declaratoria de la UNESCO	Área urbana	<u>Análisis:</u> revisión de la literatura
	Brouder (2012)	Integración de los elementos que participan del proceso del turismo creativo	Positivo	Destaca el papel positivo de esta modalidad turística para el desarrollo de la comunidad a partir de los puestos de trabajo creativos y muestra un papel muy activo en el desarrollo de la innovación rural de los espacios en los cuales se integra esta modalidad.	Área rural	<u>Instrumento:</u> entrevistas semi-estructuradas <u>Análisis:</u> estudio cualitativo
	Džupka & Šebová (2016)	Impacto de los eventos creativos sobre los destinos	Positivo	Demuestra como un estudio inadecuado de datos puede genera escenarios exagerados, en el análisis de este evento se destaca que el número de turistas fue menor al declarado influyendo en las estadísticas presentadas. Así mismo se observa un impacto económico con el registro de una valiosa cantidad de dinero obtenida en la economía local a través de un evento cultural donde se evidencia un aumento en el desarrollo de start-ups y spin-offs en las industrias culturales y creativas	Área urbana	<u>Instrumento:</u> cuestionarios <u>Análisis:</u> evaluación de proyectos ECoC y evaluación de impacto económico.
	George (2015)	Destrucción creativa	Negativo	Destaca que existe un impacto positivo tras el aprovechamiento de los eventos culturales sobre espacios rurales, pero paulatinamente se observa una mercantilización del espacio lo que conlleva a una pérdida del “idilio rural” que el turista desea. Únicamente aquellas que comprenden el deseo de la ruralidad que posee el turista han podido generar mayores oportunidades para el éxito cultural y económico.	Área rural	<u>Instrumento:</u> observación y entrevistas <u>Análisis:</u> estudio cualitativo
	González Martínez (2016)	Destrucción creativa	Negativo	El aprovechamiento desmedido de los beneficios que se generan a partir del patrimonio han llevado a procesos de restauración no conscientes de lo que es patrimonial enfocándose únicamente en servir a los propósitos de las industrias turísticas e inmobiliarias, pero carecen de cualquier rastro de conciencia desde la perspectiva de la conservación del patrimonio urbano y distorsionando con ello gravemente el patrimonio urbano, hecho que deja de lado el ejercicio y defensa de los derechos de la comunidad, ya sean sociales, culturales o económicos.	Área urbana	<u>Análisis:</u> revisión de la literatura
	Indergaard (2013)	Impacto de los eventos creativos sobre los destinos	Positivo	Se observa que las industrias culturales y creativas generan de grandes impactos económicos dentro de los destinos, pero muestra que son más vulnerables durante épocas de crisis económicas, donde se observa que estas industrias han tenido subidas considerables durante el auge y caídas dramáticas durante la escasez, convirtiéndola en opciones sensibles dentro de la economía de un destino.	Área urbana	<u>Análisis:</u> revisión de la literatura
	Innantananon, Somtrakool, & Koseyayotin (2011)	Recreación y revitalización de los lugares	Positivo	La conservación de la cultura y tradiciones de los grupos tribales atrae un considerable a grupos de turistas dispuestos a vivir experiencias con comunidades no afectadas y con deseos de reencontrarse con lo ancestral, por lo que se refuerza la posibilidad como un impacto positivo a la revitalización de las zonas en las que se ha introducción del turismo creativo.	Área rural	<u>Instrumento:</u> observación y entrevistas <u>Análisis:</u> estudio cualitativo
	Lusso (2014)	Recreación y revitalización de los lugares	Positivo	Contribuyen a rehabilitar la imagen de un destino a partir de la inserción de esta modalidad, esto se traduce en generación de impactos positivos a nivel social y económico con el fin de sacar a flote una localidad afectada por la explotación minera, de igual forma se observa como la integración de los elementos partícipes del proceso creativo ayudan al mejorar la realidad y coloca al destino como ejemplo para otros destinos.	Área urbana	<u>Análisis:</u> revisión de la literatura
	McCarthy & Wang (2016)	Recreación y revitalización de los lugares	Positivo	Resalta los impactos positivos que la creciente asociación con importantes figuras en el arte y la cultura trae a la localidad así como las instituciones de alto perfil de	Área urbana	<u>Análisis:</u> revisión de la literatura y bases de datos de estudios

				arte y las empresas han dado al consumo e imagen del destino. Adicional a ello menciona la importancia que tiene el establecer una adecuada orientación y contenido artísticos originales, para asegurar que los beneficios sean sostenibles.		previos
	Mitchell & Fisher (2010)	Recreación y revitalización de los lugares	Positivo	Establece que la integración de la comunidad como parte activa de las artes es un elemento muy relevante, debido a que el desarrollo de actividades creativas en grupo representa un estímulo para el desarrollo de las industrias creativas dentro de espacios rurales.	Área rural	<i>Instrumento:</i> observación y entrevistas <i>Análisis:</i> estudio cualitativo
	Pappalepore & Duignan (2016)	Impacto de los eventos creativos sobre los destinos	Positivo	Identifica los diferentes impactos que los eventos de grandes proporciones generan dentro de la ciudad, destaca que las organizaciones creativas de mayor renombre disponen de mayores facilidades para participar y beneficiarse por lo cual hace énfasis en la necesidad de incluir a todos los niveles que participan del arte con la finalidad que motivar a los más pequeños a ser partícipe de los beneficios generados.	Área urbana	<i>Instrumento:</i> entrevistas <i>Análisis:</i> estudio cualitativo
	Perrin (2013)	Recreación y revitalización de los lugares	Positivo	Presenta el término de "territorios creativos", dentro de ellos se muestra que el desarrollo cultural genera impactos sobre las acciones culturales dando en ellas un aire de renovación, hecho que se transforma en la articulación de procesos mucho más sostenibles que toquen temas como las políticas turísticas, la diversidad cultural y el multiculturalismo, la construcción de la territorialidad que va de la mano en la construcción de una política cultural y territorial.	Área urbana	<i>Análisis:</i> revisión de la literatura y bases de datos de estudios previos
	Retamal Yermani (2015)	Recreación y revitalización de los lugares	Positivo	Se establece como un polo cultural de referencia en el desarrollo humano, cultural, urbanístico, económico y político. A partir de la revalorización de la cultura se crean oportunidades no solo para la zona en la que se inserta sino también a nivel de país a partir de los derrames de creatividad que surgen en el territorio. Esta experiencia se transforma en una cultura y no en un mero evento que desaparece con el tiempo.	Área urbana	<i>Análisis:</i> revisión de la literatura y bases de datos de estudios previos

Fuente: Elaboración propia

4. CONCLUSIONES

El turismo creativo se categoriza como una materia joven con 20 años de estudio y es en el año 2007 cuando se publica en WoS el primer artículo sobre los impactos del turismo creativo. El 2015 es el año donde se observa un incremento sustancial de trabajos en este ámbito. La corta trayectoria que presenta esta modalidad turística, incentiva el desarrollo de conocimiento para una mayor comprensión de la misma por parte, no únicamente de la comunidad científica, sino de todos los actores que se involucran dentro de ella, con la finalidad de aportar conocimientos para un adecuado desarrollo de los destinos que integran el turismo creativo y establecer líneas de investigación que pueden ser explotadas en el futuro por los nuevos investigadores.

Al ser un tema de reciente interés el número de citas es reducido, destacándose tan solo dos trabajos con más de veinte citas, *Creative Outposts: Tourism's Place in Rural Innovation* con 24 citas en Scopus y *A Marketing Approach to the Tourist Experience* con 83 citas en WoS.

Los resultados muestran que no existen autores ni grupos de investigación consolidados en esta área temática, el índice de productividad es de 1,00 artículos/autor y en cuanto a las coautorías, se puede apreciar que 10 artículos están firmados por dos o más autores, este comportamiento de trabajo con colaboraciones les brinda una ventaja de visibilidad reflejándose en un mayor número de citas (Granda-Orive, et al., 2009). En el ámbito de las colaboraciones 9 de los trabajos se desarrollaron con autores de un mismo país, predominando participaciones de una misma institución, y tan solo 1 artículo presenta colaboración internacional. En lo que respecta a las afiliaciones institucionales estas reflejan que la gran mayoría de autores están asociados a Universidades. Las

afiliaciones geográficas en ambas bases se corresponden con el Reino Unido, China y Taiwán.

Con respecto a las revistas, los artículos están diseminados entre una gran variedad de revistas, estableciendo un Índice de dispersión de 1,12 artículos/revistas. En cuanto a las áreas de conocimiento las revistas se centran principalmente en *Business, Management and Accounting* y *Social Sciences - Other Topics*.

En definitiva, esta temática esta poco explorada, las investigaciones se centran en el análisis de casos de estudio, a través de los cuales se esquematiza los efectos identificados y las acciones implementadas para su mitigación. Por lo tanto, se observa que aún quedan muchos ámbitos para abordar por parte de los investigadores en referencia a los efectos que genera el turismo creativo en la comunidad anfitriona, siendo el gran desafío, como ya se ha comentado, el cómo evitar o minimizar los impactos negativos y maximizar los positivos. Por ello, deberían realizarse estudios que permitan analizar desde la perspectiva económica, socio-cultural y ambiental estos efectos. Es importante analizar si se realiza una adecuada reinversión en la zona de los recursos generados por el turismo creativo, si existe una sobre explotación de los recursos, que cambios se producen en la vida de la población, cual es el impacto paisajístico de las construcciones, etc.

Las dos principales limitaciones del estudio hacen referencia a la elección de las bases de datos WoS y Scopus y a la definición de los términos de rastreo. En este sentido, sería interesante profundizar en el ámbito objeto de estudio identificando y examinando documentos indexados en otras bases de datos, así como, utilizar un mayor número de términos de búsqueda que permitan recolectar mayor información sobre esta área temática.

REFERENCIAS

Ali, F., Ryu, K., & Hussain, K. (2015). Influence of Experiences on Memories, Satisfaction and Behavioral Intentions: A Study of Creative Tourism. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 1-15.

Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C., & Vogt, C. (2005). Residents' Perceptions of Community Tourism Impacts. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056-1076.

- Arandjelovic, B. (2015). Graz, UNESCO City of Design and Historical Heritage. *Cities*, 43, 78-91.
- Archer, B., Cooper, C., & Ruhanen, L. (2005). The positive and negative impacts of tourism. En W. F. Theobald, *Global tourism* (págs. 79-102). Burlington: Elsevier.
- Barnes, T. J., & Hayter, R. (1992). 'The little town that did': flexible accumulation and community response in Chemainus, British Columbia. *Regional Studies*, 26(7), 647-663.
- Bei Huang, H., Wall, G., & Mitchell, C. (2007). Creative destruction Zhu Jia Jiao, China. *Annals of Tourism Research*, 34(4), 1033-1055.
- Bonilla, C., Merigó, J., & Torres-Abad, C. (2015). Economics in Latin America: a bibliometric analysis. *Scientometrics*, 105(2), 1239-1252.
- Bradford, S. C. (1934). Sources of information on specific subjects. *Engineering*, 137, 85-86.
- Brida, J. G., Monterubbianesi, P., & Zapata-Aguirre, S. (2011). Impactos del turismo sobre el crecimiento económico y el desarrollo. El caso de los principales destinos turísticos de Colombia. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 9(2), 291-303.
- Brouder, P. (2012). Creative Outposts: Tourism's Place in Rural Innovation. *Tourism Planning and Development*, 9(4), 383-396.
- Campbell, D., Picard-Aitken, M., Cote, G., Caruso, J., Valentim, R., Edmonds, S., & Archambault, E. (2010). Bibliometrics as a performance measurement tool for research evaluation: The case of research funded by the National Cancer Institute of Canada. *American Journal of Evaluation*, 31(1), 66-83.
- De Granda Orive, J. I., Río, F. G., Vázquez, F. R., Sacristán, J. E., Jiménez, T. G., & Sánchez, L. C. (2005). Las palabras clave como herramientas imprescindibles en las búsquedas bibliográficas. Análisis de las áreas del sistema respiratorio a través de Archivos de Bronconeumología. *Archivos de Bronconeumología*, 41(2), 78-83.
- Donaldson, R., Spocter, M., Du Plessis, D., & Van Niekerk, A. (2012). Towards generic interventions to stimulate growth potential in small towns of the Western Cape Province, South Africa. *South African Geographical Journal*, 94(2), 120-136.
- Džupka, P., & Šebová, M. (2016). Local economic impact of the white night festival in Košice. *E a M: Ekonomie a Management*, 19(2), 132-141.
- Escorcia-Otálora, T. A., & Poutou-Piñales, R. A. (2008). Análisis bibliométrico de los artículos originales publicados en la revista Universitas Scientiarum (1987-2007). *Universitas Scientiarum*, 13(3), 236-244.
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class, and how it is transforming work, leisure, community and everyday life*. New York: Basic Books.
- Frank, M. (2006). Access to the scientific literature—a difficult balance. *New England Journal of Medicine*, 354(15), 1552-1555.
- George, J. (2015). Examining the cultural value of festivals: Considerations of creative destruction and creative enhancement within the rural environment. *International Journal of Event and Festival Management*, 6(2), 122-134.
- Goldschmidt, P. G. (1986). Information synthesis: a practical guide. *Health Services Research*, 21, 215-237.
- González Martínez, P. (2016). Authenticity as a challenge in the transformation of Beijing's urban heritage: The commercial gentrification of the Guozijian historic area. *Cities*, 59, 48-56.
- Granda-Orive, J. I., Villanueva-Serrano, S., Aleixandre-Benavent, R., Valderrama-Zurán, J. C., Alonso-Arroyo, A., García-Río, F., . . . González-Alcaide, G. (2009). Redes de colaboración científica internacional en tabaquismo. Análisis de co-autorías a través del Science Citation Index durante el periodo 1999-2003. *Gaceta Sanitaria*, 23(3), 34-43.
- Halpern, C., & Mitchell, C. J. (2011). Can a preservationist ideology halt the process of creative destruction? Evidence from Salt Spring Island, British Columbia. *The Canadian Geographer/Le Géographe canadien*, 55(2), 208-225.
- Hasani, A., Moghavvemi, S., & Hamzah, A. (2016). The Impact of Emotional Solidarity on Residents' Attitude and Tourism Development. *PloS one*, 11(6), 11(6). doi:<http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0157624>
- Hilmiana, & Muizu, W. O. (2016). Work ethics development in tourism business. *Academy of Strategic Management Journal*, 15(3), 73-81.
- Hirsch, J. E. (2005). An Index to quantify and individuals scientific research output.

Proceeding of the National Academy of Sciences(102), 16569-16572.

Hung, W. L., Lee, Y. J., & Huang, P. H. (2016). Creative experiences, memorability and revisit intention in creative tourism. *Current Issues in Tourism*, 19(8), 763-770.

Hurriyati, R., & Sofwan, D. M. (2015). Analysis of Co-creation Experience towards a Creative City as a Tourism Destination and it's Impact on Revisit Intention. *Journal of Environmental Management and Tourism*, 2(12), 353-364.

Indergaard, M. (2013). Beyond the bubbles: Creative New York in boom, bust and the long run. *Cities*, 33, 43-50.

Innantananon, T., Somtrakool, K., & Koseyayotin, M. (2011). Akha: The potential development of tribal culture to support creative tourism. *European Journal of Social Sciences*, 22(2), 230-233.

Knafou, R. (1999). Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. En A. B. Rodrigues, *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais* (págs. 62-74). São Paulo: Hucitec.

Liu, X.-D., Xu, Q., Feng, X.-Q., & Li, M.-N. (2016). Composition of the Value of Tourism Creative Products under the Influence of Regional Culture. *Journal of Donghua University (English Edition)*, 33(1), 167-170.

López López, P. (1996). *Introducción a la Bibliometría*. Valencia: Promolibro.

Lotka, A. J. (1926). The frequency distribution of scientific productivity. *Journal of the Washington Academy of Sciences*, 16(12), 317-323.

Lusso, B. (. (2014). Les équipements culturels de la vallée de l'Emscher (Ruhr, Allemagne): de la régénération urbaine au développement d'une économie culturelle et créative. *Belgeo. Revue belge de géographie*(3).

Maldonado-Erazo, C., Álvarez-García, J., & Del Rio-Rama, M. (2016). Investigación Académica Internacional en Turismo Creativo. *Tourism and Hospitality International Journal*, 7(2), 80-106.

Mazarrasa, K. (2016). El Turismo Experiencial y Creativo: El Caso de Cantabria. *International Journal of Scientific Management Tourism*, 2(3), 195-203.

McCarthy, J., & Wang, Y. (2016). Culture, creativity and commerce: trajectories and tensions in the case of Beijing's 798 Art Zone. *International Planning Studies*, 21(1), 1-15.

Mitchell, C. J. (1998). Entrepreneurialism, commodification and creative destruction: a model of post-modern community development. *Journal of rural studies*, 14(3), 273-286.

Mitchell, C. J. (2013). Creative destruction or creative enhancement? Understanding the transformation of rural spaces. *Journal of Rural Studies*(32), 375-387.

Mitchell, P., & Fisher, R. (2010). From passenger to driver: Creativity and culture in rural communities. *Tourism Culture & Communication*, 10(3), 187-200.

Mossberg, L. (2007). A marketing approach to the tourist experience. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7(1), 59-74.

Osorio, J. A. (2014). "Turismo Creativo": Nuevas relaciones entre el patrimonio cultural y el turismo. *Boletín Observatorio de Patrimonio Cultural y Arqueológico*, 4-13.

Pappalepore, I., & Duignan, M. B. (2016). The London 2012 cultural programme: A consideration of Olympic impacts and legacies for small creative organisations in east London. *Tourism Management*, 54, 344-355.

Perdue, R. R., Long, P. T., & Allen, L. (1990). Resident Support for Tourism Development. *Annals of Tourism Research*, 17(4), 586-599.

Perrin, T. (. (2013). Les «territoires créatifs» à l'échelle transfrontalière. Interactions entre culture, économie et développement dans les Eurorégions. *Territoire en mouvement*(19-20), 104-118.

Phillips, R. (2004). Artful business: Using the arts for community economic development. *Community Development Journal*, 39(2), 112-122.

Qun, Q., Mitchell, C., & Wall, G. (2012). Creative destruction in China's historic towns: Daxu and Yangshuo, Guangxi. *Journal of Destination Marketing and Management*, 1(1-2), 56-66.

Raisig, L. M. (1960). Mathematical evaluation of the scientific serial. *Science*, 131(3411), 1417-1419.

Retamal Yermani, P. N. (2015). Valdivia, American Capital of Culture 2016. A view from the perspective of its economy, reality and projections. *Ángulo Recto. Revista de estudios sobre la ciudad como espacio plural*, 7(1), 45-57.

Richards, G. (2003). Turismo creativo: una nueva estrategia? . En E. Ortega, *Investigación y*

estrategias turísticas (págs. 107-122). Madrid: Thomson.

Richards, G. (2014). Creativity and tourism in the city. *Current issues in Tourism*, 17(2), 119-144.

Richards, G., & Raymond, C. (2000). Creative tourism. *ATLAS News*(23), 16-20.

Sepe, M., & Di Trapani, G. (2010). Cultural tourism and creative regeneration: two case studies. *International journal of culture, tourism and hospitality research*, 4(3), 214-227.

Smith, V. L., & Brent, M. (2001). *Hosts and guests revisited: tourism issues of the 21st century*. New York: Cognizant Communication.

Spinak, E. (1996). *Diccionario enciclopédico de bibliometría, cienciometría e informetría*. Caracas: UNESCO CII/II.

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2006).

Towards Sustainable Strategies for Creative Tourism: Discussion Report of the Planning Meeting for 2008 International Conference on Creative Tourism Santa Fe, New Mexico, U.S.A. . New Mexico, U.S.A. : UNESCO.

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (Febrero de 2006). *What do we mean by Creative Tourism?* Recuperado el 13 de Abril de 2016, de Creative Tourism Network: <http://www.creativetourismnetwork.org/cms/>

Woosnam, K. M., Norman, W. C., & Ying, T. (2009). Exploring the Theoretical Framework of Emotional Solidarity between Residents and Tourists. *Journal of Travel Research*, 48(2), 245–258.

World Travel & Tourism Council. (2016). *World Travel & Tourism Council*. Obtenido de Análisis del impacto económico: <http://sp.wttc.org/research/economic-research/economic-impact-analysis/>

The Gloomy Side of Entrepreneurship: Poverty and Entrepreneurship in Portuguese Municipalities

O Lado Sombrio do Empreendedorismo: Pobreza e Empreendedorismo nos Municípios Portugueses

Bárbara Tibério

barbara.mtiberio@gmail.com

Faculdade de Economia do Porto,

Universidade do Porto

Aurora A.C. Teixeira

ateixeira@fep.up.pt

CEF.UP, Faculdade de Economia,

Universidade do Porto; INESC TEC; OBEGEF

Abstract/ Resumo

Entrepreneurship is often perceived as a means to boost economic activity, to achieve convergence and the development of regions. It is expected that the creation of new businesses, by stimulating the development of regions, will lead to low levels of regional poverty. However, the empirical evidence on this topic is scarce, focusing mainly on the study of regions in developed countries. Based on the 278 municipalities of mainland Portugal, to which a descriptive statistical analysis and multivariate regression estimation was applied, we conclude that, on average, the more entrepreneurial these regions (mainly rural), the poorer they are. This result raises serious doubts about the capacity and effectiveness of recent policies addressed at the creation of start-ups, particularly in rural areas, intended to boost these regions economically and break the cycle of poverty that characterizes them.

Keywords: Entrepreneurship; Poverty; Municipalities; Portugal

JEL Codes: L26, P25

O empreendedorismo é frequentemente visto como um mecanismo capaz de impulsionar a atividade económica, com vista à convergência e ao desenvolvimento das regiões. A expectativa é a de que a criação de novos negócios ao estimular o desenvolvimento das regiões conduzirá a baixos níveis de pobreza regional. No entanto, a evidência empírica sobre este tópico é escassa, principalmente tendo como objeto de análise regiões de países desenvolvidos. Tendo por base os 278 municípios de Portugal Continental, recorrendo a uma análise estatística descritiva e estimações de regressão multivariáveis, concluímos que as regiões (sobretudo rurais) mais empreendedoras são regiões, em média, mais pobres. Tal resultado lança sérias dúvidas sobre a capacidade e eficácia de políticas recentes no domínio da criação de empresas, nomeadamente nas áreas rurais, para dinamizar economicamente essas regiões e quebrar o ciclo de pobreza que as caracterizam.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Pobreza; Portugal

Códigos JEL: L26, P25

1. INTRODUCTION

Each country or region has geographical, demographic, natural, social and economic characteristics that influence its development and economic growth (Rodríguez-Pose & Hardy, 2015). Uneven development between countries and between regions within each country is to be expected, and can be verified (Commins, 2004; Amóros & Cristi, 2011; Radeny *et al.*, 2012).

Rural regions far from urban centers are characterized by low population density and demographic ageing (Rolo & Cordovil, 2014), which linked to a weak business structure, will, according to Commins (2004) and Sikora & Nybakk (2012), result in low employment opportunities and low levels of services available to the population. These factors contribute to the classification of the regions as poor, backward and underdeveloped. However, these regions are rich in terms of biodiversity and endogenous resources (Guedes *et al.*, 2012). Thus, entrepreneurship linked to the creation of businesses focused on the resources of these rural regions can be a strategy to achieve sustainable economic development (Sanders & Galloway, 2013).

Rural areas are characterized by high poverty rates (Lazos-Ruiz *et al.*, 2014), especially in underdeveloped countries (Teekens, 1990; Dehury & Mohanty 2015; Kwadzo, 2015). However, poverty is not restricted to this group of countries, and can also occur in regions of more developed countries, especially in regions far from urban and technological centers (Commins, 2004). In a recent study, Węziak-Białowolska (2015) showed that in 2012, 24.8% of the European population was at risk of poverty or social exclusion. The peripheral regions of European countries, such as Portugal, Greece, Malta, Slovakia and Hungary, registered higher levels of poverty than the regions of central European countries, considered to be more urban and technological. This finding highlights the existence of rural regions in developed countries that stand out for their delay and underdevelopment. Although this is one of only a few studies that compare the regions of developed countries, it does so at a relatively low level of disaggregation, taking NUTS II as the territorial unit. In addition, there is no link between regional poverty and the level of entrepreneurship in the regions.

A simple bibliometric exercise using the SciVerse Scopus database, in which "Rural entrepreneur *"¹ was used as the search keyword for the title, abstract and keyword fields, resulted in 117 articles. of which 26 refer to issues related to poverty (e.g., Kimhi, 2009; Lazos-Ruiz *et al.*, 2014), but only 8 articles are exclusively dedicated to underdeveloped countries, conducting comparisons between regions (e.g., Chadha & Chadha, 2008). Repeating the exercise with "poverty" yielded a greater number of indexed articles (1523), of which 10% are related to entrepreneurship (e.g., Chikweche & Fletcher, 2013; Mahmood *et al.*, 2014; Bruton *et al.*, 2015), and 8.3% mention rural entrepreneurship (e.g., Yang & Hung, 2014; Imai *et al.*, 2015; Rasiah & Miao, 2015). However, only 18 (1.1%) carry out a regional comparison of poverty, focusing on underdeveloped countries (e.g., Marivoet & De Herdt, 2015) and on development (e.g., Kang & Imai, 2012; Dehury & Mohanty, 2015; De Caldas & De Sampaio, 2015).

There is, therefore, a noticeable gap in the literature that relates rural entrepreneurship and the poverty of the regions. In addition to being an underexplored topic, the existing studies focus mostly on developing countries (e.g., Kang & Imai, 2012; Imai *et al.*, 2015) and underdeveloped countries (e.g., Tieguhon *et al.*, 2012), highlighting cases of extreme poverty, conducting a national analysis on the level of poverty and how rural entrepreneurship can reduce household inequality.

The main goal of the present study is, in the first stage, an exploratory analysis of the regional poverty of a developed country, Portugal, followed by a comparative regional study assessing whether rural entrepreneurship in Portuguese municipalities is associated with (a lower index of) poverty.

The article is structured as follows. In Section 2, we describe and review the relevant literature. Subsequently, Section 3 details the methodology. The results are presented and discussed in Section 4. Finally, Section 5 presents the final considerations, the study's limitations and future research proposals.

¹ The * means that the search is done through the term 'rural entrepreneur' and words derived from the latter concept derived ('entrepreneurship', 'entrepreneurial', ...).

2. LITERATURE REVIEW

In spite of its complex dynamics, in the last few decades, entrepreneurship has been considered a relevant factor for economic growth (Amorós & Cristi, 2011; Tobias *et al.*, 2013) and also for poverty reduction (Goel & Rishi, 2012). According to Goel & Rishi (2012), the link between these two concepts results in job creation, promotion of innovation and positive effects on the well-being of populations. Thus, there has been a growing interest in fostering entrepreneurial activities through incentives and government micro-entrepreneurship programs aimed at job and wealth creation, and the development of local economies (Halim *et al.*, 2014), giving the poorest people the possibility to escape the poverty trap (Tobias *et al.*, 2013). Entrepreneurship can be classified as necessity or opportunity, depending on the motivations of the entrepreneur (Goel & Rishi, 2012). In the case of necessity entrepreneurship, an individual, when faced with the scarcity of employment, especially in the formal market, creates a new business that provides him/her with the opportunity to escape poverty (Goel & Rishi, 2012). This type of entrepreneurship generally presents relatively low levels of productivity (Goel & Rishi, 2012) but, by creating an activity and self-employment, it is a means to at least prevent poverty from intensifying (Amorós & Cristi, 2011; Si *et al.*, 2015). Opportunity entrepreneurship generally presents a higher level of productivity and contributes equally to poverty reduction through the transfer of wealth created by entrepreneurs, the redistribution of income generated, and job creation, thus promoting economic growth in favor of the poorest (De Janvry & Sadoulet, 2009; Bruton *et al.*, 2013; Halim *et al.*, 2014).

A positive economic growth rate at the aggregate level does not mean that rural regions are growing at the same rate, as these regions show significant levels of unequal distribution of income (Radeny *et al.*, 2012), difficult access to infrastructure and a lack of employment (Petrin, 1994). There has been a concern to converge rural regions to national-level growth rates through the sustainable development of these regions (Rodríguez-Pose & Hardy, 2015). However, rural areas are usually dominated by subsistence agriculture and the informal sector, with low levels of productivity and poor market connections (Sikora & Nybakk,

2012). Thus, Rodríguez-Pose and Hardy (2015) focus on the importance of agriculture, highlighting marketing and productive innovations geared at fostering rural development through the creation of new businesses and employment, which can retain the population in rural areas (Petrin, 1994) and lead to poverty reduction.

Despite the existence of an empirical link between entrepreneurship and economic growth, with impact on the poverty level, Goel and Rishi (2012) argue that not all entrepreneurship has a positive impact on growth.

There are a growing number of studies that stress the empirical link between entrepreneurial activities and poverty but they are still very few (Amorós & Cristi, 2011), focusing especially on economic growth rather than poverty. Nevertheless, empirical studies have shown that entrepreneurship has a positive effect on human development and poverty reduction, and is important for both developed and developing countries (Amorós & Cristi, 2011).

The studies related to this framework seek to explain the multidirectional relationship between entrepreneurship and economic growth. On the one hand, they focus on entrepreneurship as a factor capable of influencing economic growth (Tobias *et al.*, 2013; Halim *et al.*, 2014) and, on the other, the impact of economic growth and the level of development of a country on its entrepreneurial capacity (e.g., Urbano & Aparicio, 2016).

However, there are authors who have been concerned with establishing a link between the levels of poverty and the entrepreneurial capacity of a country or region (e.g., Amorós & Cristi, 2011; Halim *et al.*, 2014; Si, 2015).

Based on an empirical analysis, Amorós and Cristi (2011) sought to establish a relationship between poverty rates, income inequality and entrepreneurship. Their study indicates that in countries where there is greater income inequality, individuals tend to create their own jobs, resulting in a higher incidence of new business. This means that necessity entrepreneurship has had significant expression in less developed countries, contributing to poverty reduction over time.

The study by Si *et al.* (2015) has shown that the reduction of poverty, in the context of a very poor region with few resources, is mainly derived from changes in the attitude and behavior of individuals and not from the implementation of micro-entrepreneurship programs.

In the Chinese region they analyzed, an increase in entrepreneurship and innovation was observed when the local population, in order to escape the poverty trap, identified and exploited market opportunities that allowed them not only to generate their own income but also to influence neighboring regions. Consequently, the entrepreneurial spirit of this region influenced contiguous regions by creating and expanding businesses, thus alleviating poverty rates.

Contrary to the findings of Si *et al.* (2015), Halim *et al.* (2014) showed that micro-entrepreneurship, generated from Malaysian government programs, has had effects on poverty eradication. The evidence of poverty reduction can be detected in the creation of employment, new business opportunities and new investors, which have appeared because of these incentives for entrepreneurship.

Dehury and Mohanty (2015) and Węziak-Białowolska (2015) are the only studies published to date on entrepreneurship and poverty focusing on regions in developed countries. There are, however, differences in these two studies in terms of poverty measure, methodology, sample and level of development of the countries analyzed. Dehury and Mohanty (2015) analyze poverty in rural areas through the multidimensional poverty index (MPI), whereas Węziak-Białowolska (2015) focuses on the measurement of poverty in the NUTS II regions of the 28 countries of the European Union, calculating the human poverty index.

These two contributions are important, not only for the methodology used, since they perform a multidimensional analysis of poverty, constructing composite indexes of monetary and non-monetary indicators, but also because they highlight the need to investigate poverty at a more disaggregated territorial level. However, these studies involve descriptive analyses, as they are not concerned with making comparisons between regions of a country (developed or developing). They have solely identified dimensions and indicators appropriate to each situation of poverty and level of development, and therefore failed to define the relationship among other relevant concepts.

It should be noted that studies focused on rural entrepreneurship are mainly conceptual (e.g., Avrakmenko & Silver, 2010; Fortunato, 2014), seeking to distinguish rural entrepreneurship from entrepreneurship in rural areas and urban entrepreneurship, with few empirical

studies on rural entrepreneurship. The few existing studies on the effect of entrepreneurship in rural areas, in developing and underdeveloped countries (e.g., Sikora & Nybakk, 2012; Lazos-Ruiz *et al.*, 2014), conjecture only that rural entrepreneurship can be a means to prevent rural populations from falling into the poverty trap.

Given the scarcity of the literature on these two topics, there are even fewer studies that relate the incidence of poverty to the entrepreneurial capacity of a rural region, and how rural entrepreneurship can play a role in the region's poverty reduction. These types of study are important not only for the counties and regions analyzed, but also for national institutions and organizations, as they examine how regions suffer from the various dimensions of poverty. They further appraise how populations, municipalities and institutions can use entrepreneurship as an instrument to reduce poverty and as an engine for growth and economic development. Such analyses are therefore important instruments for the formulation and implementation of policies by regional and central authorities, aimed at reducing regional poverty through rural entrepreneurship.

3. METHODOLOGY

In line with existing research on entrepreneurship and poverty, this study involves exploratory and quantitative methodologies.² We chose to follow the study of Węziak-Białowolska (2015) in order to construct a regional poverty index with the Portuguese regions as a unit of analysis at the municipal level.

3.1 Calculation of the municipal poverty index

The United Nations Development Program (1997) defines the Human Poverty Index (HPI)³ for developed countries according to the following formula:

² See Table A1 for a summary of the studies focused on regional poverty

³ In 1997, The United Nations constructed two Human Poverty indices: one for developing countries (HPI - 1) and the other for developed countries (HPI - 2). To simplify the use of acronyms in this study only the acronym HPI is used, referring to the Human Poverty Index for developed countries.

$$HPI = \left[\frac{1}{4} (P_1^3 + P_2^3 + P_3^3 + P_4^3) \right]^{\frac{1}{3}}$$

Where

P1 - probability at birth of not surviving to age 60 (long and healthy life of the population);

P2 – adults lacking functional literacy skills (knowledge and education of the population);

P3 – population below the income poverty line (50% of median adjusted household disposable income) (decent standard of living);

P4 – long-term unemployment rate (at least 12 months) (social exclusion).

Based on Węziak-Białowolska's (2015) research, the dimensions of poverty we intended to analyze for the Portuguese regions include healthy and long life, knowledge and education level of the population, decent standard of living, and social exclusion. Although there is a degree of parallelism between the indicators chosen by Węziak-Białowolska (2015), some data is not available at the level of the Portuguese municipalities, such as "Percentage of the population below the poverty line (60% of median household disposable income)". It thus became necessary to choose other indicators that similarly reflect the dimensions of poverty. Due to the lack of data, certain indicators are difficult to calculate, namely the long-term unemployment rate and the percentage of the population living below the poverty line, with a breakdown below the national level. Furthermore, there are no official indicators representing the dimensions of social exclusion and the standard of living. Consequently, we opted to build the long-term unemployment rate using the data provided by the INE, the Portuguese Statistics Institute (number of unemployed people enrolled in employment centers and vocational training for 1 year or more, over the working population of the municipality). Similarly, the municipal purchasing power per capita index was used as the monetary indicator, representative of the standard of living of the Portuguese population.

Table 1 summarizes the dimensions of the study by Węziak-Białowolska (2015), adapted to the study of regional poverty in Portugal and the respective indicators, contrasting them with the indicators chosen for this research.

To calculate the Regional Poverty Index, it is necessary to calculate the inverse of the

Longevity Index (INE, 2011) and the indicators of the standard of living (which serve to identify which municipalities present less longevity and lower purchasing power), followed by normalization of the data. We chose to assign an equal weight to each dimension and indicator, so that no specific dimension would stand out over another (Węziak-Białowolska, 2015).

3.2 Calculation of the indicator of municipal entrepreneurship

The measure of multidimensional entrepreneurship serves to capture entrepreneurial levels more accurately (Komlósi *et al.*, 2015). However, because they require a complex mechanism of sub-indices and pillars, the construction of a rural entrepreneurship index would have to be based on a national measure, given the statistical information that is needed and currently available. Since the goal of this study is to examine rural entrepreneurship in a more localized manner, the existing statistical data for the construction of a regional base index is considerably scarce and difficult to calculate.

Therefore, a one-dimensional measure was used to calculate rural entrepreneurship at the municipal level. We chose to build an index that reflects the number of new companies created in a given year for each Portuguese municipality. Although it does not distinguish innovative and non-innovative companies, it provides the means to understand the entrepreneurial intensity in each municipality (number of new companies in the total existing companies) whether rural or not, facilitating the comparison between them. It should also be pointed out that, given the available statistics, the separation of new businesses created by type of entrepreneurship (rural or in rural areas) is a very complex process. Therefore, to simplify the present study, the above-mentioned measure was used, combined with the classification of the Portuguese municipalities (as rural or urban), to assess approximately their levels of rural entrepreneurship.

Entrepreneurial intensity underlies the 'traditional' concept of entrepreneurship, that is, the creation of new firms is the mirror of entrepreneurial capacity, influencing the economy through the creation of new sectors, industry and employment (Reynolds, 2007). Although it is a one-dimensional indicator, the

Table 1. Dimensions and indicators used in the calculation of the Regional Human Poverty Index

Dimension	RHPI Indicators Węziak-Białowolska (2015)	RHPI Indicators - Portugal	Definition of RHPI Indicators– Portugal
Long and healthy life	Life expectancy at birth (Eurostat, 2010-2012)	I ₁ - Longevity Index (INE, 2011)	The longevity index represents the number of people aged 75 and over for every 100 people aged 65 and over. The higher the index, the more elderly the population.
	Child mortality rate (Eurostat, 2010-2012)		
Knowledge and education level	Percentage of population aged 25-64 years with low educational level (Eurostat, 2011-2013)	I ₂ Illiteracy rate (INE, 2011)	The illiteracy rate indicates the percentage of individuals aged 10 or over who cannot read or write, unable to read and understand a written sentence or write a complete sentence
	Percentage of the population aged 18-24 who are without jobs, education or training (Eurostat, 2011 - 2013)		
Social Exclusion	Long-term unemployment rate (Eurostat, 2011-2013)	I ₃ - Long-term unemployment rate (INE, 2011)	The percentage of unemployed, available for work and searching for jobs for 12 months or more, with reference to the total active population.
Decent standard of living	Percentage of the population below the poverty line (60% of median household disposable income) (Eurostat, 2010 - 2012)	I ₄ - Purchasing power per capita (INE, 2011)	Purchasing power per capita is a composite indicator for translating purchasing power into per capita terms. It is an index number with a value of 100 in the country average, which compares the purchasing power manifested daily, in per capita terms, in the different municipalities or regions.

rate of new firm creation makes it possible to understand which municipalities have the greatest entrepreneurial capacity (Iversen & Malchow-Moeller, 2008) in Portugal. This rate has thus been calculated based on the ratio between the number of newly created companies and the number of existing companies, using data from 2011.

4. EMPIRICAL RESULTS

4.1 Municipal entrepreneurship rate

On average, in 2011, the entrepreneurship rate of the Portuguese municipalities stood at 2.4%. Barrancos, a rural municipality located in Alentejo (*Baixo Alentejo*), presents the highest rate of entrepreneurship (6%), while Monchique, a rural municipality in Algarve, shows the lowest entrepreneurship rate among all the municipalities analyzed, 0.28%.

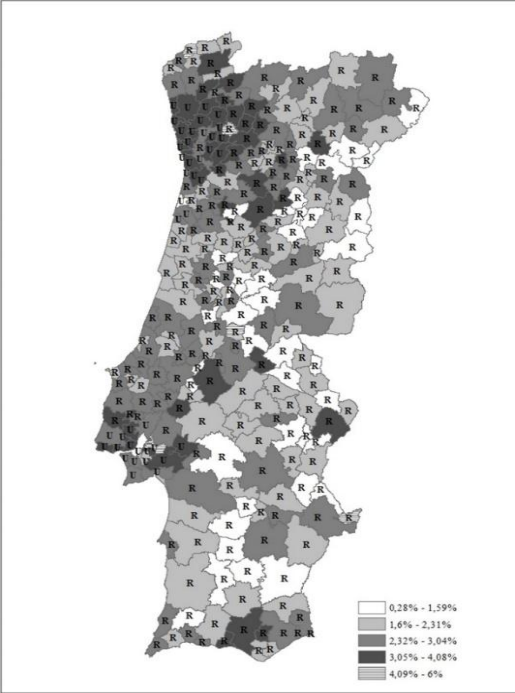
There are higher entrepreneurship rates in the coastal zone of the country, with greater relevance for the metropolitan areas of Lisbon and Porto (see Figure 1). Most of these areas are characterized as urban; nevertheless, some rural municipalities with high rates of entre-

preneurship, such as Mafra and Vale de Cambra, also belong to these metropolitan areas.

Figure 2 shows the outliers as well as possible clusters of entrepreneurship.⁴ Two clusters are identified in an area where a high entrepreneurship rate prevails (high-high clusters). These clusters encompass 40 municipalities, mostly urban, located in the metropolitan areas of Lisbon and Porto, or belonging to areas contiguous to these metropolitan municipalities, such as Braga, Vizela and Vila Verde. Most of the municipalities belonging to high-high clusters have very similar economic characteristics, namely in terms of purchasing

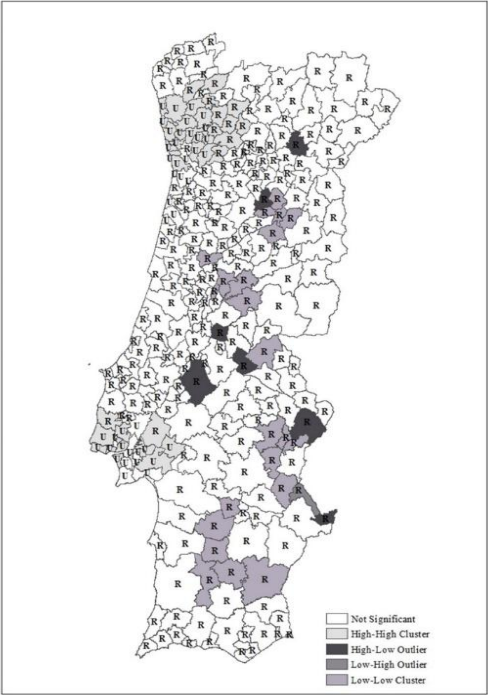
⁴ Based on the Anselin Local Moran's I statistic to calculate the z-scores of each data set, it is possible to identify statistically significant clusters with high values (high-high cluster) and low values (low-low cluster), when the z-score is positive and high. A negative z-score indicates an outlier. Outliers can be high-low if the highlighted municipality registers a high value for the statistic analyzed, but is surrounded by municipalities that present low values, or low-high if the municipality analyzed presents a low statistical value, but is surrounded by municipalities with high values (GeoDA Center, 2016).

Figure 1. Entrepreneurship rate: Portuguese municipalities, 2011



Legend: U - Urban; R - Rural.

Figure 2. Entrepreneurship rate, clusters and outliers: Portuguese municipalities, 2011



Note: For a complete list of the municipalities that comprise the distinct clusters, see Tables A2-A3, in the Appendix.

Legend: U - Urban; R - Rural.

power, evidencing figures close to or above the national average. Nevertheless, it is noteworthy that the cases of Celorico de Basto, Mondim de Basto and Terras de Bouro also

belong to this high-high cluster. They present a high (entrepreneurial) rate similar to their neighboring municipalities, despite having unequal economic and demographic charac-

teristics, i.e., a lower level of purchasing power than the other municipalities (Instituto Nacional de Estatística, 2014) and a rural typology.

It should also be noted that the high-high cluster councils are located near major business centers (Lisbon and Porto), Science and Technology Parks (UPTEC, 2C2T, etc.), sea-ports (Leixões, Lisbon), international airports (Sá Carneiro, Humberto Delgado), and internationally recognized universities (Porto, Lisbon and Braga). These municipalities also have a high population density, except for rural counties (including those enumerated above) (Direção-Geral do Território, 2015).

Crossing the information provided by this map with the poverty index calculated according to the Węziak-Białowolska (2015) method, it can be seen that the municipalities that belong to this cluster show disparate values for the poverty index. For example, Celorico de Basto, Vizela and Paços de Ferreira present higher poverty rates than those observed in the remaining municipalities that make up the cluster, which are also higher than the national average, justified by a higher incidence of the long-term unemployment rate and illiteracy, respectively. On the other hand, Lisbon, Porto and Almada are the municipalities that show a lower incidence of poverty, since the values of illiteracy and unemployment are considered relatively low, and the purchasing power per capita is high, compared to the other Portuguese municipalities (Instituto Nacional de Estatística, 2014).

There are several clusters where the incidence of entrepreneurship is low (low-low clusters) – Figure 2. These municipalities are found in inland areas of mainland Portugal, especially in the regions of Baixo Alentejo, Alentejo Central, Beiras and Serra da Estrela and Viseu Dão-Lafões. Located far from the main cities of Lisbon and Porto, they do not have widespread, easy access to different support infrastructures, transportation facilities and business and cultural centers. These municipalities are entirely rural and with much lower population densities than those verified in the municipalities close to the large metropolitan areas (Direção-Geral do Território, 2015). The level of purchasing power per capita of the municipalities in this cluster shows that they have a low purchasing power, about 50% of the national average (Instituto Nacional de Estatística, 2014), while the unemployment

rate is around 4%. It should be noted that the councils of the clusters that have a higher purchasing power also show lower poverty rates, among which Vila Viçosa stands out as having these characteristics.

In Figure 2, we can also identify municipalities that are considered outliers, whether they are outliers with a high rate of entrepreneurship, which stand out in an area where low entrepreneurship rates prevail, or located in an area of high entrepreneurship, presenting low values for that rate. In the first type of outliers, i.e., municipalities with high rates of entrepreneurship but located in a region of low entrepreneurship, 7 municipalities stand out (Carraceda de Ansiães, Sátão, Elvas, Gavião, Vila de Rei, Barrancos and Chamusca). They are all located in inland regions of mainland Portugal, are rural and have a low population density (Direção-Geral do Território, 2015). Although they differ from their neighbors in terms of entrepreneurship, as seen in the low entrepreneurship cluster, these municipalities show, on average, low levels of purchasing power (around 60% of the national average) and high unemployment rates, except Vila de Rei (Instituto Nacional de Estatística, 2014). The municipalities with the highest unemployment rates have also a higher level of poverty, such as Carraceda de Ansiães.

There is only one low entrepreneurship municipality in an area of high entrepreneurship, Mourão, in Alentejo Central. This municipality presents a 1.1% entrepreneurship rate, which in comparison to the region where it is located is considered a relatively low entrepreneurship rate. It also shows a poverty index above the national average (52.89), and the longevity index (53.7), the illiteracy rate (11.8) and unemployment rate (5.48) are significant.

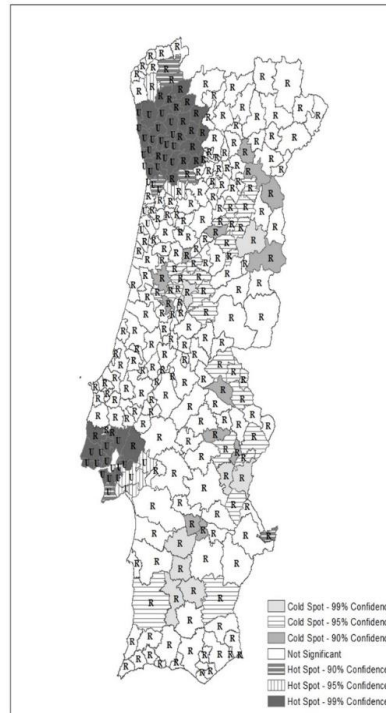
In terms of geospatial correlation, we can further identify (see Figure 3) hot and cold spots.⁵ The hot spots correspond, generally, to the metropolitan areas of Lisbon and Porto and some surrounding municipalities. These spatial

⁵ The ArcGis program calculates the Getis-Ord G_i^* statistic in each data set, obtaining z-scores and p-scores that enable the spatial grouping of low and high values of any statistical field (ESRI, 2016c). Thus, a municipality is a statistically relevant hot spot if it presents a high value (in this case, for the entrepreneurship rate) and is surrounded by municipalities that also present high entrepreneurship rates, that is, it has to present a high z-score and a low p-value. Otherwise, it will be a cold spot, that is, it presents relatively low values for the entrepreneurship rate, being surrounded by municipalities with similar entrepreneurship rates. (ESRI, 2016b).

hot spots represent municipalities with high rates of entrepreneurship and are surrounded by others with the same level of entrepreneurship. Eight municipalities are considered cold spots: Castro Verde, Ourique, Guarda, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Góis, Alandroal,

Redondo and Castanheira de Pera. These municipalities with low levels of entrepreneurship, and surrounded by similar municipalities, are located inland and have rural characteristics.

Figure 3. Hot and cold spots of entrepreneurship: Portuguese municipalities, 2011



Legend: U - Urban; R - Rural.

4.2 Municipal Poverty Index

The poverty index, calculated according to the Węziak-Białowolska method (2015) and obtained through the data available for the year 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2014), presents an average of 49.4 for the 278 municipalities of mainland Portugal, where the minimum rate verified is 23.6 (Lisbon, Metropolitan Area of Lisbon) and the maximum is 75.5 in Mesão Frio, in Região do Douro, Norte.

Figure 4 shows that the north and central regions and the southern municipalities of Alentejo are the areas where poverty is most noticeable. However, it would be misleading to limit poverty to these regions since it is not possible to identify a clear distribution pattern of this phenomenon.

The municipality with the highest poverty level, Mesão Frio, in the district of Vila Real and belonging to Região do Douro, is a rural municipality with a longevity index of 50.9%,

that is, only half the elderly population (with more than 65 years old) is over 75 years old, so longevity is relatively small. Furthermore, about 10.3% of its residents do not know how to read or write. With a purchasing power level of 57.8 per capita, about half of the national average, and with a long-term unemployment rate of around 15.0%, it would be expected that the poverty level of this municipality would be high, since the indicators used in the measure of the index are not favorable.

At the extreme opposite is Lisbon (belonging to the Metropolitan Area of Lisbon), where 53% of the elderly population is more than 75 years old, meaning a relatively higher longevity than in Mesão Frio, for example, and only 3.2 % of the population over 10 years old cannot read or write. Economic indicators are positive since they have a low long-term unemployment rate (3.6%) and the purchasing power per capita is around double the national average, circa 217. Thus, it is understandable

that Lisbon has the best results regarding the level of poverty, since the purchasing power indicator, which is also used to quantify po-

verty, is also a one-dimensional instrument to measure poverty and has a significant effect on this index.

Figure 4. Poverty Index: Portuguese municipalities, 2011

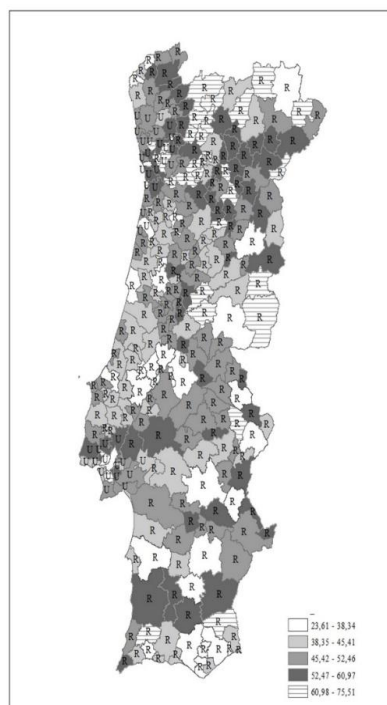
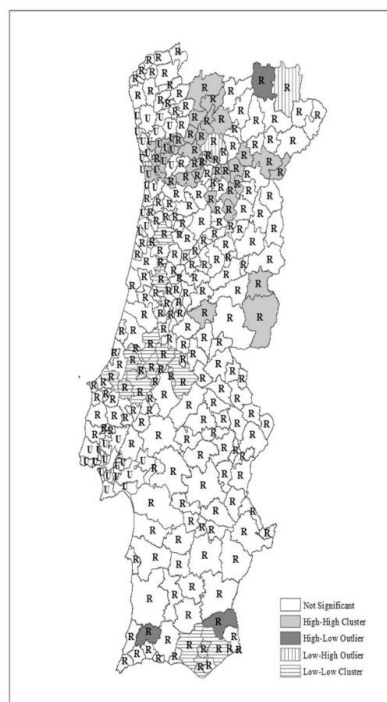


Figure 5. Clusters and outliers of the Poverty Index: Portuguese municipalities, 2011



Note: For a complete list of the municipalities that comprise the distinct clusters, see Tables A4-A5, in the Appendix.

Legend: U - Urban; R - Rural.

Figure 5 shows the clusters that constitute high poverty clusters, located in the North and Centre regions, and the low poverty clusters: Algarve, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Oeste, Aveiro Coimbra and Leiria. Aggregating according to the (high) level of poverty and proximity to other municipalities with this same characteristic, we can see they are located in the Metropolitan Area of Porto, Alto Tâmega, Ave, Douro, Tâmega and Sousa and Viseu Dão-Lafões where there is a higher incidence of poverty, concluding that the north is poorer than the center and south. Included in this cluster is Mesão Frio (Região do Douro), the poorest municipality in mainland Portugal with the highest poverty index of 75.5. It should also be noted that 78% of the municipalities in this high-high poverty cluster are rural, so although poverty is not restricted to rural or inland municipalities, it has a higher incidence in these territories.

The low poverty cluster is constituted, mainly, by southern municipalities. Faro, Loulé, São Brás de Alportel and Tavira are located in Algarve and constitute the low-low cluster. The largest low poverty cluster has 11 municipalities in the regions of Lezíria do Tejo, Médio Tejo and Oeste. The regions that make up the various low-low clusters are close to the Portuguese coast and metropolitan areas, however, the municipalities belonging to the respective clusters are, without exception, rural.

Regarding the high poverty outliers, Figure 5 highlights the existence of three rural municipalities: Alcoutim and Monchique in Algarve and Vinhais in Trás-os-Montes. Like Alcoutim (68.3), Monchique (61.5) stands out because of its high poverty in an area where contiguous municipalities have lower levels of poverty, mainly because of their low purchasing power (59.9 and 53.9, respectively) and high rates of illiteracy. The municipality of Vinhais, with a poverty index of 69.2, is worse off than its neighbors. In terms of the measurement of multidimensional poverty, the indicators used for its calculation reflect an elderly population (but with a low level of longevity (51.3)), illiterate (14.6%), with low purchasing power (half the national average, 51.3), and with a high rate of long-term unemployment (6.4%).

Analyzing the low poverty outliers, two rural and two urban municipalities stand out. The

rural cases, Bragança, in Trás-os-Montes and Vila Real, in Douro, capitals of their respective districts, have low poverty levels compared to the nearby municipalities, 35.9 and 39.2, respectively. They stand out because they have an older population (about half of the elderly population is over 75 years old), with an average illiteracy rate of 6.7%, and a level of purchasing power close to the national average (96.5 and 101.5, respectively).

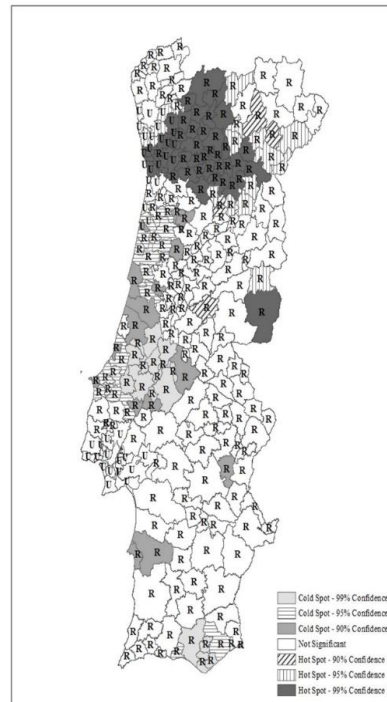
The urban councils that stand out for their reduced level of poverty, Lisbon and Porto, compared to their contiguous municipalities, are the most important cities in terms of economic power, infrastructures and the greatest concentration of population. Lisbon is, as we have seen, the least poor of all the 278 municipalities analyzed (with a 23.61 index), which contributes to its level of purchasing power per capita, at about twice the national average. The municipality of Porto has a poverty index of 34.58, where most of the population can read and write (2.8% illiteracy rate), the standard of living is well above average (161.7), but the long-term unemployment rate is high (6.98%).

The map of hot and cold spots created for the poverty index (Figure 6) shows, as does the map of clusters and outliers, the relationship between the poverty index of a municipality and the municipalities that surround it. Thus, in Northern Portugal and Beira Baixa, the municipalities are more likely to have high levels of poverty, creating a hot spot. As noted above, the municipalities of the Metropolitan Area of Porto, Alto Tâmega, Ave, Beira Baixa, Beiras and Serra da Estrela, Douro, Tâmega and Sousa, Terras de Trás-os-Montes and Viseu Dão-Lafões show high levels of poverty, being many contiguous.

Some municipalities belonging to the regions of Algarve and Central Portugal (Médio Tejo, Leiria and Lezíria do Tejo) are, in contrast, the municipalities that make up the cold spot, that is, they coincide with the low poverty cluster built in Figure 6.

Spearman's correlation coefficient between the poverty index and the entrepreneurship rate is -0.696 (p-value = 0.000), thus it can be stated that, on average, municipalities with higher entrepreneurship rates observe lower poverty rates.

Figure 6. Hot and cold spots of the Poverty Index: Portuguese municipalities, 2011



Legend: U - Urban; R - Rural.

4.3 Causality analysis between the entrepreneurship rate and the poverty index at a regional level

Although preliminary and tentative, this study makes an econometric evaluation of the factors that could, potentially, explain the poverty level of a municipality and region. Based on the literature review, the main hypothesis proposed in this study is that the entrepreneur-

ship rate of each municipality will be related to its poverty index. Specifically, it is expected that, by controlling for other relevant factors that may explain the poverty index of each area (e.g., purchasing power index, unemployment rate, sectoral distribution of economic activity, and rural/urban location), a more entrepreneurial municipality has, on average, a lower level of poverty.

Generally:

$$\begin{aligned} Poverty_i = & \beta_1 + \beta_2 Entrepreneurship\ rate_i + \beta_3 Purchasing\ Power\ Index_i \\ & + \beta_4 Unemployment\ rate_i + \beta_5 Activity\ rate_i + \beta_6 Primary\ sector\ weight_i \\ & + \beta_7 Tertiary\ sector\ weight_i + \beta_8 Rural_i + \varepsilon_i \end{aligned}$$

Where i represents the municipality / region and ε_i is the random perturbation term.

In order to obtain adequate statistics to construct the explanatory variables of the model, the PORDATA online database was used to aggregate statistical information from the Instituto Nacional de Estatística (data from the 2011 Census), such as municipal databases of purchasing power, unemployment rate, and predominant sectors of activity in the economy of each municipality (primary and tertiary).⁶ Regarding the information available for the classification of municipalities as rural or ur-

ban, Pato (2017) classified the Portuguese municipalities according to the OECD methodology for this particular area, and concluded that 85% of the national territory is considered rural under the National Strategic Development Plan for Regional Development (2007-2013).

Using the Variance Inflation Factors (VIF) and the White Test to evaluate, respectively, the multicollinearity between the independent variables and the homoscedasticity of the residues, we conclude that there are no multicollinearity problems (all VIFs associated with the independent variables are equal to or

⁶ These statistics, for the year 2011 (Census 2011), were obtained from the PORDATA online database.

less than 2.81). However, there is evidence of heteroscedasticity (the homoscedasticity hypothesis is rejected for $\chi^2(43) = 103.49$ and a p -value = 0.0000). Thus, when the model has heteroscedastic errors the problem of inference can be solved, keeping the estimator consistent and inefficient, considering an alternative estimator of the ordinary least squares (OLS) that is efficient (BLUE – best linear unbiased estimator –, with the lowest conditional variance). This is called weighted least squares, which uses the OLS to estimate the model and White's variance-covariance matrix is robust to heteroscedasticity for the t -tests and intervals of confidence.

We estimated three models - one including all municipalities (Model 1), and the others including only rural municipalities (Model 2)

and urban municipalities (Model 3). The results obtained for the F statistic indicate that the models have a high global significance, and that over 70% of the variance of the dependent variable is explained by the set and variables included in the models (see Table 2).

Considering all the municipalities (Model 1) and rural municipalities (Model 2), all else kept constant, on average, municipalities with higher entrepreneurship rates also have higher poverty rates. That is, contrary to what would be expected in theoretical terms, regional poverty and entrepreneurship appear positively related. Regarding urban municipalities (Model 3), there is not sufficient statistical evidence to establish a causal link between the rate of entrepreneurship and poverty.

Table 2. Determinants of the municipal poverty index, Portugal

		Model 1 (All)	Model 2 (Rural)	Model 3 (Urban)
Entrepreneurship	Entrepreneurship Rate	0.0349** (0.0171)	0.0240* (0.0147)	-0.1621 (0.1144)
Development level/ Purchasing Power	Purchasing Power Index	-0.7118*** (0.0676)	-0.7221*** (0.0721)	-0.4932*** (0.1814)
Labor Market	Unemployment rate	0.0912*** (0.0308)	0.0842*** (0.0301)	0.4536*** (0.1059)
	Activity rate	-0.1178 (0.0797)	-0.0972 (0.0821)	1.3752*** (0.4698)
Productive Specialization (default: Secondary sector weight)	Primary sector weight	0.1907** (0.0964)	0.2081** (0.0943)	-.9139 (.6051)
	Tertiary sector weight	0.0453 (0.0897)	-0.1217 (0.0979)	0.1886 (0.2088)
Rural location	Rural (dummy=1 if rural municipality; 0 if urban municipality)	-0.2796*** (0.0297)		
	N° of observations	278	235	43
Adjustment quality	F Statistics	56.28 (0.000)	63.78 (0.000)	15.12 (0.000)
	R²	0.7039	0.7423	0.7339

Note: *** (**) [*] Statistically significant at 1% (5%) [10%]. Grey cells indicate the estimations that are statistically significant. The variances are between brackets and are robust. All dependent and independent variables (other than the categorical rural and sector) are logarithmic. Estimations by weighted OLS, made with Stata 14.0 © software.

Additionally, on average, the poorest municipalities tend to have the lowest purchasing power, higher unemployment rates, and higher weight of primary activities, and are rural.

The theoretical link between entrepreneurship and poverty has suggested that business creation should generate higher growth (Audretsch *et al.*, 2006), particularly at the regional level and, therefore, could reduce the poverty of regions and municipalities.

Audretsch *et al.* (2006), although they did not try to establish any direct relationship between entrepreneurship and poverty, showed that for the 327 German municipalities, entrepreneurship (measured by the number of companies created in relation to the population) is a fundamental factor to explain municipal economic performance. In particular, they concluded that in German municipalities where there is more entrepreneurship, economic growth is greater. Where poverty should, con-

sequently, be lower.

In the Schumpeterian model proposed by Aghion and Howitt (2005), there is a possibility that the importance of entrepreneurship may be different for growth (and hence for poverty), depending on the country's development phase. Specifically, the model postulates that the creation of new enterprises (or threats of new entrants in the market) fosters more innovation and increased productivity resulting from the greater innovative profile of the new companies and the fact that new entrants' threats generate incentives for innovation and prevent the entry of competitors. Empirically, this model supports the idea that the creation of new enterprises, i.e., entrepreneurship, has a greater positive effect on growth in sectors, regions or countries that are closer to the technological frontier, but a smaller positive effect, or even negative one, on sectors, regions or countries that are laggards in technological terms. Again, nothing is said about poverty, but assuming that economic growth and poverty have a negative relationship, Aghion and Howitt's model would help explain the equally negative relationship between entrepreneurship and poverty.

Our results seem to support the idea that rural municipalities, less well equipped from the technological point of view, where necessity entrepreneurship is more frequent than opportunity entrepreneurship, a higher entrepreneurial rate does not mean higher economic growth and/or lower poverty, on the contrary. Usually, necessity entrepreneurship is not planned nor is it motivated by a legitimate desire to accomplish. It is, rather, an attempt (also legitimate, but not necessarily economically efficient) to find an alternative occupation to jobs created by others that generates income. In this context, the companies generated by necessity entrepreneurship tend to be very fragile and have a (very) high probability of bankruptcy, generating losses of wealth and destruction of value.

Barros and Pereira (2008), who analyzed the impact of entrepreneurship on economic growth rates for 853 Brazilian municipalities, found that in the municipalities with the highest entrepreneurial rate, economic growth was lower. The authors attribute this result to the fact that Brazil is a relatively backward country from the technological point of view and the most common entrepreneurship in the municipalities under analysis is the necessity kind,

generated by lack of employment and characterized by levels of productivity lower than those found in large incumbent companies. Although this study, like the Aghion and Howitt (2005) model, does not link entrepreneurship with poverty, it seems that the higher rate of entrepreneurship in Brazilian municipalities may be linked to a higher poverty rate due to lower economic performance.

In the present study, we did not classify the type of entrepreneurship by type of municipality - rural versus urban. However, Brás (2016) has highlighted that a huge part of Portuguese entrepreneurship is motivated by unemployment, that is, associated to necessity and not to opportunity, with little impact on economic growth. The scarcity of employment opportunities in structured sectors of the economy is more prevalent in rural than urban municipalities, where it is acceptable that necessity entrepreneurship has, when compared with urban municipalities, a much higher magnitude.

In summary, in Portugal and, particularly, in rural municipalities, given the prevalence of necessity entrepreneurship, the creation of companies has not been a poverty reducing factor, but instead, the more entrepreneurial these municipalities, on average, the poorer they are.

5. CONCLUSION

5.1 Main contributions and policy implications

The main goal of the present study was to analyze the relationship between entrepreneurship and poverty in the regions, particularly rural regions, in a developed country.

There are three main contributions. First, although there is already a substantial number of studies that have focused on analyzing the causality between entrepreneurship and economic growth at a regional level, little attention has been paid to the causal link between entrepreneurship and poverty. In addition, the literature on regional entrepreneurship supports the idea that regions with higher levels of entrepreneurship tend to show lower poverty rates. However, such evidence is based on empirical studies that focus mostly on regions of underdeveloped or developing countries. There are very few studies focusing on regions (rural and urban) of developed countries. For this reason, the present study adds significantly

to the scientific literature on the topic by explicitly establishing a causal link between entrepreneurship and poverty in rural and urban regions of a developed country (Portugal).

Second, a poverty index was built at the municipal level involving a multidimensional concept of poverty, thus contributing to the development of a Portuguese municipal ranking of poverty indices.

Third, the results obtained serve to uncover a dark side of entrepreneurship. Specifically, they underline the danger of preconceived ideas, such as (all) entrepreneurship is the 'miracle' solution to economic performance and a way out of the poverty cycle. In particular, it shows that, in Portugal, a developed but technologically backward country, entrepreneurship at regional level, which is mostly of the necessity type, has contributed to higher levels of poverty, especially in rural municipalities.

As highlighted by Brás (2016), one of the most worrying characteristics of entrepreneurship in Portugal is that it is (excessively) dependent on government initiatives, such as the former 'Programa de Estímulo à Oferta de Emprego', the 'Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego', or programs such as 'Empreende Já',⁷ whose prerequisite to award support/subsidies is unemployment. This necessity entrepreneurship is connected with high risk, because it targets populations (young and/or unemployed) that have, typically, gaps in terms of training, experience and/or preparation for business, and who also poorly informed about the existing business opportunities in the market. In addition, they generally lack an effective entrepreneurial vocation, revealing low motivation and limited capacity to respond to the demands imposed by the business world.

Portuguese public policies have accentuated the bias towards necessity entrepreneurship, to the disadvantage of opportunity entrepreneurship, based on innovation, training and the

creation of goods and services with high benefit, which should be built on an endogenous growth model with capital and technology as basic pillars. The present study highlights the need for new, alternative policies to boost entrepreneurship and rural entrepreneurship where business creation, focused on market opportunities and endogenous resources of the regions, becomes a relevant instrument for economic growth and the regions' development.

5.2 Limitations and future research

The study presents, in terms of index construction, some limitations. The use of secondary data collected from the *Instituto Nacional de Estatística* restricts the possibility of using some indicators referred to in the literature required to build the poverty index. Specifically, the absence of a material poverty measure at the county level (the threshold of municipal poverty), makes it impossible to directly adapt the Węziak-Białowolska (2015) human poverty index. The choice of a one-dimensional method to calculate the entrepreneurship rate restricts the research, so the use of a more complex indicator that distinguishes, for example, necessity and opportunity entrepreneurship would be a benefit to the study.

Another important limitation regards the use of one-time (2011) cross-sectional data. The year of 2011 was a 'special' year to Portugal. The country faced severe economic constraints and requested a €78 billion IMF-EU bailout package in a bid to stabilize its public finances. In this vein, the selected period might biased the analysis. Future research efforts should target the construction and estimation of a panel data, which could shed additional light on the evolution of poverty and entrepreneurship.

⁷ See <https://eja.juventude.gov.pt/#/>, accessed in May 2017.

REFERENCES

- Ács, Z. J., Szerb, L., Ortega-Argilés, R., Aidis, R., & Coduras, A. (2014). The Regional Application of the Global Entrepreneurship and Development Index (GEDI): The Case of Spain. *Regional Studies*, 0(0), 1–18.
- Aghion, P. & Howitt, P. (2005). Growth with Quality-Improving Innovations: An Integrated Framework, *Handbook of Economic Growth*, in: P. Aghion & S. Durlauf (ed.), *Handbook of Economic Growth*, edition 1, volume 1, chapter 2, pages 67–110, Elsevier.
- Alkire, S., & Foster, J. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, 95(7–8), 476–487.
- Alkire, S., & Santos, M. (2013). A Multi-dimensional Approach: Poverty Measurement & Beyond. *Social Indicators Research*, 112(2), 239–257.
- Amorós, J., & Cristi, O. (2011). Poverty and Entrepreneurship in Developing Countries. In M. Minniti (Ed.), *The Dynamics of Entrepreneurship: Evidence from Global Entrepreneurship Monitor Data* (pp. 209–230). Oxford University Press.
- Avrakmenko, A., & Silver, J. (2010). Rural entrepreneurship: expanding the horizons. *International Journal Entrepreneurship and Innovation Management*, 11(2), 140–155.
- Audretsch, D.B., Keilbach, M.C., & Lehmann, E.E. (2006). *Entrepreneurship and economic growth*. New York: Oxford University Press.
- Barros, A.A. de, & Pereira, C. M. M.A. (2008). Entrepreneurship and economic growth: some empirical evidence. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(4), 975–993.
- Brás, G.N.R. (2016). O empreendedorismo ao nível do país e a nível da empresa : o papel do 'intrapreneurship' na internacionalização de empresas portuguesas. Coimbra: Tese de doutoramento. Available in <http://hdl.handle.net/10316/29360>.
- Bruton, G., Ahlstrom, D., & Si, S. (2015). Entrepreneurship, poverty, and Asia: Moving beyond subsistence entrepreneurship. *Asia Pacific Journal of Management*, 32(1), 1–22.
- Chikweche, T., & Fletcher, R. (2013). Entrepreneurship and ethics under extreme conditions of poverty: Exploring the ethical realities faced by entrepreneurs. *Academy of Entrepreneurship Journal*, 19(2), 47–112.
- Colombelli, A., Krafft, J., Vivarelli, M., & No, G. W. P. (2016). *Entrepreneurship and Innovation : New Entries, Survival, Growth*. Work in progress in the Groupe de Recherche en Droit, Economie et Gestion (GREDEG), University of Nice-Shopia Antipolis
- Commins, P. (2004). Poverty and Social Exclusion in Rural Areas: Characteristics, Processes and Research Issues. *Sociologia Ruralis*, 44(1), 60–75.
- Cressy, R. (2008). Determinants of small firm survival and growth. In M. Casson, B. Yeung, A. Basu, & N. Wadeson (Eds.), *The Oxford Handbook of entrepreneurship* (1st ed., pp. 161–193). Oxford: Oxford University Press.
- Cuong, N., Truong, T., & van der Weide, R. (2010). Poverty and Inequality Maps in Rural Vietnam: An Application of Small Area Estimation. *Asian Economic Journal*, 24(4), 355–390.
- De Caldas, R., & De Sampaio, Y. (2015). Poverty in Brazilian northeast: A multidimensional analysis. *Revista de Economia Contemporânea*, 19(1), 74–96.
- De Janvry, A., & Sadoulet, E. (2010). Agricultural Growth and Poverty Reduction : Additional Evidence. *The World Bank Research Observer*, 25(1), 1–20.
- Decker, R., Haltiwanger, J., Jarmin, R., & Miranda, J. (2014). The Role of Entrepreneurship in US Job Creation and Economic Dynamism. *Journal of Economic Perspectives*, 28(3), 3–24.
- Dehury, B., & Mohanty, S. (2015). Regional Estimates of Multidimensional Poverty in India. *Economics*, 9(2015–36), 1–36.
- Direção-Geral do Território. (2015). CAOP 2015. Visited in May 30th, 2016, http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_em_vigor/
- ESRI. (2016a). Cluster and Outlier Analysis (Anselin Local Moran's I Visited in May 31st, 2016, <http://desktop.arcgis.com/en/arcmap/10.3/tools/spatial-statistics-toolbox/cluster-and-outlier-analysis-anselin-local-moran-s.htm>
- ESRI. (2016b). Hot Spot Analysis (Getis-Ord Gi*). Visited in May 30th, 2016, <http://desktop.arcgis.com/en/arcmap/10.3/tools/spatial-statistics-toolbox/hot-spot-analysis.htm>

ESRI. (2016c). How Hot Spot Analysis (Getis-Ord Gi*) works. Visited in May 30th, 2016, <http://pro.arcgis.com/en/pro-app/tool-reference/spatial-statistics/h-how-hot-spot-analysis-getis-ord-gi-spatial-statistics.htm>

ESRI. (2016d). Visited in May 30th, 2016, <http://desktop.arcgis.com/en/>

Fortunato, M. (2014). Supporting rural entrepreneurship: a review of conceptual developments from research to practice. *Community Development*, 45(4), 387–408.

GeoDA Center. (2016). Local Spatial Autocorrelation. Visited in May 31st, 2016, <https://geodacenter.asu.edu/node/393>

Goel, G., & Rishi, M. (2012). Promoting entrepreneurship to alleviate poverty in India: An overview of government schemes, private-sector programs, and initiatives in the citizens' sector. *Thunderbird International Business Review*, 54(1), 45–57.

Guedes, G., Brondízio, E., Barbieri, A., Anne, R., Penna-Firme, & D'Antona. (2012). Poverty and Inequality in the Rural Brazilian Amazon: A Multidimensional Approach. *Human Ecology*, 40(1), 41–57.

Halim, M., Zakaria, Z., Hamid, A., & Khalid, M. (2014). Fostering Micro-Entrepreneurship as Panacea to Poverty Eradication in the Malaysian Economy: A Conceptual Perception. *Asian Social Science*, 10(13), 287–292.

Hoffman, A., & Ahmad, N. (2008). A framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship. OECD Statistics Working Paper. Available at: SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1090374>

Imai, K., Gaiha, R., & Thapa, G. (2015). Does non-farm sector employment reduce rural poverty and vulnerability? Evidence from Vietnam and India. *Journal of Asian Economics*, 36, 47–61.

Instituto Nacional de Estatística. (2014). Censos 2011 Visited in March 15th, 2016, http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS

Instituto Nacional de Estatística. (2015). Pobreza e desigualdade económica. Visited in January 23th, 2016, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados

Instituto Nacional de Estatística. (2016). INE. Visited in January 23th, 2016, www.ine.pt

Iversen, J., & Malchow-Moeller, N. (2008). Defining and Measuring Entrepreneurship. *Foundations and Trends in Entrepreneurship*, 4(1), 1–63.

Kang, W., & Imai, K. (2012). Pro-poor growth, poverty and inequality in rural Vietnam. *Journal of Asian Economics*, 23(5), 527–539.

Kelley, D., Singer, S., & Herrington, M. (2016). *Global Entrepreneurship Monitor: 2015 / 16 Global Report*.

Komlósi, É., Szerb, L., Ács, Z. J., & Ortega-Argilés, R. (2015). Quality-related regional differences in entrepreneurship based on the GEDI methodology: The case of Hungary. *Acta Oeconomica*, 65(3), 455–477.

Korsgaard, S., & Müller, S. (2015). Rural entrepreneurship or entrepreneurship in the rural – between place and space. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 21(1), 5–26.

Krishnaji, N. (1997). Human Poverty Index: A Critique. *Economic and Political Weekly*, 32(35), 2202–2205.

Kwadzo, M. (2015). Choosing Concepts and Measurements of Poverty: A Comparison of Three Major Poverty Approaches. *Journal of Poverty*, 19(4), 409–423.

Lazos-Ruiz, A., Moreno-Casasola, P., & Galante, E. (2014). Green Rural Enterprises: Guidelines for Empowering Local Groups towards Sustainable Ventures. *Journal of Environmental Planning and Management*, 57(11–12), 1849–1871.

Lee, I. H., Hong, E., & Sun, L. (2013). Regional knowledge production and entrepreneurial firm creation: Spatial Dynamic Analyses. *Journal of Business Research*, 66(10), 2106–2115.

Mahmood, S., Hussain, J. & Matlay, H.Z. (2014). Optimal microfinance loan size and poverty reduction amongst female entrepreneurs in Pakistan. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 21(2), 231–249.

Marivoet, W., & De Herdt, T. (2015). Poverty lines as context deflators: A method to account for regional diversity with application to the Democratic Republic of Congo. *Review of Income and Wealth*, 61(2), 329–352.

McCann, P., & Ortega-Argilés, R. (2016). Smart specialisation, entrepreneurship and SMEs: issues and challenges for a results-oriented EU regional policy. *Small Business Economics*, 537–552.

Milbourne, P. (2004). The local geographies of poverty: a rural case-study. *Geoforum*, 35(5), 559–575.

Mogstad, M., Langorgen, A. & Aaberge, R.J. (2007). Region-specific versus country-

specific poverty lines in analysis of poverty. *The Journal of Economic Inequality*, 5(1), 115–122.

Nunes, L. (2016). Schumpeter's entrepreneurs in the 20th century: The Tucker automobile. *Technological Forecasting & Social Change*, 102, 14–20.

Pato, L. (2017). Trends of rural entrepreneurship: Three essays concerning the theme, Work in progress as part of the Doctoral Programme in Business and Management Studies, at Porto Economics Faculty, University of Porto

Petrin, T. (1994). Entrepreneurship as an economic force in rural development. Visited in December 7th, 2015, http://www.fao.org/docrep/w6882e/w6882e02.htm#P44_8010

PORDATA. (2015). Habitação, Conforto e Condições de Vida. Visited in January 23th, 2016, <http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Condi%C3%A7%C3%B5es+de+Vida-54>

PORDATA. (2016). PORDATA. Visited in March 16th, 2016, www.pordata.pt

Radeny, M., van den Berg, M., & Schipper, R. (2012). Rural Poverty Dynamics in Kenya: Structural Declines and Stochastic Escapes. *World Development*, 40(8), 1577–1593.

Rasiah, R., & Miao, Z. (2015). Reducing poverty in Timor-Leste through stimulating growth and structural change. *Institutions and Economies*, 7(3), 40–68.

Reynolds, P. (2007). *Entrepreneurship in the United States - The Future is Now* (1st ed.). Springer.

Rodríguez-Pose, A., & Hardy, D. (2015). Addressing poverty and inequality in the rural economy from a global perspective. *Applied Geography*, 61, 11–23.

Rolo, J., & Cordovil, F. (2014). *Rural, Agriculturas e Políticas*. Lisboa: Animar-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.

Sanders, J., & Galloway, L. (2013). Rural small firms' website quality in transition and market economies. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 20(4), 788–806.

Sen, A. (1973). Poverty, Inequality and Unemployment: Some Conceptual Issues in Measurement. *Economic and Political Weekly*, 8(31/33), 1457–1459.

Sen, A. (1976). Poverty: An Ordinal Approach to Measurement. *Econometrica*, 44(2), 219–231.

Sen, A. (1985). A Sociological Approach to the Measurement of Poverty: A Reply to Professor Peter Townsend. *Oxford Economic Papers*, 37(4), 669–676.

Si, S., Yu, X., Wu, A., Chen, S., Chen, S., & Su, Y. (2015). Entrepreneurship and poverty reduction: A case study of Yiwu, China. *Asia Pacific Journal of Management*, 32(1), 119–143.

Sikora, A., & Nybakk, E. (2012). Rural development and forest owner innovativeness in a country in transition: Qualitative and quantitative insights from tourism in Poland. *Forest Policy and Economics*, 15, 3–11.

Szerb, L., Acs, Z. J., Autio, E., Ortega-Argiles, R., & Komlósi, É. (2013). REDI: The Regional Entrepreneurship and Development Index – Measuring regional entrepreneurship.

Teekens, R. (1990). Inequality and poverty: Portugal compared with Greece, Ireland and Spain. *Estudos de Economia*, 10(2), 111–142.

Tobias, J., Mair, J., & Barbosa-Leiker, C. (2013). Toward a theory of transformative entrepreneuring: Poverty reduction and conflict resolution in Rwanda's entrepreneurial coffee sector. *Journal of Business Venturing*, 28(6), 728–742.

UNESCO. (2015). Poverty. Visited in November 15th, 2015, <http://www.unesco.org/new/en/social-and-humansciences/themes/international-migration/glossary/poverty/>

United Nations Development Programme. (1997). *Governance for Sustainable Human Development - Human Development Report 1997*.

Urbano, D., & Aparicio, S. (2016). Entrepreneurship capital types and economic growth: International evidence. *Technological Forecasting and Social Change*, 102, 34–44.

Weziak-Bialowolska, D. (2015). Poverty in the regions of the European Union – measurement with a composite indicator. *Contemporary Economics*, 9(2), 113–154.

Yang, X., & Hung, K. (2014). Poverty alleviation via tourism cooperatives in China: The story of Yuhu. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 26(6), 879–906.

ANNEX

Table A1: Summary of the studies focused on regional poverty

	Authors (year)	Country/ Region	No of analyzed regions	Period of analysis	Poverty mea- surement	Methodology	Main Results
Developed countries	Weziak - Bialowolska (2015)	European Union	276 NUT II regions from 28 countries	2010- 2013	Human Poverty Index for devel- oped countries $HPI - 2$ $= \left[\frac{1}{4} (p_1^3 + p_2^3 + p_3^3 + p_4^3) \right]^{\frac{1}{3}}$	Quantitative Descripti- ve/exploratory analysis	1. Scales of poverty differ largely between EU countries; 2. There are statistically significant differences in poverty levels be- tween regions of the same country, throughout all EU
	Mogstad, <i>et al.</i> (2007)	Norway	21	2001	Regional poverty line	Causality quantita- tive analysis	1. Poverty analysis based on the national poverty line tends to increase urban pov- erty rates and reduce rural poverty rates; 2. The poverty level of a country is not signif- icantly changed by the defini- tion of the poverty line (if national or regional)
Develop- ing countries	Guedes <i>et al.</i> (2012)	Bra- zil/Amazo nia	1	1997- 1998 and 2005	Multidimen- sional Poverty Index and poverty and inequality measures based on household income	Causality quantita- tive analysis	1. The one- dimensional measure of poverty tends to overestimate poverty rates, espe- cially in the rural con- text; 2. The use of relative poverty measures reduces the differences between poverty rates for different samples
	Dehury & Mohanty (2015)	India	82	2011- 2012	Multidimensio- nal Poverty Index - MPI	Causality quantita- tive analysis	1. 43% of the Indian population is considered

Developing countries							to be multidimensionally poor; 2. The MPI decomposition points to health (36%) as the largest dimension in the poverty index, followed by housing (31%), income (22%) and education (11%)
	Radeny <i>et al.</i> (2012)	Kenya	8	2000-2009	Consumption expenditure and income poverty lines	Causality quantitative analysis	1. Kenya has a high incidence of rural poverty; 2. An increase in poverty headcount and poverty gap is observed; 3. There is a benefit in using complementary methods of measuring poverty, allowing a better understanding of the causes of poverty
	Cuong <i>et al.</i> (2010)	Vietnam	8	1999-2006	Expenditure and income poverty line	Causality quantitative analysis	1. Regions with a poverty rate close to the national poverty rate are the ones that show a greater reduction in poverty during the period under analysis; 2. The poorest provinces reveal reduction in the poverty rate, but at a slower pace than the other regions; 3. The results obtained from the income-

							based pov- erty estima- tion are similar to the results obtained from the consumption / expendi- ture-based poverty estimation
--	--	--	--	--	--	--	---

A Sustentabilidade da Educação Enquanto Fator Promotor do Desenvolvimento Local: Reflexões a Partir do Estudo de Caso de um Município do Baixo Alentejo

The Sustainability of Education as a Key Factor for Local Development: Reflections From the Case Study of a Municipality in Baixo Alentejo

Sandra Saúde

ssaude@ipbeja.pt

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais e do Laboratório de Animação Territorial
(CICS.NOVA), Instituto Politécnico de Beja

Sandra Lopes

slopes@ipbeja.pt

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais e do Laboratório de Animação Territorial
(CICS.NOVA), Instituto Politécnico de Beja

Filomena Machado

fmachado@ipbeja.pt

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais e do Laboratório de Animação Territorial
(CICS.NOVA), Instituto Politécnico de Beja

Resumo/ Abstract

Neste artigo reflete-se sobre como um município do interior, estruturalmente fragilizado, se procura (re)inventar através de uma aposta estruturante na educação. Parte-se do binómio *educação e desenvolvimento* para demonstrar que a sustentabilidade de um território tem maiores probabilidades de sucesso se existir capacidade instalada de ação e de governação que assuma a gestão estratégica diferenciada dos recursos existentes, neste caso educativos, como pressuposto de base. Tendo por base a experiência de construção partilhada do Plano Estratégico Educativo Municipal, procura-se, com o caso em análise, discutir como o papel assumido pelas autarquias e pelos atores locais pode ser utilizado estrategicamente como catalisador de interesses e ações dos atores locais em prol da materialização da educação como vetor de desenvolvimento socioeconómico.

In this paper we reflect on how an inland municipality, socioeconomically fragile, seeks to (re)invent itself by structurally investing in education. Taking into account the relation between education and development, we demonstrate that the sustainability of a territory is far more likely to succeed if there is an effective capacity for action and governance, in which it is assumed that the existing resources, in this case the educational, must be strategically managed. Based on the experience gained in the shared design of the Municipal Strategic Education Plan, and by analysing the current case study, we discuss how the involvement of municipal authorities and local actors can be decisive to mobilize the interests and synergies to promote education as a factor of socioeconomic development.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Educação e desenvolvimento socioeconómico; Capital Social; Governação local

Códigos JEL: I25; O18

Keywords: Local Development; Education and socioeconomic development; Social Capital; Local Governance.

JEL Codes: I25; O18

1. INTRODUÇÃO

Os fatores que influenciam o desenvolvimento regional e local são numerosos e diversos. O desenvolvimento de um território não se resume ou mede exclusivamente pelo crescimento económico, exige, sim, a análise complementar das dinâmicas sociais, culturais, educativas e políticas existentes na comunidade.

Num contexto de crise económico-financeira, como o que vivemos, torna-se importante retomar a reflexão sobre o verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento e, em particular, do de desenvolvimento local, relembrando o pressuposto básico, vincado por Simões Lopes (2006: 46), de que “o desenvolvimento é para as pessoas; e é para as pessoas “onde estão”, porque não é legítimo que sejam sempre e só as pessoas a deslocarem-se para procurar o desenvolvimento que não lhes chega”.

Apesar de Portugal continuar a apresentar fortes assimetrias regionais (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2016) podemos, ainda assim, encontrar inúmeros territórios, situados no comumente denominado interior, onde emergem importantes dinâmicas de desenvolvimento local que importa valorizar e disseminar, pois decorrem da existência de capacidades instaladas de liderança e de boa governação e da vontade em assumir em rede, e de forma participada, a gestão estratégica dos problemas e das soluções.

Neste artigo, e tendo por base a dinâmica comunitária criada à volta da conceção do Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito (PEEMA), localizado no Baixo Alentejo, procuramos refletir como, num território, profundamente fragilizado com as tendências pesadas de todos os principais indicadores socioeconómicos, se procura (re)inventar a sustentabilidade local tendo por base a aposta estratégica na educação. Aposta assumida, por toda a comunidade (câmara municipal, entida-

des educativas, culturais, sociais, desportivas e económicas), como um vetor diferenciador e de valorização socioeconómica do município, justificado, pela existência:

- de uma dinâmica educativa, associativa e cultural muito forte, preservadora do património e das identidades locais,
- de um elevado interesse e participação da comunidade em ações de educação e qualificação, formais e não formais,
- de um forte espírito de cooperação e de trabalho em rede entre as diversas entidades - agrupamento de escolas, associações culturais e desportivas e empresas (as poucas existentes)- que ainda assim importava melhorar, e,
- de uma escola profissional diferenciadora, reconhecida a nível regional e nacional, que atrai, anualmente, para o município mais 39% de jovens¹ provenientes de outros municípios.

Além de potenciar o rejuvenescimento da população, o acesso à educação reforça a resiliência estratégica comunitária, sendo uma “(...) das medidas de investimento mais reprodutivas no processo de desenvolvimento” (Simões Lopes, 2006:52). Este é o pressuposto de base do PEEMA e da dinâmica de desenvolvimento local em curso em Alvito.

Com este artigo pretendemos dar a conhecer o processo de construção partilhada desta visão e ambição estratégica. Para o efeito, e tendo por base os pressupostos teóricos que discutem os fatores, materiais e imateriais, que constroem o desenvolvimento dos territórios mais vulneráveis, bem como, como a governação local e o trabalho em rede, suportado pela inovação tecnológica, emergiram como instrumentos de capacitação das dinâmicas de desenvolvimento local, é apresentada a forma como a aposta na educação, e respetiva coordenação local, é assumida, pelos munícipes de

¹ Comparativamente com o número de jovens residentes de Alvito, na mesma faixa etária.

Alvito, como uma opção válida de política territorial local.

Sustentado na observação direta e participante, dado fazermos parte da equipa de consultores contratada para apoiar a construção do PEEMA e, igualmente, nos dados recolhidos ao longo de todo o processo, apresentamos este processo como um caso de estudo, e de reflexão, sobre os contornos, teóricos e práticos, da relação sustentável existente entre educação e desenvolvimento, particularmente, em territórios de baixa densidade socioeconómica.

2. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: METAMORFOSES DE UMA RELAÇÃO CONCEPTUAL

O conceito de Desenvolvimento Local tem a sua origem na teoria do desenvolvimento endógeno de Friedmann e Weaver (1979) e Stöhr (1981,1984) surgida em meados dos anos 70, segundo a qual os processos de desenvolvimento devem ser dinamizados a partir do nível “mais baixo” da hierarquia territorial - o espaço local – tendo por base as potencialidades dos recursos endógenos (físicos, humanos e culturais) e a ação do poder local que, junto com os outros atores locais, são consideradas forças determinantes na luta contra as assimetrias territoriais. Esta aceção assenta no pressuposto de que, por ter uma dimensão mais pequena, o “local/a comunidade” consegue coordenar melhor os seus esforços, revelando maior flexibilidade e capacidade de ação sobre problemas concretos (Stöhr, 1984).

Os “territórios de baixa densidade” caracterizam-se pela persistência (muitas vezes crónica) de problemas estruturais, entre os quais se evidenciam a existência de uma população envelhecida e assimetricamente distribuída, caracterizada por elevados índices de desqualificação e por um tecido empresarial escasso e com fraca capacidade empreendedora e de inovação, “agarrado” a um panorama de diversidade e dinamismo institucionais incipientes (Covas, 2007).

O círculo interdependente de fatores que constrange o desenvolvimento destes territórios vai para além da insustentabilidade demográfica e incluem características como:

- *economia débil*, onde as atividades económicas são escassas; a agricultura é, na sua maioria, de subsistência e o setor terciário, principalmente de natureza social, ganha pre-

ponderância, mas muito dependente das ajudas do Estado;

- *baixa densidade institucional*, pelo reduzido número de instituições com atribuições e competências. Os seus centros urbanos resumem-se a pequenas e médias cidades, onde se localizam os principais equipamentos na área educativa, da saúde e da justiça, estando o poder de decisão concentrado, no entanto, nas grandes cidades, localizadas sobretudo nas regiões do litoral;

- *baixa densidade relacional*, por haver dificuldade em estabelecer parcerias, em número e qualidade suficientes, fundamentais para que haja inovação nesses territórios, pelo intercâmbio gerador de conhecimento;

- *mercado de emprego inexistente*, com ofertas de emprego limitadas e com condições contratuais pouco atrativas, o que leva ao êxodo do capital humano e à desqualificação dessas zonas;

- *limitação dos mercados locais*, de pequena dimensão, com ofertas de produção reduzidas e pouco diversificadas o que dificulta a sustentabilidade económica de produtores e produções (Silva & Chamusca, s/d; Álvaro, 2013).

A causalidade circular que ocorre nos territórios de baixa densidade, demonstra que as diferentes dimensões não agem isoladas, mas interagem, o que reforça a propagação dos fenómenos, com tendências cumulativas. Em Portugal, as políticas públicas não têm tido a capacidade suficiente para inverter de forma sustentada e transversal esta tendência pesada, o que tem conduzido ao isolamento, cada vez maior, da maioria destes territórios (Álvaro, 2013).

A insuficiência dos mecanismos tradicionais em responder a um conjunto de problemas estruturais motivou o desenvolvimento de novos mecanismos de trabalho, assentes na valorização de abordagens integradas e de estratégias coletivas empenhadas no aproveitamento do potencial endógeno, enquanto alavanca da inovação (Marques & Silva, 2011). A rede de atores locais, ainda que de difícil montagem, tem seguramente mais sustentabilidade e efeito, do que a desmultiplicação de medidas assistencialistas, mais ou menos pontuais, asseguradas pelo Estado (Guerreiro, 2014).

Na atualidade, os processos de desenvolvimento territorial estão associados a uma crescente preponderância dos fatores intangíveis (aprendizagem, conhecimento e inovação) e à

emergência de uma (nova) dinâmica de governança e parceria local. O desenvolvimento territorial tem adquirido uma complexidade crescente sustentado no conhecimento, nas novas tecnologias de informação e comunicação, na aprendizagem e nos processos de inovação interativos (Pieniz, 2013). A aposta nas infraestruturas tem perdido relevância em detrimento da aposta nos fatores imateriais do desenvolvimento subjacentes à capacidade instalada (atores individuais e organizacionais) de inovação e aprendizagem, assim como da promoção de um novo tipo de equipamentos: infraestruturas de conhecimento e I&D que, em parceria com as empresas e os diferentes agentes locais, consolidam redes de inovação e operacionalizam novas políticas territoriais de desenvolvimento (Dallabrida, 2016).

A consolidação da necessidade do trabalho em rede e as crescentes dificuldades de resposta por parte do Estado, fez emergir “(...) a valorização da governação para a governança” (Silva e Chamusca, s/d: 3). A governança é um processo caracterizado pela descentralização e pela emergência da sociedade civil enquanto ator essencial para promover uma boa gestão e desenvolvimento dos territórios. Segundo Dallabrida (2016: 325), “A governança territorial corresponde a um processo de planeamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. (...) esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações (...)”.

Profundamente enraizado no conceito de governança encontra-se o de “capital social”. Este está relacionado com a importância do capital humano para o desenvolvimento das comunidades, ou seja, diz respeito às forças vivas (atores) de um determinado território, à forma como se articulam, interagem e cooperam para intervir sobre um recurso coletivo (Healey, 2002) – o território – e alcançar objetivos comuns. Este conceito introduz como dimensão de análise – a “densidade institucional” (“institutional thickness”) dos territórios (Chamusca, 2010), associando-se a boas redes institucionais e à existência de uma cultura de parceria e de trabalho em rede, uma boa aplicação dos princípios de governança à escala local/regional e uma boa capacidade instalada para responder aos desafios.

Umbilicalmente associado às novas dinâmicas de desenvolvimento territorial e aos “novos” conceitos de capital social, de gover-

nança está o de educação. São diversos os estudos que demonstram uma “associação forte” entre os níveis de qualificação da população e o seu potencial de crescimento e desenvolvimento (Alves, Centeno e Novo, 2010; Azevedo, 1994; Cabugueira, 2002; Caleiro, 2009; Cremin e Nakabugo, 2012; Simões Lopes, 2006; OECD/UNESCO, 2002; UNESCO, 2009). A relação estrutural entre educação e desenvolvimento justifica-se, segundo Nussbaum (2000), naquilo que é o efeito diferenciador da educação: o enriquecimento das capacidades de *ser* e de *fazer* de pessoas e comunidades. A educação é promotora do desenvolvimento² integrado dos territórios na medida em que fomenta a consciencialização e a participação, condições fundamentais para o sucesso de qualquer processo de desenvolvimento regional (Cabugueira, 2000). Os percursos desta abordagem (Sen, 1997 e Nussbaum, 2000) sublinham que o foco deve estar nas “capabilidades” das pessoas, isto é, no desenvolvimento de condições ideais para garantir a liberdade individual de escolha do seu modo de vida. A tónica é colocada nos benefícios da educação na aprendizagem de competências de tomada de decisão e na promoção da liberdade individual e comunitária.

Sendo o desenvolvimento local um processo, “(...) de carácter local e endógeno, assente na mobilização voluntária, cujo objectivo é originar acções com as quais se produzem sinergias entre agentes, tendo em vista qualificar os meios de vida e assegurar bem-estar social” (Reis, 1998: 80), a educação constitui, naturalmente, um dos seus principais elementos estruturais e estruturantes. Na realidade os dois conceitos partilham a mesma finalidade: alcançar melhores condições de vida e uma melhor humanização nas comunidades.

Nos últimos anos, em Portugal, são alguns os municípios, que integram os chamados “territórios de baixa densidade”, que apostaram forte na educação e capacitação do seu capital social enquanto estratégia facilitadora da criação de mais-valias económicas e sociais para as respetivas comunidades. A educação, por via das qualificações e conhecimentos tidos pelas pessoas e pela dinâmica gerada pelos próprios equipamentos de educação e de I&D,

² Seguindo a aceção defendida por Amaro (2003: 66): “(...) libertação dos «invólucros», «envolvimentos», «rolos», «embrulhos» que impedem a libertação e a realização das sementes e das potencialidades embrulhadas nos indivíduos, nos grupos sociais e nas sociedades.”

induz capacidade acrescida de criação de valor e de inovação. Os países e as regiões aprendentes são os que investem na educação e na formação como caminhos estratégicos para a capacitação dos seus recursos, para a revitalização empresarial, para a requalificação do mercado de trabalho, para a sobrevivência económica (Arbo e Bennewort, 2007). Nos últimos 5 anos, têm sido vários os municípios³ em Portugal, que têm apostado nos projetos educativos municipais enquanto instrumentos fulcrais de promoção do desenvolvimento territorial. Assume-se a educação, a sua oferta, os seus equipamentos e a sua dinâmica, como ativo tangível e intangível de capacitação local e de atração de pessoas e empresas. Capacitando estruturas e pessoas (comunidade) garante-se maior propensão à criação de novas ideias, de novos negócios, de maior participação e envolvimento nas opções e decisões locais. A educação é assumida como um ativo do desenvolvimento local, trabalhado, também, no sentido de garantir, a médio prazo, a melhoria, possível e à sua escala, da atratividade e competitividade do território para a atividade económica, fator chave para o mercado de emprego e, consequente, aumento do potencial de manutenção e de fixação de pessoas na comunidade.

3. O LOCAL COMO ESPAÇO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS E DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

No quadro das dinâmicas educativas, o “local” tem emergido como o lugar privilegiado para a construção de novos referentes – estudos, planos, investigações, novos quadros legislativos - que atestam a importância e a influência que têm vindo a ser reconhecidas aos atores e às comunidades locais, no domínio da educação.

O local, no domínio da educação, é um espaço dinâmico de tensões sociais, onde se cruzam, entre outros:

i) a influência do “sistema educativo mundial” e globalizado, disponível e presente à distância de um “clique”,

ii) a ação específica das escolas/agrupamentos, professores, estudantes, famílias e outros agentes que integram a comunidade educativa,

iii) a intervenção dinamizada e os espaços formativos reivindicados pelas associações socioculturais, desportivas e outras, bem como, por outros atores locais como as empresas,

iv) a ação específica assumida, e promovida, pelas autarquias. (Azevedo, 2015).

Complementarmente, e de forma transversal, acresce a tensão entre o poder local e o Estado que pugnam, não poucas vezes, por projetos educativos bem diferentes. “(...) Por isso mesmo, existe no país uma imensidade de territórios e de processos de territorialização da educação, por vezes em maior número do que os municípios existentes (se olharmos as grandes cidades) (...)” (Azevedo, 2015: 93).

O local é, nos dias de hoje, o palco de múltiplos perfis de política e de ação educativa que se foram configurando em função da forma como os protagonistas locais: autarcas, professores, famílias, dirigentes associativos e outros, foram interpretando o espaço que lhes foi sendo delegado pelo ministério de educação. “Contudo, a diversidade de atuações das autarquias no campo da regulação local da educação é imensa e inclui um intervalo que vai desde os municípios que pouco ou nada “olham” para a educação local, até aos municípios com grandes programas integrados de ação no terreno das escolas e da educação não formal e informal e com capacidade instalada de diálogo tanto com os agrupamentos de escolas, como com os pais e outros atores sociais locais, quer via Conselhos Municipais de Educação quer por outras vias informais de concertação local”. (Azevedo, 2015: 96).

A respeito Muñoz e Gairín (2015) identificam quatro tipos de envolvimento municipais na educação (e respetivos indicadores), a saber:

- o “município que não se compromete” com a educação;

- o “município que cumpre”, ou seja, que cumpre o estipulado nas normas, que restringe a territorialização da educação às escolas, onde não há qualquer planeamento estratégico e onde os técnicos trabalham isoladamente, não há cultura de participação e de avaliação e os recursos são insuficientes;

- o “município que se compromete”, ou seja, que tem uma visão institucional da educação, que abarca os adultos e as oportunida-

³ São disso exemplo: Sesimbra (2010); Municípios pertencentes à área metropolitana do Porto (2013); Óbidos (2010), Leiria (2013); Abrantes (2014), Pampilhosa da Serra (2016); Évora (2016); Mafra (2013); Batalha (2016), Sousel (2016), entre outros.

des abertas pela educação permanente e ao longo da vida, onde existe participação e avaliação, onde há recursos suficientes, onde há uma cultura de colaboração e onde se aspira a uma maior corresponsabilidade na educação;

e,

- o “município que transforma”, ou seja, que explora ao máximo a autonomia institucional de que dispõe, que concebe a educação como um instrumento de transformação permanente ao longo de toda a vida, onde os processos educativos que se promovem se centram na aprendizagem e no enriquecimento do currículo, onde existe participação vinculativa, onde se fomenta a cooperação e a autoavaliação, onde o investimento em educação é considerado muito importante, os recursos são bons e onde se aspira a ser localmente uma administração educativa.

Neste domínio, são cada vez mais consensuais as tendências assumidas por Albaigés (2012) citado por Azevedo (2015: 98-99), que defende que: “i) o grau de corresponsabilidade dos municípios em matéria de educação tem uma clara influência positiva na participação das redes educativas locais, seja na participação no diagnóstico da realidade local, seja no envolvimento nas estruturas de coordenação que monitorizam o processo de desenvolvimento das intervenções; ii) a participação do “tecido associativo” local na educação é importante não só na provisão de oportunidades educativas, mas também na valorização social da instituição escolar e na geração de expectativas nos alunos; iii) o “mapa de políticas educativas” intermunicipal, mais do que ver as suas diferenças explicadas por factores de contexto (composição social, necessidades educativas, etc.), explica-se “pelo posicionamento mais ou menos ativo dos municípios na hora de planificar, diversificar e avaliar políticas”.

O caminho da, por alguns designada, “coordenação local da educação” tem vindo a ser feito de forma progressiva em Portugal. “Estas iniciativas dão conta de uma dinâmica política e social que se está a gerar nos municípios portugueses: a vontade e a necessidade de ir mais longe e de forma mais consistente e consequente, articulando esforços e potencialidades locais para definir estratégias para o desenvolvimento da educação, alcançando a educação a uma política municipal, interligada nas restantes políticas sociais locais” (Azevedo, 2015: 99). Valoriza-se e reconhece-se hoje

o “local”, a comunidade, como espaço de construção de políticas educativas (Barroso, 2013) porque só o trabalho conjunto dos diversos atores, com responsabilidades diretas e indiretas na educação, permitirá tornar mais consequente a gestão dos recursos existentes e dos efeitos desejados em prol do desenvolvimento dessas comunidades.

4. A SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO ENQUANTO FATOR PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE ALVITO

4.1 Elementos de caracterização da dinâmica socioeconómica e educativa do município de Alvito⁴

O município de Alvito, um dos mais pequenos do Baixo Alentejo e do país, situa-se no território de transição entre as NUTS III Alentejo Central e Baixo Alentejo e dista sensivelmente 40 Km das cidades de Beja e de Évora. Possui uma superfície de 264,85Km² e encontra-se dividido em duas freguesias – a freguesia de Alvito, a sede de município, e a freguesia de Vila Nova da Baronía.

De acordo com o último recenseamento (2011), a população residente em Alvito era de 2.504 habitantes, correspondente a 2% dos residentes na NUTS III Baixo Alentejo. Segundo as estimativas mais recentes (2015), a população residente passou a 2.485 indivíduos, o que corresponde, face ao momento censitário, a um decréscimo de 19 habitantes.

A população de Alvito caracteriza-se por uma estrutura duplamente envelhecida - em 2011, existiam 217,3 velhos por cada 100 jovens e níveis de sustentabilidade potenciais preocupantes – o índice de sustentabilidade da população em idade ativa rondava os 90, em 2011, o que significa que as perdas de efetivos que abandonam a atividade profissional (55-64 anos) não são compensadas pelas entradas, em igual número, dos que iniciam a sua atividade profissional (20-29 anos).

O tecido económico de Alvito apresenta fragilidades, com predominância de micro e pequenas empresas, e com uma densidade de

⁴ Os dados apresentados foram extraídos da Carta Educativa do Município de Alvito, 2016 e do Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito, 2017.

empresas muito baixa (1/km², quando a média nacional corresponde a 11,9/km²). A maioria da população empregada exerce atividade em empresas/organizações do setor terciário (68,1%) com predominância do setor terciário de natureza social (ocupa 26,4% do total da

população empregada). A restante população empregada distribui-se, pelo setor secundário (17,7%) e, pelo setor primário, com 14,2% da população empregada.

Figura 1 - Divisão Territorial da Região Alentejo e respetivas NUTS III, localização dos municípios e do município de Alvito



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015: 14.

4.1.1 Dinâmica educativa

O município encontra-se relativamente bem servido de equipamentos educativos, sociais, culturais e desportivos, associados a uma elevada dinâmica, quer proporcionada pelo papel das associações locais (culturais, desportivas e de intervenção social), quer pela oferta proporcionada pela autarquia. Existe oferta educativa ao nível da educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário profissional. Para prosseguimento de estudos no ensino regular secundário, os jovens residentes em Alvito deslocam-se para os municípios limítrofes (Viana do Alentejo, Beja ou Évora). A oferta de ensino profissional é garantida pela Escola Profissional de Alvito (EPA), onde se lecionam cursos profissionais de nível IV e vocacionais de nível II.

Em 10 anos (2001/11) o nível geral de habitações da população residente em Alvito evoluiu de forma muito positiva, visível, quer na

diminuição da taxa de analfabetismo (passou de 16%, em 2001, para 14%, em 2011), quer no aumento da população residente com níveis de ensino mais elevados (a proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário passou de 18,9%, em 2001, para 23,5%, em 2011; e os residentes, com idades compreendidas entre os 30 e 34 anos, com ensino superior completo passaram de 14,5% para 17,1%, *idem*). Ao nível das taxas de retenção e desistência no ensino básico e ensino secundário a tendência registada é de decréscimo, situando-se em valores próximos dos registados no Baixo Alentejo e Alentejo e melhores dos registados para a maioria dos municípios do Baixo Alentejo⁵ (Ver quadro 1).

No que respeita à população escolar (Quadro 2), ao longo dos últimos 10 anos, os estabelecimentos de ensino registaram uma média,

⁵ Fonte: Direção Geral de Estatísticas de Educação (Estatísticas da Educação, 2014/2015).

Quadro 1- Indicadores educativos de Alvito em comparação com os de Portugal, Alentejo e Baixo Alentejo (em %)

	Taxa de Analfabetismo (em 2011)	Proporção da População residente com pelo menos o 3º ciclo do Ensino Básico Completo (em 2011)	Proporção da População residente com pelo menos o Ensino Secundário (em 2011)	Proporção da População residente, com idades compreendidas entre os 30 e 34 anos, com ensino superior completo (em 2011)	Taxa de retenção e desistência no ensino básico (em 2014/2015)	Taxa de retenção e desistência no ensino secundário (em 2014/2015)
Portugal	5,2	49,6	31,7	28,6	7,9	16,4
Alentejo	9,5	44,3	26,6	22,3	9,4	16,6
Baixo Alentejo	11,1	43,2	24,9	22,3	10,4	16,4
Alvito	13,9	42,3	23,5	17,1	9,3	13,2

Fonte: INE, Censos: 2011 e dados disponíveis em dezembro de 2016; Direção Geral de Estatísticas de Educação (Estatísticas da Educação, 2014/2015).

anual, de frequência escolar, de 489 alunos, distribuídos por todos os níveis de ensino⁶.

A distribuição relativa dos alunos, pelos vários graus de ensino mostra-nos que 9,8% se encontra na fase de educação pré-escolar, 45,6% no ensino básico e 44,6 % no nível secundário de educação. A maior importância relativa dos estudantes a frequentar o ensino secundário resulta do muito expressivo número de alunos oriundos de outros municípios que a EPA consegue atrair; no ano letivo de 2015/2016: 85% dos alunos matriculados na escola não era natural de Alvito.

A proveniência dos alunos da EPA revela a elevada capacidade de atração desta escola, facto que se tem mantido constante nos últimos 10 anos: o peso dos alunos não oriundos de Alvito ultrapassa os 80%, em todos os anos letivos. A EPA atrai alunos oriundos de diversos concelhos, em que se destacam: Beja, Ferreira do Alentejo, Viana do Alentejo, Alcácer do Sal, Vidigueira e Cuba. A EPA tem uma imagem muito positiva em muito resultante da qualidade da formação e resultados diretos (taxas de empregabilidade) apresentados, especialmente, nas áreas da hotelaria e restauração. A recente assunção da gestão da Pousada do Castelo de Alvito por esta escola veio reforçar a sua credibilidade local e regional, constituindo um bom exemplo de polo de desenvolvimento local.

A intervenção autárquica a nível educativo é muito abrangente e diversificada. Em parce-

ria com o Agrupamento de Escolas de Alvito, assegura as atividades de enriquecimento curricular, componente de apoio à família e atividades de animação, abrangendo a totalidade dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico. Complementarmente, disponibiliza o gabinete de apoio à família e dinamiza a oferta de campos de férias e vários outros projetos e iniciativas de âmbito educativo ao longo de todo o ano em parceria com várias entidades da administração central/regional e associações desportivas e socioculturais sedeadas no município. No início de 2015, a câmara municipal abriu uma Universidade Sénior, destinada a adultos com 50 e mais anos, que assegura regularmente atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio, num contexto de formação ao longo da vida. Em termos de orçamento, as despesas anuais da câmara na área da educação representam, em média nos últimos 5 anos, 6% do total, sendo a segunda autarquia do Baixo Alentejo que maior fatia do seu orçamento global dedica à educação, acima do verificado para Beja (“capital” do Baixo Alentejo) e da média global da NUTS III⁷.

Em termos globais a dinâmica socioeducativa existente em Alvito é sintetizada na seguinte matriz SWOT (Quadro 3) onde se salientam os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças do território educativo de Alvito⁸.

⁶ As fontes utilizadas foram as Estatísticas da DRE Alentejo (2006-2011); INE: Anuário Estatístico (2012); Agrupamento de Escolas de Alvito e Escola Profissional de Alvito (2015). Informação mais detalhada pode ser consultada em Carta Educativa do Município de Alvito, 2016.

⁷ Fonte: Dados da execução orçamental disponibilizados pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), em janeiro de 2017, referentes aos anos de 2009 a 2015.

⁸ Fonte: Carta Educativa do Município de Alvito, 2016 e Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito, 2017

Quadro 2 - Evolução da frequência escolar no município de Alvito de 2006 a 2016

Nº de alunos	Ano Letivo									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	453	469	448	495	504	512	474	520	514	478

Fonte: Carta Educativa do Município de Alvito, 2016

Quadro 3- Matriz SWOT da dinâmica socioeducativa de Alvito (síntese)

Pontos Fortes	- Melhoria expressiva, nos últimos 10 anos, do nível geral de habilitações da população residente; - Forte dinâmica associativa que em colaboração com a associação de desenvolvimento local, IPSS e as empresas existentes asseguram a preservação do património local; - Muito boa oferta de equipamentos culturais, educativos e desportivos; <u>Boa oferta de apoios educativos pela autarquia e forte participação na dinâmica educativa;</u> - Existência de oferta de ensino alargada (pré-escolar, ensino básico e profissional); - Dinâmica da Universidade Sénior; - Estabilidade do corpo docente da EPA; - Ambiente de proximidade nas comunidades educativas (associações e escolas). - Elevada capacidade de captação de alunos (não residentes no município) pela EPA.
Pontos Fracos	- Instabilidade do corpo docente do Agrupamento de Escolas de Alvito; - Lacunas e deficiências de alguns espaços interiores e exteriores no edifício sede do agrupamento de escolas; - EPA a funcionar em edifícios pré-fabricados há mais de 15 anos e a necessitar de requalificação; - Tendência pesada de nível de analfabetismo elevado entre a população idosa; - Fraca participação/valorização do contexto educativo pelas famílias.
Oportunidades	- Fileira formativa, articulada entre os níveis de ensino, nas áreas orientadas para o agroalimentar e turismo; <u>Reforço do potencial de atratividade da EPA para a revitalização sociodemográfica e económica do município, nomeadamente, através da construção de um novo edifício com melhores condições de ensino/aprendizagem, com apoio da Câmara Municipal de Alvito;</u> <u>Desenvolvimento de um Plano Estratégico Municipal, coletivo e partilhado, no domínio educativo e formativo, com contratualização de responsabilidades e metas até 2021 entre os vários atores locais;</u> <u>Exploração pedagógica e económica da Pousada do Castelo de Alvito por parte da EPA, com apoio do Município de Alvito.</u>
Ameaças	- Sustentabilidade demográfica e duplo envelhecimento populacional; - Manutenção da instabilidade do corpo docente do Agrupamento de Escolas; - Enfraquecimento da dinâmica associativa; - Aumento do distanciamento entre famílias e contexto escolar. <u>Deterioração da qualidade da relação município-escolas-famílias-associações locais com impacto negativo na dinâmica educativa e formativa.</u>

Fonte: Carta Educativa do Município de Alvito, 2016.

A câmara municipal de Alvito, tal como constatado ao longo da observação realizada durante os últimos 22 meses (desde outubro de 2015), tem um papel muito importante na dinâmica educativa. Constitui-se como um elo agregador das ações e vontades locais e que assume, de forma clara e distintiva, a educação como um dos pilares promotores do desenvolvimento socioeconómico do município.

Neste quadro de especial valorização da educação, o município de Alvito decidiu avançar, em 2015, para a conceção de um Plano Estratégico Educativo a 5 anos⁹, assumido, simultaneamente, como instrumento planificador da ação a desenvolver em prol do desenvolvimento local. Com carácter totalmente

⁹ Para o efeito, contratualizou o apoio à sua conceção ao Instituto Politécnico de Beja, especificamente, à equipa que assume a autoria deste artigo.

inovador, no contexto dos municípios do Baixo Alentejo, interessou à câmara municipal sustentar a aposta num plano claro e objetivo com responsabilidades e metas, consensualizado e contratualizado com todos os atores locais (escolas, famílias, associações locais, empresas, órgãos da administração central e regional, comunidade em geral).

4.2 A construção do Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito (PEEMA): fundamentos metodológicos

O processo de construção do PEEMA iniciou-se em outubro de 2015, no âmbito de contrato celebrado entre a câmara municipal e o Instituto Politécnico de Beja. O texto final do PEEMA foi aprovado pelos diversos fóruns constituídos para o efeito e respetivos órgãos municipais em julho/início de agosto de 2017. Em setembro de 2017 decorrerá o ato público de contratualização de cada intervenção/ação com as entidades responsáveis pela sua execução. Inicia-se a partir daí a fase de concretização da ambição, partilhada por todos, de garantir “Um Futuro Melhor e mais sustentável para o concelho de Alvito”¹⁰.

Na conceção do PEEMA adotou-se uma estratégia metodológica mista sustentada no formato da “(...) metodologia participativa de projeto (...)” (Guerra, 2000: 112) que permite, simultaneamente, a compreensão da realidade e a promoção da mudança coletiva baseada na construção partilhada. O trabalho desenvolvido foi decomposto nas seguintes fases:

Fase 1: apresentação pública dos pressupostos que presidiam à conceção do PEEMA. Refletiu-se com todos os atores envolvidos, as características do processo e, sobretudo, a metodologia a aplicar tendo em vista a construção de um plano de ação devidamente fundamentado nas preocupações, necessidades e expectativas da comunidade;

Fase 2: caracterização da dinâmica socioeconómica e educativa de Alvito com realização de várias visitas, reuniões e fóruns comunitários para a recolha e validação de informação para o diagnóstico, bem como, para a identificação partilhada dos principais pontos fortes/fracos e oportunidades/ameaças do município. Foram realizadas entrevistas aos responsáveis/dirigentes das diversas entidades segundo o formato de entrevista coletiva (*focus group*)

e/ou individual. Nas visitas aos equipamentos e associações locais aplicou-se um guião de recolha de informação. Recorreu-se, complementarmente, a técnicas de observação documental que englobaram consulta e recolha de um conjunto vasto de informação oficial disponibilizada pela autarquia e entidades locais, regionais e nacionais.

O resultado da metodologia descrita permitiu a conceção de um diagnóstico da dinâmica socioeconómica e educativa de Alvito que foi devolvido aos atores locais através da realização de 2 fóruns comunitários e reuniões específicas do conselho municipal de educação e da assembleia municipal, o que permitiu enriquecer de forma partilhada os dados recolhidos.

Fase 3: identificação do lema, da visão e dos eixos estratégicos-chave para a evolução do Território de Alvito até 2021. A identificação consubstanciou-se no processo de diagnóstico bem como, nas reuniões de trabalho desenvolvidas com os atores locais, e, particularmente, com a autarquia e respetivos membros da equipa.

Fase 4: construção e discussão pública com os atores, da matriz de eixos, intervenções e ações que corporizam o Plano de Ação. Este processo de construção durou cerca de 10 meses, entre setembro de 2016 e junho de 2017. Realizaram-se, para o efeito, vários fóruns que serviram para conceber e discutir de forma partilhada os objetivos, os indicadores de resultado, de realização, de impacto, as metas e o orçamento previsto para cada uma das ações constantes no Plano de Ação. Foi complementarmente definida uma estratégia de monitorização e de avaliação que acompanhará a fase de implementação do plano.

Fase 5: A apresentação e validação pública da proposta final do PEEMA ocorreu em julho/início de agosto de 2017. Em setembro de 2017, e em cerimónia pública, o plano de ação será contratualizado com os diversos interlocutores com responsabilidades na sua concretização efetiva. Os processos de reflexão partilhada foram desde o início, e serão até ao fim do processo (incluindo as fases de implementação, monitorização e de avaliação), fulcrais para o sucesso do PEEMA. O princípio fundador e transversal deste projeto é, e será, o de ser mobilizador da mudança efetiva, capaz de garantir um desenvolvimento local sustentável assente numa aposta sustentada na educa-

¹⁰ Lema do PEEMA.

ção, enquanto recurso diferenciador do município de Alvito.

4.3 O PEEMA enquanto instrumento promotor do desenvolvimento local: evidências empíricas

No PEEMA, a vigorar de 2017 a 2021, assume-se como visão: *consolidar Alvito como um Município Educador e com uma dinâmica e uma ALMA MAIOR, que sua geografia, reconhecido, por todos, como valorizador da qualificação da sua população e dos seus recursos.*

Num Plano de Ação estruturado em 5 eixos estratégicos, a saber:

I. Consolidar a qualidade e o reconhecimento dos processos formativos;

II. Apostar num ecossistema acolhedor, inovador e impulsionador do empreendedorismo;

III. Melhorar os níveis de qualificação e de sucesso educativo;

IV. Enriquecer a cidadania participativa, solidária e o sentimento de pertença;

V. Reforçar a aposta na valorização dos recursos endógenos para a diferenciação educativa, cultural e económica.

é assumida a aposta na interligação profícua entre educação, economia, rejuvenescimento demográfico e revitalização cultural. A educação é o recurso que a comunidade deseja que seja o aglutinador de esforços, iniciativas e vontades de todos os atores locais em prol da promoção do desenvolvimento, respeitando-se, sempre, o papel singular e a autonomia de cada agente.

A aposta na educação enquanto fator promotor do desenvolvimento local resulta da assunção defendida pelo próprio Presidente de Câmara Municipal de Alvito de que “*uma sociedade sustentável, com economia sólida e competitiva, exige uma população qualificada, educada, capaz de entender o mundo e agir nele. Importa valorizar o que se faz em ambiente escolar mas, também, a que se faz em ambiente não formal e que ajuda à qualificação e à promoção do exercício da cidadania e da participação cívica*”¹¹.

Complementarmente, também interessa à comunidade de Alvito exponenciar o “poten-

cial de utilização” dos recursos educativos (e culturais) existentes no município em benefício da dinamização da economia local, da criação de emprego e do rejuvenescimento demográfico. Para o efeito, é defendida a necessidade de uma aposta forte na consolidação de uma fileira formativa, associada às áreas do património agroalimentar e turismo, construída a partir da sinergia de trabalho entre Agrupamento de escolas e EPA e que se assuma, na região, como marca formativa distintiva.

Decorre do referido acima, que a valorização do potencial educativo e socioeconómico do ensino profissional é, também, uma aposta forte. A exploração pedagógica e turística da Pousada do Castelo de Alvito pela EPA, com o apoio da Câmara Municipal, é uma das ações já concretizadas nesse sentido. Acresce ainda, a requalificação do espaço de funcionamento da EPA, a concretizar-se em 2018, que permitirá diversificar e aumentar a oferta formativa e criar melhores condições para o aumento do número de alunos.

O diagnóstico feito surge evidenciado na visão política e nas metas assumidas pelo presidente da autarquia a curto/médio prazo. Tal como refere:

“*Por esta via, ambicionamos ter mais jovens, não oriundos de Alvito, a estudar e a conhecer este concelho e para os quais, também, se vai apostar na criação de melhores apoios e incentivos à criação da sua própria empresa e/ou estabelecimento de residência aqui. Por via da diversificação da oferta formativa também mais docentes chegarão a Alvito e maior dinamismo socioeconómico será gerado*”¹². E ainda,

“*Numa escala pequena como a que nos movemos em Alvito as pequenas mudanças podem fazer toda a diferença. Se se conseguir no espaço de 4 anos: aumentar o número de alunos, nem que seja apenas 5 a 10%, e/ou garantir que 30% do espaço de incubação empresas e de 50% do parque de atividades económicas estejam ocupados, terão sido alcançadas metas importantes para a sustentabilidade do desenvolvimento local*”¹³.

Alvito é um município pequeno em que quase todos se conhecem e, em que, por essa via, os seus habitantes assumem um elevado

¹¹ Opinião partilhada pelo presidente da Câmara Municipal de Alvito sobre os objetivos do Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito, no âmbito de reuniões de trabalho realizadas entre as autoras deste artigo e o próprio.

¹² *Idem.*

¹³ *Idem.*

comprometimento com a dinâmica local e não descuram a supervisão crítica e reflexiva sobre o que é feito e como é feito. Neste contexto, foi muito simples criar espaços de diálogo e de construção partilhada do diagnóstico, numa primeira fase, e, numa segunda fase, proceder à identificação dos eixos estratégicos de intervenção a operacionalizar.

Os cinco eixos estratégicos do PEEMA integram treze (13) intervenções, cuja respon-

sabilidade de execução será partilhada pelos parceiros locais. Para cada ação foram definidos objetivos, metas, indicadores de realização, de resultado e de impacto, bem como, os recursos financeiros e o respetivo cronograma de execução, o que tornou necessário entendimentos e a partilha de compromissos. Este *modus operandi* responsabiliza todos na prossecução das metas globais, pilares da proposta, a saber:

Quadro 4- Metas assumidas no PEEMA

Indicador	Meta em 2021	Unidade de Medida
Taxa de Analfabetismo	Diminuir 4%	%
Proporção da População residente com pelo menos o 3º ciclo do Ensino Básico Completo	Aumentar 7%	%
Proporção da População residente com pelo menos o Ensino Secundário	Aumentar 3%	%
Proporção da População residente, com idades compreendidas entre os 30 e 34 anos, com ensino superior completo	Aumentar 5%	%
Taxa de sucesso escolar (1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo do Ensino Básico)	Aumentar 1,5%	%
Taxa de transição de ciclos (1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário)	Aumentar 1,5%	%
Taxa de abandono escolar (Proporção da População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano)	Diminuir 1%	%
Número de jovens que criaram novas empresas instaladas em Alvito	Pelo menos 4	Nº
Número de alunos a frequentar a EPA	Aumentar 10%	Nº

Fonte: PEEMA, 2017

A assunção de metas sublinha o desejo partilhado de que o PEEMA seja de facto um plano que concretize ações de melhoria para a comunidade e para as suas perspetivas de desenvolvimento.

Para além da perspetiva de mudança que lhe está associada, o PEEMA tem, também, sido “utilizado” como um instrumento de promoção do *empowerment* local. Para corroborar esta afirmação destacamos as seguintes evidências:

1) evidências relativas *ao melhor conhecimento da realidade*

Na fase de diagnóstico, que culminou com a construção partilhada de uma análise SWOT e a reflexão sobre o cenário demográfico prospetado para Alvito até 2021, a discussão ajudou a identificar de forma realista e antecipatória, os problemas-chave que o município de Alvito terá que gerir no futuro próximo. Os fóruns realizados foram bastante participados e as questões foram sempre alvo de análise detalhada pelos interlocutores. Foram realizados 8 fóruns, com níveis de participação que oscilaram entre os 85% e os 98% das entidades/interlocutores convidadas.

2) evidências *relativas à opinião dos atores sobre o PEEMA*

Para os atores locais, o PEEMA consubstancia-se como “*uma oportunidade de trabalho conjunto, de concertação, de planificação e de visão de conjunto dos recursos locais para a valorização da dinâmica educativa e socioeconómica municipal*”¹⁴. São valorizados os espaços de trabalho conjuntos (como os dinamizados nos fóruns), o compromisso com o plano de ação e a assunção partilhada de responsabilidades. Evidencia-se a assunção natural, consensual, de que cabe à autarquia ser o “coordenador maior” deste processo no horizonte próximo da fase de concretização do PEEMA, no entanto, o sucesso depende de todos. A componente de monitorização da execução é, igualmente, destacada, como muito útil para a necessária melhoria contínua. O modo com o PEEMA foi construído forçou a concertação de interesses e objetivos, o que é considerado como uma enorme mais valia para a dinâmica local na medida em que “(...) *dada a escassez de recursos e de população, temos que os saber rentabilizar muito bem, eliminando-se redundâncias e concorrências entre interlocutores*”¹⁵. Apesar de quase todos se

¹⁴ Opinião recolhida através de inquérito por questionário aplicado aos interlocutores em 2 fóruns comunitários: 1) de validação do diagnóstico (fase 2) de validação final do PEEMA (fase 5).

¹⁵ *Idem*.

conhecerem, concordam que há ainda obstáculos à ação coletiva, sendo a construção e a implementação do PEEMA considerada uma oportunidade para a promoção da concertação coletiva.

3) evidências *relativas à influência do PEEMA para a gestão das tensões e dos conflitos existentes na dinâmica socioeconómica e educativa de Alvito*

Os tempos e os espaços de partilha dos alunos nos períodos não letivos geram tensões. As entidades locais (associações culturais e desportiva) pedem às escolas que façam atempadamente a divulgação das suas atividades junto dos alunos, que sensibilizem as famílias e que encontrem formas de entrosamento entre as ofertas dentro e fora da escola. O que evocam é a necessidade de maior concertação das ofertas locais, diluindo a concorrência. O excesso de familiaridade entre os atores revelou-se igualmente um foco de tensão, dificultando a concertação e formalização de alguns projetos. Neste domínio, a construção do PEEMA criou um espaço formal muito útil e mais favorável à concertação e planeamento de atividades.

De uma forma geral, as evidências recolhidas parecem suportar a tese de que a construção do PEEMA constituiu uma oportunidade para a comunidade de Alvito participar e assumir mais responsabilidades na gestão da dinâmica do território, reforçando a assunção de que a iniciativa e a responsabilidade maior de promoção do desenvolvimento é de todos, e não só da autarquia!

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do processo em curso, ficam evidentes a vontade e a persistência do município em fazer do PEEMA um pilar da política de desenvolvimento local, que seja expressão da identidade territorial, assente numa visão da educação como motor da mudança a favor do território. Os resultados já alcançados apontam para que o PEEMA se esteja a consubstanciar como um importante instrumento de regulação da política local, bem como, testemunho de um processo de (re)distribuição de tarefas e responsabilidades entre os vários atores, com efetivos impactos na tomada de decisão política.

Complementarmente, também são, no entanto, visíveis as limitações próprias de um processo de regulação sociocomunitária (Barroso, 2013) ou de “regulação voluntária descentralizada” (Justino, 2012). Se se materializarem as ameaças identificadas no diagnóstico, se a qualidade do trabalho em rede (associações-autarquia-empresas-escolas-comunidade) não se manter, ou se os resultados da aposta na capacitação e empreendedorismo de pessoas e empresas não se consubstanciar, a médio prazo, em melhorias sustentadas nas dinâmicas sociais, demográficas, económicas e de emprego, então o caminho de desenvolvimento de Alvito será bem mais difícil.

Numa altura em que se discute o quadro de descentralização de competências do Estado para os municípios vêm ao de cima velhas e novas tensões. Na perspetiva dos críticos, os municípios não têm as competências necessárias e/ou suficientes para assumirem mais responsabilidades na gestão das dinâmicas locais. Corre-se, também, o risco de se desaproveitarem valências e recursos locais associados a trabalho bem feito por associações, empresas e demais entidades. Ao invés de se falar em descentralização dever-se-ia antes estar a trabalhar num plano que promovesse a capacitação local e a autonomia (apoiada e avaliada) para que em cada território todos os atores, incluindo as autarquias, concebesses e executassem planos sustentáveis de desenvolvimento local, de geometria variável e sustentados nos recursos disponíveis e a potenciar.

Neste contexto reflexivo, e dados os fortes constrangimentos ao desenvolvimento por que passam os territórios do interior português, é muito importante avaliar o grau de sucesso e/ou insucesso dos planos autónomos de desenvolvimento local que estão a ser testados em muitos municípios. Dessa avaliação poderemos tirar conclusões importantes sobre a sustentabilidade do paradigma da rede, da governança, do capital social, do *empowerment* local, sustentado na educação, no conhecimento, na I&D e nas novas acessibilidades tecnológicas, enquanto caminho possível para os territórios de baixa densidade.

BIBLIOGRAFIA

Arbo, Peter & Benneworth, Paul (2007). Understanding the regional contribution of

higher education institutions: a literature review. *Education Working Paper*, 9. OECD

Publishing. Acessível em: http://www.oecd-ilibrary.org/education/understanding-the-regional-contribution-of-higher-education-institutions_161208155312

Amaro, Rogério Roque (2003). Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp.36-68.

Albaigés, Bernat (2012). *Desigualtats territorials i corresponsabilitat dels ajuntaments en el desplegament de polítiques educatives*. Diaz L. (2012) (Ed). *Polítiques públiques dels municipis catalans*. Barcelona: Fundació Carles Pi i Sunyer, pp.19-106.

Álvaro, Júlio (2013). *EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE. ENSINO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Coimbra: Universidade de Coimbra. Acessível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36115/1/Educacao%20em%20Territorios%20de%20Baixa%20Densidade.pdf>

Alves, Nuno, Centeno. Mário & Novo, Álvaro (2010). O Investimento em Educação em Portugal: Retornos e Heterogeneidade. *Boletim Económico Primavera*, 16 (1), pp.9-39.

Azevedo, Joaquim (1994). Educação e Desenvolvimento: Uma Viagem à Procura de Novos Horizontes. *Revista Colóquio/ Educação e Sociedade*, 6, 135-158.

(2015). *DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AUTONOMIA DAS ESCOLAS. 2015: O ANO EM QUE SE DÁ MAIS UM PASSO EM FRENTE*. Atas do I Seminário Internacional: Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano, Universidade Católica do Porto, pp.90-106.

Barroso, João (2013). A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. *Educação - Temas & Problemas*, Évora, 12 e 13, pp.13-25.

Cabugueira, Artur (2000). *DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL. ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS DE POLÍTICA ECONÓMICA REGIONAL*. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, pp.103-136.

(2002). Contributos Reflexivos para o Estudo das Relações entre a Educação e o Desenvolvimento. *Gestão e Desenvolvimento*, 11, pp.193-233.

Caleiro, António (2009). Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe? *Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural: Livro de Atas do I Encontro Luso-Angolano*, Universidade de Évora, pp.135-159.

Chamusca, Pedro (2010). *Governança e participação: entre a legitimação dos processos de gestão territorial e o agravar das divisões e da subordinação*. *CADERNOS CURSO DE DOUTORAMENTO EM GEOGRAFIA FLUP* | 2010. Acessível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8281.pdf>

Covas, António (2007). Temas e Problemas do Mundo Rural. *Ruralidades*, Volume 1. Faro: Universidade do Algarve.

Cremin, Peadar & Nakabugo, Mary (2012). Education, development and poverty reduction: a literature critique. *International Journal of Educational Development*, 32, pp.499-506.

Dallabrida, Valdir (2016). Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. *EURE*, Vol.42, n.º126, pp. 187-222. Acessível em: <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v42n126/art09.pdf>

Fernandes, José & Chamusca, Pedro (2009). Governância, planeamento e estratégias de desenvolvimento territorial: Reflexões a propósito da teoria e da prática. *Inforgéo*, 24, pp. 27-43.

Fernandes, António (2014). *Contextos de intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses*. In Machado, Joaquim, Alves, José, (Coord.). *Municípios, educação e desenvolvimento local. Projetos educativos municipais*, pp.25-61. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Friedmann, John & Weaver, Clyde (1979). *Territory and Function. The Evolution of Regional Planning*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

Guerra, Isabel (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção*. Estoril: Principia.

Guerreiro, Hélder (2014). *Metodologias de Intervenção em Áreas de Baixa Densidade. O caso do Interior Sul de Odemira*. Dissertação de Mestrado em Economia. Évora: Universidade de Évora. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10174/15453>.

Healey, Tom (2002). *The measurement of social capital at international level*. Social Capital: The challenge of international meas-

urement - paper 2. OECD. Acessível em: <http://www.oecd.org/innovation/research/2380281.pdf>.

INE (2016). Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015. INE, I.P.: Lisboa

Justino, David (2012). Descentralização: políticas e dinâmicas escolares em contextos municipais. Encontro Internacional de História dos Municípios na Educação e na Cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje. Lisboa: Instituto de Educação - Universidade de Lisboa. Acessível em: <http://sociologia.davijustino.com/wpcontent/uploads/2013/05/Descentraliza%C3%A7%C3%A3oPol%C3%A2ticas-e-Din%C3%A2micas-Escolares-em-Contextos-Municipais.pdf>

Marques, Hélder & Silva, Ângela (2011). *DESENVOLVIMENTO RURAL. NOVOS DESAFIOS E NOVAS OPORTUNIDADES*. In Santos, Norberto & Cunha, Lúcio (Coord.) *TRUNFOS DE UMA GEOGRAFIA ACTIVA. DESENVOLVIMENTO LOCAL, AMBIENTE, ORDENAMENTO E TECNOLOGIA*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Acessível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/30819/1/40-%20trunfos%20de%20uma%20geografia.pdf?ln=pt-pt>.

Muñoz, José & Gairín, Joaquín (2015). El protagonismo de los municipios en el desarrollo educativo: Propuesta de un modelo e instrumento para su análisis. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 13(2), pp.147-161.

Nussbaum, Martha (2000). *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. New York: Cambridge University Press.

OECD/UNESCO (2002). *Financing Education: Investments and returns*. Paris: OECD Publications/ UNESCO Publishing.

OECD (2011). *Education at a Glance 2011: OECD Indicators*. OECD Publishing.

Pieniz, Luísa (2013). Elementos básicos constituintes do desenvolvimento endógeno/local/regional/territorial: redes, atores e território. *REVISTA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM CONTEXTO- GEDECON*. VOL.1, Nº. 01, pp. 22-35. Acessível em: <http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/270>

Programa Nacional para a Coesão Territorial (2016). Unidade de Missão para a Valoração do Interior. Acessível em: <http://>

www.portugal.gov.pt/media/22225896/20161020-pnct-1-144.pdf.

Reis, José (1998). *Interior, desenvolvimento e território*. In Pinto, José Madureira & Dornelas, António (Ed.) *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Saúde, Sandra, Lopes, Sandra & Machado, Filomena (2016). Carta Educativa do Município de Alvito. IPBeja/Câmara Municipal de Alvito.

(2017). Plano Estratégico Educativo do Município de Alvito (PEEMA). Versão final validada. IPBeja/Câmara Municipal de Alvito.

Silva, Ângela & Chamusca, Pedro (s/d). *GOVERNANÇA E DENSIDADE INSTITUCIONAL NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: REFLEXÕES A PROPÓSITO DE CINFÂES*. Acessível em: <http://www.cegot.pt/Files/Downloads/Documentos-Publicos/Publicacoes/Grupo-3/C%20-%20Nacional/3%20-%20AtasEncontrosCientificos/15.pdf..>

Sen, Amartya (1997). *Development thinking at the beginning of the 21st century*. Paper presented at a Conference on Development Thinking and Practice of the Inter-American Bank, Washington, DC, September 3-5.

Simões Lopes, António (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas, heresias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, pp.41-61.

Stöhr, Walter (1984). *Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies?*. Estudos de Economia, IV (4), pp. 461-485. Acessível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9729/1/ee-wbs-1984.pdf>.

Stöhr, Walter & Taylor, Davin (1981). *Development from above or below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Chichester: John Wiley.

UNESCO (2009). *Bonn Declaration Unesco World Conference on Education for Sustainable Development*. Acessível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188799e.pdf>.

A Contribuição Socioeconômica e Ambiental de um Porto Público e um Porto Privado Para a Região do Entorno do Vale Do Itajaí – Brasil

The Socio-Economic-Environmental Contribution in the Zone of Influence: Generation of Wealth and Value of the Brazilian Port Sector

Elaine Cristina Arantes, PhD

elaine.arantes@ifpr.edu.br

Instituto Federal do Paraná IFPR, Paraná (Campus Colombo), Brasil.

Adriano Stadler, PhD

adriano.stadler@ifpr.edu.br

Instituto Federal do Paraná IFPR, Paraná (Campus Curitiba), Brasil.

Jakson Renner Rodrigues Soares, PhD

jakson.soares@udc.gal

Escola Universitária de Turismo, Universidade da Coruña, Galicia, Espanha.

Jansen Maia del Corso, PhD

del.corso@pucpr.br

Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC/PR – PPAD, Paraná, Brasil

Resumo/ Abstract

O Brasil tem alto potencial marítimo e fluvial gerador de desenvolvimento regional. A importância do modal aquaviário relaciona-se com: transporte de pessoas e cargas; questões socioambientais; e investimento em capacitação, o que motivou esta pesquisa. Este estudo apresenta duas categorias de análise: Potencial de Geração de Valor e Potencial de Geração de Riqueza. Para examinar o investimento socioeconômico-ambiental da atividade portuária realizou-se uma pesquisa descritiva com levantamento de dados secundários publicados nos relatórios corporativos de um porto privado na cidade de Navegantes e um porto público sediado em Itajaí, ambos no Estado de Santa Catarina – Brasil. Os principais resultados apontam para a gestão público-privada integrada para minimizar as necessidades socioeconômico-ambientais das regiões portuárias. O investimento financeiro promoveu o desenvolvimento da região com a geração de emprego,

Brazil has a high maritime and river potential that generates regional development. The importance of the aquatic modal is related to: transportation of people and cargoes; socio-environmental issues; and investment in training that motivated this research. The study has two categories of analysis: Potential of Generation of Value and Potential of Generation of Wealth. In order to examine the socio-economic and environmental investment of the port activity, a descriptive survey was carried out with the collection of secondary data published in the corporate reports of a private port in the city of Navegantes and another public port in Itajaí, both in the State of Santa Catarina - Brazil. The main results point to the public-private management integrated with the socio-economic-environmental needs of the port regions.

contratação de mão de obra local, capacitação para o setor portuário e educação formal.

Palavras-chave: Setor portuário. Geração de valor. Geração de riqueza. Desenvolvimento regional. Impacto econômico.

Códigos JEL: R000, R110 e R130

Keywords: Port sector; value generation; wealth generation; regional development; economic Impact.

JEL Codes: R000, R110 e R130

1. INTRODUÇÃO

Tentando melhorar os resultados dos portos, assim como de aeroportos, o governo federal brasileiro implantou a partir de 2013 os programas Porto e Aeroporto 24 horas. No ano seguinte, a diminuição no tempo de liberação de cargas, no custo da burocracia e o aumento da capacidade dos terminais, foram exemplos dos resultados positivos alcançados nos portos brasileiros. Tais melhorias contribuem para a economia e a competitividade da atividade portuária no Brasil (FIRJAN, 2014).

A questão que se coloca e que motivou o presente artigo é: além de resultados para a economia e competitividade, de que maneira o setor portuário gera riqueza e valor para o município em que desenvolve as suas atividades, contribuindo nas dimensões socioambiental, além da dimensão econômica? Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é examinar o investimento socioeconômico-ambiental da atividade portuária para o município em que se desenvolvem essas atividades.

Especificamente, objetiva-se: 1. aferir os investimentos promovidos em saúde, desenvolvimento de habilidades, gestão ambiental e educação que contribuem para a geração de valor no município; 2. caracterizar os valores relativos à folha de pagamento, tributos municipais recolhidos, remuneração de capital de terceiros e lucro retido que contribuem para o potencial de geração de riqueza municipal; 3. discutir a criação de valor e de riqueza à luz dos Fatores Críticos de Sucesso (FCS) que, conforme o GIFE (2016) são: estratégia, planejamento, engajamento da comunidade, monitoramento e avaliação dos resultados e estão definidos pela teoria do investimento social privado (ISP); 4. sugerir indicadores de análise que relacione potencial de geração de riqueza e valor com FCS e investimento social público e privado.

Foram pré-definidas duas categorias de análise para o desenvolvimento da pesquisa:

potencial de geração de valor e potencial de geração de riqueza. Realizou-se uma pesquisa exploratório-descritiva com levantamento de dados secundários (análise documental) publicados nos relatórios corporativos da empresa privada e nos dados fornecidos pela empresa pública do setor portuário brasileiro. A empresa privada se trata de um porto privado (Portonave S/A) localizado na cidade de Navegantes, a qual reúne um conjunto de características socioeconômico-ambientais relevantes com reconhecimento nacional e internacional. Já a representante do setor público é um porto público localizado na cidade de Itajaí. Ambas as cidades estão localizadas no Estado de Santa Catarina, Brasil. O Estado de Santa Catarina é “o único estado brasileiro com três representantes no ranking dos 20 principais portos” (Santa Catarina, 2016). O Complexo Portuário de Itajaí foi escolhido por ser o segundo maior em movimentação de contêineres no Brasil (Francisco & Platt, 2015). A análise dos dados do período de 2008 a 2014 e os resultados apontam a importância da integração entre a gestão pública e a gestão privada para minimizar as necessidades socioeconômico-ambientais dos municípios em que operam.

O artigo está estruturado em 6 seções, além desta de caráter introdutório. As duas seguintes seções tratam da revisão da literatura sobre a contribuição das organizações para a sociedade e o território onde elas atuam. A quarta seção concebe os procedimentos metodológicos. Na quinta apresentam-se e discutem-se os dados levantados, e na última seção, as considerações finais do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Profundas mudanças sociais, políticas e econômicas ocorreram em todo o mundo com a expansão do capitalismo a partir do início do século XX. “Essa enorme tarefa de transformação impõe ao Estado a necessidade de rever seus papéis, funções e mecanismos de funcio-

namento” (Ferreira, 1996, p. 6). A implantação do modelo burocrático de gestão com base na impessoalidade, hierarquia, regras rígidas, especialização, foi fundamental para a geração, continuidade, controle e relação entre as funções administrativas (Torres, 2004). Na década de 1980, conforme Mattos (2006), em países anglo-saxões ocorreram movimentos pelas reformas no Estado, especialmente nos Estados Unidos da América e no Reino Unido. Bens, direitos e deveres foram transferidos do Estado para o setor privado. Na década seguinte, quase todos os países do mundo já haviam realizado processos de privatização de serviços públicos. Para Emmons (2000), a relação público-privada gera dificuldades na tomada de decisões, tanto para gestores públicos como privados. Uma breve análise de um porto privado no Brasil é trazida por Constantino (2012), a respeito da Portonave S/A Terminais Portuários de Navegantes. O autor observa que dois anos depois de iniciadas as operações neste porto se

iniciou em 2007 o negócio que apresentou receita líquida superior a 150 milhões de reais. Em contrapartida, aponta o resultado alcançado pela Companhia das Docas do Rio de Janeiro que em 2009 apresentava um prejuízo acima de 130 milhões.

Constantino (2012) considera os resultados operacionais, enquanto autores como Dempsey (1949) e David (1949); Bowen (1953), Matos e Lopes (2008) e Elkington (2012) oferecem uma abrangência maior para a análise, pois consideram outros aspectos além do desempenho econômico organizacional. A pesquisa aqui apresentada desenvolve-se com base na contribuição presente na literatura conforme resumido no Quadro 1, partindo da premissa que a geração do potencial de valor e do potencial de riqueza é importante não somente para a organização, como também para o município onde as atividades são desenvolvidas.

Quadro 1 – Contribuições presentes na literatura sobre retorno das organizações para o município onde operam

Contribuições presentes na literatura	Autores
Os líderes das organizações privadas devem ir além da função econômica do negócio. São 4 os fundamentos da responsabilidade social dos homens de negócios: confiança nas trocas no mercado; relação justa entre governo e cidadãos; respeito à legislação e prática das obrigações éticas; justiça contributiva ou social das organizações promovendo o bem-estar das pessoas na sociedade.	Dempsey, 1949; David, 1949
Os homens de negócios têm responsabilidades sociais específicas: educação, satisfação pessoal dos empregados, relações com a comunidade, relações com o governo, produtividade, estabilidade econômica.	Bowen, 1953
A teoria da responsabilidade social dos negócios deve incluir: 1. geração de valor do investimento social feito (critérios: valor da produção, alocação e distribuição de recursos); 2. modernos conceitos de gestão para resolver problemas relacionados ao meio ambiente; 3. tradições presentes e passadas; 4. influência que o homem de negócios tem na sociedade em que atua.	Frederick, 1960
A informação é o que proporciona um mercado superior e organiza a atividade econômica. A educação é o caminho para a gestão da informação. Torna-se uma necessidade social manter aberto o acesso à educação avançada. A escola deve ser vista como parceira e se confunde com a organização no processo ensino-aprendizagem. Trabalha-se na escola e aprende-se na organização.	Drucker, 1946; 1954; 1993
A maior contribuição que uma empresa pode dar para a sociedade é criar um novo valor e viabilizar oportunidades de negócios que sirvam aos interesses de todos. No que diz respeito à comunidade, estas contribuições podem ser no incremento a oportunidades de trabalho, fornecimento, diversidade de consumo, geração de empregos, investimento em comunidades de baixa renda, investimento em capital humano por meio de capacitações e acesso a novas tecnologias.	Nelson, 2004
Para levantar e analisar a geração de riqueza orienta-se para a utilização dos dados da Demonstração de Valor Adicionado (DVA). A DVA apresenta o montante da contribuição da organização para o desenvolvimento socioeconômico da região onde desenvolve suas atividades.	Santos, 2007; Bispo, 2009
Uma postura estratégica dos gestores em relação à capacitação dos empregados contribui para a competitividade da organização e para a formação de uma riqueza sustentável.	Matos & Lopes, 2008
Os fatores críticos de sucesso (FCS) para a implementação do ISP são: estratégia para sustentabilidade e promoção da mudança social; planejamento de atividades; engajamento da comunidade; monitoramento de sua execução; e avaliação de resultados.	Nogueira & Schommer, 2009; GIFE, 2016
É necessário equilibrar a busca pelo retorno financeiro, a qualidade ambiental e a justiça social. Assim, o tripé da sustentabilidade (econômico-ambiental-social) serve como pilar para a manutenção e crescimento das organizações. Sobre o investimento de uma empresa no capital social, Elkington (2012) focaliza os seguintes temas: saúde; habilidades; educação; e o potencial de geração de riqueza.	Elkington, 2012
Consideram dois aspectos principais ao se analisar as fronteiras do investimento social feito pelas organizações: valor produzido e valor reconhecido pelo mercado. Valem-se dos demonstrativos financeiros para levantamento de dados que reflitam a governança das organizações e da percepção do mercado sobre o valor percebido dos investimentos feitos.	Baldarelli, Baldo & Ferrone, 2015

3. O PAPEL E A CONTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

A iniciativa privada e a organização pública têm sido cobradas pela sociedade pelo cumprimento de seu papel como promotores do bem-estar social. A administração pública, no entendimento de Meirelles (2003, p. 60) “é todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas” cujos objetivos podem ser resumidos no alcance do “bem comum da coletividade administrada” (Meirelles, 2003, p. 81). Elkington (2012, p. 33) propõe para as empresas privadas um equilíbrio entre a busca pelo retorno financeiro, a qualidade ambiental e a justiça social. O tripé da sustentabilidade como pilar para a manutenção e crescimento das organizações é resultado “de uma profunda reformulação das expectativas da sociedade e dos que servem aos mercados local e global”. Em seu questionamento sobre o investimento de uma empresa no capital social, Elkington (2012) focaliza os seguintes temas: saúde, habilidades, educação e potencial de geração de riqueza sustentável.

Enquanto a iniciativa privada concentra-se no lucro financeiro e na gestão sustentável do negócio, a administração pública tem como objetivo “a geração de valor para a sociedade e formas de garantir o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista a obrigação de utilizar os recursos de forma eficiente” (Brasil, 2014, p. 10). A parceria com a sociedade civil e com a iniciativa privada é fator importante neste processo. Ainda que a gestão das organizações privadas esteja subordinada ao processo legal estabelecido pelas organizações públicas, o poder da empresa privada tem grande influência sobre a sociedade (Brasil, 2014).

Ao admitir, promover e demitir empregados, a organização privada incentiva ou retrai o consumo. Se, por um lado, o desempenho econômico é o principal objetivo da iniciativa privada, por outro lado, seus papéis social e ambiental devem também se equilibrar para promover o bem-estar social. Desta forma, “é inútil afirmar, como o economista americano e prêmio Nobel Milton Friedman faz, que uma empresa tem uma única responsabilidade: o desempenho econômico” (Drucker, 2002, p. 38).

A geração do valor público é resultado da mobilização do poder público, por meio de

suas políticas, da iniciativa privada e da sociedade (Nelson, 2004). A contribuição social das organizações privadas se insere no contexto do ISP associando a responsabilidade social corporativa (RSC) à gestão estratégica organizacional por meio do engajamento dos *stakeholders* (Nelson, 2004).

Na década de 1990, executivos de empresas privadas, fundações e institutos se reuniram para debater e incentivar a execução de iniciativas socioambientais importantes para a sociedade que atendessem também aos fatores que as organizações consideram estratégicos para seu sucesso no mercado. Estes fatores são conhecidos na literatura como Fatores Críticos de Sucesso (FCS). Ao incentivar e executar iniciativas socioambientais convergentes com sua estratégia organizacional, as empresas privadas monitoram o retorno sobre os recursos investidos. Este monitoramento configura o que se conhece na literatura por Investimento Social Privado (ISP). Nogueira e Schommer (2009) e o GIFE (2016) ressaltam que os principais FCS para a execução do ISP são: estratégia para sustentabilidade e promoção da mudança social; planejamento de atividades; engajamento da comunidade; monitoramento de sua execução; e avaliação de resultados.

Frente a estes elementos, consideram-se neste estudo como categorias de análise (Quadro 2) o Potencial de Geração de Valor e o Potencial de Geração de Riqueza, uma vez que são resultantes dos estudos de Baldarelli, Baldo e Ferrone (2015) e das orientações de Elkington (2012), Santos (2007) e Bispo (2009). Foram considerados os dados referentes aos investimentos internos e externos feitos pelas organizações. Por investimentos internos se entende aqueles cujos benefícios são direcionados para os empregados da organização. Por investimentos externos se entende aqueles cujos benefícios são direcionados para a comunidade de entorno da organização e para a sociedade como um todo.

Para recolher dados necessários para análise das subcategorias relativas ao potencial de geração de riqueza foram seguidas as orientações de Santos (2007) e Bispo (2009) utilizando-se os dados da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) demonstrando o montante da contribuição dada pela organização para o desenvolvimento socioeconômico da região onde ela se encontra instalada. Apresenta-se o montante do Valor Adicionado a distribuir e como esta distribuição é feita entre: empre-

gados; tributos recolhidos; remuneração do capital de terceiros e lucro retido (Santos, 2007). Bispo (2009) reforça a importância da DVA, pois, além de demonstrar a riqueza sustentável gerada pela organização e a destinação

que lhe foi dada, também permite uma avaliação sobre os efeitos que a operação da organização tem sobre a sociedade da região onde opera.

Quadro 2 – Categorias e subcategorias de análise adotadas no estudo

Categorias de análise	Subcategorias de análise	Autores	Definição
Potencial de criação de valor	Saúde	Drucker, 1946; 1954; 1993; Dempsey, 1949; David, 1949; Bowen, 1953; Frederick, 1960; Nelson, 2004; Matos & Lopes, 2008; Nogueira & Schommer, 2009; GIFE, 2016	Investimento feito em saúde internamente na empresa e externamente para o município.
	Desenvolvimento de habilidades		Capacitação e desenvolvimento profissional.
	Gestão ambiental		Preservação do meio ambiente e educação ambiental. Internamente para operação do negócio e externamente para o município.
	Educação		Investimento em educação formal no município: Ensino Fundamental; Ensino Médio e Ensino Superior. Investimento em educação formal para os empregados: bolsas de estudo para os empregados cursarem a educação formal.
Potencial de criação de riqueza	Empregados	Santos, 2007; Bispo, 2009; Lucidibus, 2009	Folha de pagamento.
	Tributos recolhidos		Impostos, taxas e contribuições.
	Remuneração de capital de terceiros		Trata-se do valor devido a terceiros que financiam a atividade da empresa por meio do pagamento de juros, aluguéis e <i>royalties</i> .
	Lucro retido		Ao invés de distribuir o lucro para os acionistas, a empresa retém lucro para investimentos futuros. Assim se capitaliza, tornando maior seu capital próprio e financiando seu crescimento com recursos próprios (Lucidibus & Marion, 2009).

Alguns estudos empíricos sobre a temática direcionada à atividade portuária podem ser observados pelos estudos de Correia e Brito (2012), os quais buscaram compreender a articulação entre infraestrutura pública e comunidade do entorno do Porto de Aveiro, em Portugal, face ao desenvolvimento regional. Tal interação tem permitido ultrapassar uma gestão individualizada, trazendo à comunidade benefícios no que tange à competitividade do porto, bem como afetando positivamente também a população desta região, como, por exemplo, originando novos projetos urbanos e turísticos.

Matos e Lopes (2008) associam o investimento no capital intelectual das organizações como caminho para a conquista de sua riqueza sustentável. Para estes autores, uma postura estratégica dos gestores em relação à capacitação dos empregados contribui para a competitividade da organização e sua perenidade no mercado. Da mesma forma, Salvador e Fernandes (2015) analisaram as contribuições advindas de investimentos em infraestrutura de transporte em Portugal. Seus efeitos diretos e indiretos são percebidos como uma condição

de competitividade regional, bem como um meio para “promover a coesão territorial e social; assegurar melhores acessibilidades às atividades econômicas; e aumentar a atratividade territorial” (Salvador & Fernandes, 2015, p. 79).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Raupp e Beuren (2008), o delineamento da pesquisa deve ser feito com base nos objetivos, procedimentos e quanto à abordagem do problema. Assim, quanto aos procedimentos técnicos a serem adotados, esta pesquisa se realiza por um estudo de caso exploratório descritivo com a utilização de coleta de dados secundários por meio de pesquisa documental. A análise de documentos constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa para desvelar aspectos novos de um problema (Ludke & André, 1986). De fato, realizou-se esse estudo de caso com técnica de análise documental para não condicionar os resultados, visto que ela permite compreender o fenômeno, não somente quantificar relações entre

variáveis (Del Rincón, Arnal, Latorre, & Sans, 1995). Yin (2011) ensina que por meio do estudo de caso se investigam fenômenos contemporâneos utilizando-se fontes de evidência que os relacionem com o ambiente no qual estão inseridos. Assim mesmo, o autor indica que são estudados em profundidade no contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Segundo Carson, Gilmore, Perry e Gronhaug (2001), com uma pesquisa qualitativa o investigador gera importantes conhecimentos sobre o fenômeno pesquisado. Finalmente, Creswell e Clark (2013) justificam a realização dessa fase exploratória para descobrir questões, variáveis e teorias capazes de caracterizar um estudo. Além disso, pode-se compreender e classificar os processos vividos.

Conforme orientam Correia e Brito (2012), o processo de coleta dos dados serviu-se de várias informações provenientes de distintas fontes secundárias. São elas: Relatórios de Sustentabilidade, Balanço social e Demonstrações Financeiras disponíveis no *website* da Portonave. Foram utilizados arquivos eletrônicos enviados pelo Porto de Itajaí além de consulta à legislação vigente. Vale esclarecer que o Balanço Social foi adotado como fonte de dados secundários considerando sua importância reconhecida como meio de prestação de contas que a empresa faz de seu comportamento em relação à sociedade (Oliveira & Garcia, 2000). Optou-se pelo período de 2008 a 2014 para a coleta de dados secundários, pois a Portonave S/A iniciou suas atividades em 2007.

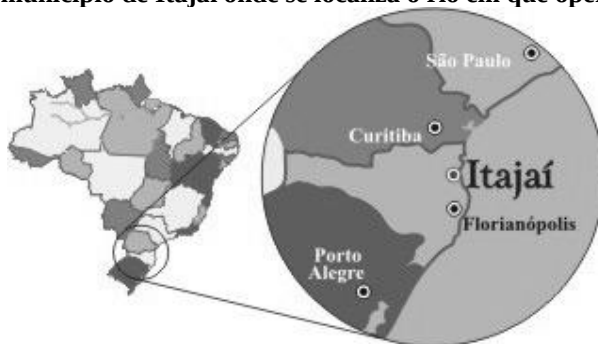
Este intervalo de 6 anos oferece uma base de dados que proporciona análise suficiente para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa. Neste sentido, com as análises buscou-se identificar o Potencial de Geração de Valor e o Potencial de Geração de Riqueza ofertados pelos portos analisados para o desenvolvimento da comunidade.

4.1 Descrição do objeto de estudo: os portos de Navegantes e Itajaí, em Santa Catarina

Este estudo considerou a atividade portuária brasileira a partir de dois portos no Estado de Santa Catarina: Navegantes e Itajaí. A empresa representante de Navegantes é a Portonave S/A, a qual reúne um conjunto de características socioeconômico-ambientais com reconhecimento nacional e internacional. Suas contribuições vão além do município em que desenvolve atividades, sendo considerada relevante no setor portuário da América Latina.

A Portonave S/A foi considerada em 2011 como um dos seis melhores terminais portuários do mundo (Lloyd's List Global Awards, 2011); em 2014, foi a primeira empresa do setor portuário brasileiro a figurar entre as 25 melhores empresas para se trabalhar em Santa Catarina (GPTW, 2014); foi o primeiro terminal portuário privado brasileiro e, em 2014, respondia por 47% deste mercado em Santa Catarina, na movimentação de contêineres (Revista portuária, 2016). A região onde estão localizados os dois portos estudados está apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Localização do município de Itajaí onde se localiza o rio em que operam os portos estudados



FONTE: <<http://www.motorede.com.br/1º-encontro-sul-americano-de-motociclismo-de-itajai-sc/mapa-itajai-sc/>>

Decidiu-se também pelo estudo das contribuições sociais do Porto de Itajaí que opera sob a gestão pública, no Rio Itajaí-Açu em frente

ao em frente ao porto de Navegantes, também no Estado de Santa Catarina – Brasil. Essa escolha deu-se porque este é o segundo maior

porto do Brasil e é o 13º na América Latina e Caribe (Santa Catarina, 2016). O porto de Itajaí, localizado na margem direita do Rio Itajaí-Açu, iniciou suas atividades no século XIX atendendo ao comércio fluvial no município. A Comissão de Melhoramentos dos Portos e Rios realizou em 1905 os primeiros estudos para o porto e em 1914 iniciou-se a primeira obra no local. Somente em 1966 foi considerado como porto organizado e sua gestão era feita pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa apresentada neste artigo foi realizada com o objetivo de examinar o investimento socioeconômico-ambiental da atividade portuária para o município onde as atividades são desenvolvidas. Para tanto, foram estabelecidos objetivos específicos cujos resultados são apresentados e discutidos na sequência.

O primeiro objetivo específico atingido por esta pesquisa propunha a aferição dos investimentos promovidos em saúde, desenvolvimento de habilidades, gestão ambiental e educação que contribuem para a geração de valor no município. A pesquisa realizada demonstrou que o investimento da Portonave S/A em Saúde aumentou de 0,60% para 0,71% sobre a Receita Bruta (RB) no período analisado. Um aumento significativo foi verificado no investimento feito em Desenvolvimento de Habilidades, “em junho e julho de 2008, a empresa fez um estudo do perfil de seus colaboradores e concluiu que o percentual de pessoas capacitadas para trabalhar no Porto (...) era de 54%. A partir daí (...) passou a trabalhar com foco na elevação desse percentual” (Portonave, 2008, p. 10). De 0,09% sobre a RB em 2008, a empresa investiu 0,71% em 2014 demonstrando seu interesse em capacitar os empregados para o desenvolvimento de suas atividades. O percentual investido em Educação Formal manteve-se praticamente estável desde 2008 (0,13% sobre a RB) até 2014 (0,11% sobre a RB). O investimento em meio ambiente teve um aumento significativo em 2011 (0,67% sobre a RB) em relação a 2010 (0,36% sobre a RB), sendo ainda incrementado em 2012 quando passou para 0,68% sobre a RB. Em 2014, com a recessão enfrentada no Brasil este percentual baixou para 0,58% sobre a RB retomando o patamar de 2009 (0,51% sobre a

RB) e de 2012, ou seja, 0,54% sobre a RB (Portonave, 2008 a 2014).

O segundo objetivo específico dedicou-se à caracterização dos valores relativos à folha de pagamento, tributos municipais recolhidos, remuneração de capital de terceiros e lucro retido que contribuem para o potencial de geração de riqueza municipal. Observou-se pela pesquisa realizada que a contratação de empregados oriundos da região de Navegantes é uma premissa da empresa. Em 2008, 92% dos empregados eram provenientes do próprio município e de localidades próximas. Dentre estes, estavam 23 adolescentes, estudantes do ensino médio público local que tiveram oportunidade de iniciar suas carreiras no programa Adolescente Aprendiz. O despertar para o empreendedorismo norteia o programa Portonave Novos Rumos que, em 2008, ofereceu palestras sobre o tema para jovens de 16 a 21 anos da região (Portonave, 2008). Desde então, a organização tem dedicado recursos financeiros, humanos e tecnológicos para contribuir com a formação da população proveniente da região onde desenvolve suas operações. Observa-se que a empresa investe na contratação dos empregados privilegiando os moradores do município de Navegantes e regiões vizinhas, “a valorização da mão-de-obra regional é um item importante do perfil corporativo e uma meta da Portonave” (Portonave, 2008, p. 10). A empresa fechou o ano de 2008 com 450 funcionários, sendo 55% de Navegantes e 37% dos municípios vizinhos, ou seja, Itajaí, Balneário Camboriú e Penha (Portonave, 2008).

Ao privilegiar contratações entre os moradores da região, a empresa contribui com a empregabilidade de moradores de outros municípios próximos a Navegantes onde está o porto. Anualmente, há um aumento no quadro de empregados evidenciado pelo aumento no total do montante de remuneração. De 232 empregados ao final de 2007, ano em que se iniciaram suas atividades, a empresa passou para 1.006, em 2014 (Portonave 2008; 2014). O expressivo aumento no recolhimento de tributos feito pela Portonave S/A contribuiu para o investimento feito pela gestão pública na promoção do bem-estar social. A remuneração do capital de terceiros, intensa em 2008 devido ao início das atividades, decresceu significativamente no ano seguinte, mas voltou a subir a partir de 2010 (Portonave 2008; 2010). De 2012 para 2013, houve uma queda de 52%. Observa-se um aumento de 216% da remune-

ração de capital de terceiros de 2013 para 2014 (Portonave, 2013; 2014).

O terceiro objetivo específico propunha a discussão sobre a geração de valor e de riqueza à luz dos Fatores Críticos de Sucesso (FCS) que, conforme GIFE (2016), são: estratégia, planejamento, engajamento da comunidade, monitoramento e avaliação dos resultados e

estão definidos pela teoria do investimento social privado (ISP). Ao analisar os relatórios anuais da Portonave S/A, relacionando os FCS para o ISP conforme orientam Nogueira e Schommer (2009) e GIFE (2016), observam-se referências cujos trechos são resumidos no Quadro 3.

Quadro 3 – Relação entre FCS do ISP e Categorias de análise – Portonave S/A

Fatores Críticos de Sucesso (FCS) do Investimento Social Privado (ISP)	Categorias de análise	
	Potencial de geração de valor	Potencial de geração de riqueza
Estratégia para sustentabilidade e promoção da mudança social	"Missão: Fornecer soluções logísticas que superem as expectativas do cliente e que agreguem valor a todos os envolvidos com o negócio, por meio de equipe capacitada, motivada e comprometida com a qualidade total e respeito ao meio ambiente" (Portonave, 2008, p. 3). "Proporcionar um ambiente de trabalho seguro, igualitário, agradável e promissor está entre os compromissos da Portonave com a sustentabilidade, cada vez mais presente na estratégia dos negócios" (Portonave 2014, Mensagem do Conselho de Administração).	"Um empreendimento das dimensões da Portonave – que teve um investimento inicial de R\$ 450 milhões para sua implantação – traz impacto na vida de todos que estão em seu entorno e não somente daqueles envolvidos diretamente no negócio portuário. Isso porque se cria um círculo virtuoso e sustentado de crescimento socioeconômico, no qual cada real pago em salários ou tributos, por exemplo, gera renda que movimenta outros segmentos, como comércio e serviços, além de possibilitar maiores investimentos nas áreas de saúde e educação" (Portonave, 2010).
Planejamento de atividades	"O programa de integração da Portonave com a comunidade - Portonave de Todos - começou a ser elaborado em 2007. Baseado nos objetivos do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), atua no âmbito social com responsabilidade e foco em quatro ícones: cultura, educação e desenvolvimento; preservação ambiental; saúde; e esporte." (Portonave, 2009, p. 9).	"Em 2014, foi iniciada a obra que permitirá à Portonave dobrar a capacidade estática do pátio que recebe os contêineres. Ao todo, foram cerca de R\$ 120 milhões em investimentos. Outros R\$ 5,3 milhões foram aplicados na modernização dos equipamentos utilizados na operação, visando ao aumento da produtividade" (Portonave 2014, Mensagem do Conselho de Administração).
Engajamento da comunidade	"O programa de integração da Portonave com a comunidade - Portonave de Todos - começou a ser elaborado em 2007" (Portonave, 2009, p. 9) "Nesse primeiro ano de operação também consolidamos uma relação profunda com a comunidade de Navegantes, atuando em parcerias e focados em ações de responsabilidade social, que contemplam a cultura, a educação, a preservação ambiental, a saúde e o esporte" (Portonave, 2008, p. 4)	"Ao ouvir aqueles que convivem com o empreendimento, a Portonave confirma que os investimentos em ações socioambientais geram benefícios efetivos à comunidade onde o Terminal está inserido. Somente em 2014, foram investidos cerca de R\$ 8,78 milhões na área ambiental e R\$ 1 milhão em projetos sociais e culturais" (Portonave 2014, Mensagem do Conselho de Administração). "Estamos cada vez mais empenhados em identificar novas formas de contribuir com o desenvolvimento sustentável da comunidade que tão bem convive com a Portonave" (Portonave, 2014, Mensagem da Diretoria-Superintendência).
Monitoramento de sua execução	"Após a construção do Terminal Portuário, a cidade apresentou um salto evolutivo: novos empregos foram gerados e novos negócios foram atraídos para o município, a movimentação aumentou o giro comercial e o PIB apresentou crescimento de 182,9% de 2006 a 2010. O quadro de colaboradores da Portonave é um reflexo da inserção da comunidade local no mercado de trabalho" (Portonave, 2012, p. 5).	"Em um ano marcado pela retração do comércio internacional e pelo acirramento da competição no setor portuário, a Companhia manteve a solidez financeira e a excelência operacional, minimizando os efeitos da crise global sobre os negócios" (Portonave 2014, Mensagem do Conselho de Administração).
Avaliação dos resultados	"O ano de 2008 ainda foi marcado pela forte enchente que assolou o vale do Rio Itajaí-Açu. A dedicação de nossa equipe para ajudar no resgate de vítimas e no auxílio aos órgãos responsáveis pelo acolhimento dos atingidos foi exemplar (...)" (Portonave, 2008, p. 4).	"Ao final de 2014, (...) conseguimos, apesar de uma leve queda na movimentação de cargas, ampliar a Receita Operacional Bruta relativa às atividades portuárias, que alcançou R\$ 457,4 milhões, um crescimento de 18,42% em comparação ao ano de 2013. (...) o lucro base também registrou crescimento, de 20%, alcançando R\$ 133,5 milhões no período. Diante de um cenário cada vez mais competitivo no setor portuário, a Portonave manteve a liderança na operação de cargas containerizadas em Santa Catarina" (Portonave, Mensagem da Diretoria e Superintendência, 2014, p. 8).

Quanto ao potencial de geração de valor, verifica-se que há estratégias para sustentabilidade e mudança social desde o início de suas atividades conforme expresso na missão da

organização no Relatório (2008) reforçada na menção feita em 2014 pelo Conselho de Administração. Em 2010 se expressava a estratégia da organização para o crescimento

socioeconômico da comunidade de entorno refletindo o potencial de geração de riqueza que promove (Portonave, 2010, 2014).

O planejamento de atividades se efetivou com o programa “Portonave de Todos” (Portonave, 2009), baseado nos objetivos da ONU expressando o valor que o negócio gera. Além disso, em 2014 foi apresentado o planejamento dos investimentos em obras e equipamentos (Portonave, 2014). O engajamento da comunidade se efetivou com o programa “Portonave de Todos” que começou a ser elaborado em 2007, desde o início das atividades da empresa, reforçando o relacionamento com os moradores da região. Investimentos são feitos em programas sociais e culturais ouvindo a comunidade e promovendo a geração de riqueza (Portonave, 2014). Por fim, a avaliação de resultados é um FCS considerado na geração de valor pela organização com o engajamento dos empregados desde o ano de 2008 quando se empenharam no auxílio aos moradores com o evento da enchente que atingiu a região (Portonave, 2008).

A geração de riqueza é um fato trazido pela Portonave (2014) ao assinalar que a empresa se mantém na liderança de operação de cargas containerizadas no Estado de Santa Catarina. Francisco e Platt (2015, p. 13), em seu estudo sobre a evolução portuária, apontam para a importância da atividade portuária tanto para o Município de Itajaí como para o Estado de Santa Catarina: o Porto de Itajaí “detém o índice mais elevado de desenvolvimento sustentável dentre as dez maiores cidades” de Santa Catarina. Desta maneira, o investimento em saúde, desenvolvimento de habilidades e educação que é feito no município é proveniente, em grande parte, da atividade portuária.

A atividade portuária no Município de Itajaí contribui para o desenvolvimento sustentável da região, investindo no desenvolvimento de habilidades e na educação. Uma média de 25 mil alunos são matriculados anualmente no Ensino Superior no município. De 2007 a 2013 o município de Itajaí investiu na formação específica para a atividade portuária por meio da oferta de cerca de 400 vagas nas áreas de Técnico em Logística, Auxiliar de Operações em Logística, Técnico em Comércio Exterior, Auxiliar de Serviços em Comércio Exterior e Ajudante de Carga e Descarga de Mercadorias. Russo (2013) reforça que há uma integração entre a atividade portuária e a gestão municipal, haja vista sua interdependência visando ao

desenvolvimento da região. Além dos recursos humanos, há entre ambos uma integração cultural e estrutural. A gestão do Porto de Itajaí se associa, portanto, à gestão municipal para integrar os investimentos na formação dos cidadãos tanto no ensino superior, quanto na formação específica para as áreas logística e portuária.

O quarto objetivo específico foi atendido na medida em que esta pesquisa definiu indicadores de análise que proporcionaram uma relação entre o potencial de geração de riqueza e valor da atividade portuária com FCS e o investimento social público e privado. Estes indicadores foram definidos a partir das duas categorias de análise pré-determinadas para o desenvolvimento da pesquisa. São elas: o potencial de geração de valor e o potencial de geração de riqueza. Na categoria potencial de geração de valor, conforme a literatura utilizada definiram-se como indicadores os investimentos feitos em saúde, desenvolvimento de habilidades, gestão ambiental e educação. Quanto à categoria potencial de geração de riqueza, os indicadores utilizados na pesquisa foram o retorno para os empregados da organização, os tributos recolhidos, a remuneração de capital de terceiros e o lucro retido.

O investimento realizado pela iniciativa privada do setor portuário de Santa Catarina no município de Navegantes, bem como aqueles provenientes do porto público de Itajaí, foram considerados como Fatores Críticos de Sucesso do Investimento Social Privado. Em Navegantes, a percepção dos gestores do porto privado sobre a importância da integração com a comunidade se revela por meio do investimento financeiro realizado. Este investimento financeiro promoveu o desenvolvimento do município por meio da geração de empregos, capacitação para o setor portuário, educação formal e meio ambiente. Com relação à geração de riqueza, além do valor investido, chama a atenção a crescente contratação anual de mão de obra local convergindo com as diretrizes estratégicas da empresa. Em Itajaí, no período estudado, a gestão do município ofertou cerca de 400 vagas para cursos de formação na área portuária, investindo na empregabilidade dos municípios para o mercado de trabalho no setor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi motivada pelo questionamento sobre a maneira como o setor portuário

gera riqueza e valor para a região onde desenvolve as suas atividades. Os objetivos específicos a que a pesquisa se propôs foram também atingidos na medida em que foram apresentados os investimentos promovidos pelas empresas pesquisadas em saúde, desenvolvimento de habilidades, gestão ambiental e educação que contribuem para a geração de valor no município. Além disso, foram caracterizados os valores relativos à folha de pagamento, tributos municipais recolhidos, remuneração de capital de terceiros e lucro retido que contribuem para o potencial de geração de riqueza municipal. Discutiu-se a criação de valor e de riqueza à luz dos Fatores Críticos de Sucesso fundamentados na estratégia, no planeamento, no engajamento da comunidade e no monitoramento e avaliação dos resultados. A pesquisa foi desenvolvida a partir de indicadores relacionando o potencial de geração de riqueza e valor do setor portuário com fatores críticos de sucesso e o investimento social feito tanto pelo setor público quanto pelo setor privado.

Observa-se que as empresas analisadas nesta pesquisa ampliam o objeto de sua atuação econômica previsto no ato de sua constituição para aspectos sociais e ambientais relevantes tanto para o próprio negócio como para a região onde se desenvolve a atividade portuária. Os resultados apresentados nesta pesquisa confirmam, por exemplo, que as contratações de empregados são feitas em sua grande maioria junto à comunidade não somente das cidades de Navegantes e de Itajaí, mas também de outros municípios próximos. Para que estas pessoas desenvolvam habilidades específicas, demonstrou-se que a Portonave S/A incrementou seu investimento em capacitação. O investimento em capacitação aumentou significativamente durante o período estudado passando de 0,09% da RB em 2008 para 0,71% em 2014. Com certeza, o negócio se beneficia deste investimento, mas o empregado capacitado também garante sua empregabilidade não somente no setor, mas em outras atividades que porventura venha a realizar futuramente. As contratações aumentaram também neste período, ou seja, de 232 empregados ao final de 2007 a Portonave S/A passou para 1.006, em 2014 (Portonave 2008; 2014). Com o crescimento da atividade portuária e o correspondente aumento de arrecadação tributária, o reflexo é percebido nos investimentos em saúde e educação no município.

Fatores críticos de sucesso de um negócio orientam as decisões da gestão da organização que toma decisões estratégicas para a lucratividade e retorno aos acionistas. Este artigo demonstrou que, no caso das empresas pesquisadas, houve uma relação entre o sucesso do negócio proveniente da atividade portuária e o investimento social feito pela iniciativa privada. Desta maneira, associam-se a busca pelo resultado do negócio e a perspectiva e melhoria da qualidade de vida das pessoas da região. Estuda-se neste trabalho a gestão pública e a gestão privada cujos objetivos diferem. Enquanto a primeira tem o bem-estar do povo como sua razão de existir, a segunda tem o lucro como seu objetivo principal, mas nem por isso negligencia sua participação no investimento do capital social da região em que opera. Na pesquisa realizada, observa-se uma forte integração da gestão pública e da gestão privada para a minimização das necessidades sociais do município onde se encontram. No caso de Itajaí, o poder público investe na formação de seus habitantes para atividades voltadas para o porto já que se trata da maior contribuição para o PIB do município. A iniciativa privada, por sua vez, além de investir no desenvolvimento de habilidades e educação dos cidadãos de Navegantes, também volta sua atenção para a saúde e a geração de riqueza do município. A geração de riqueza da operação portuária seja ela pública ou privada contribui para o enriquecimento econômico e social do município e consequentemente para o bem-estar dos cidadãos. É perceptível esta relação quando ao visitar tanto Itajaí como Navegantes observam-se as atividades econômicas que passaram a se desenvolver na região face ao investimento feito na atividade portuária local.

Algumas limitações foram encontradas no desenvolvimento do presente trabalho. A primeira delas refere-se à utilização de dados de apenas dois municípios e em um único estado brasileiro. Seria interessante, em estudos futuros, comparar os resultados alcançados em outros municípios portuários, considerando diferentes estados. Com isso, outros pesquisadores poderiam conduzir uma comparação entre os processos de diferentes organizações públicas e privadas. Assim, seria possível propor um modelo de monitoramento das metas privadas e públicas na busca pela melhoria da condição de vida e trabalho nas cidades portuárias brasileiras. A segunda limitação verificada

foi a análise de apenas duas organizações, ainda que uma delas seja pública e a outra privada. Seria interessante ampliar esta avaliação para outras empresas tanto públicas como privadas. Isso mudaria o escopo de análise de investimentos em capital social e traria mais alternativas para caminhos a serem adotados para o investimento local. A terceira limitação encontrada foi a disponibilidade dos dados pela gestão pública para serem colocados no mesmo modelo em que a iniciativa privada publica os seus dados por meio de Balanço Social.

Os resultados desta investigação contribuem para uma melhor compreensão do papel dos portos no desenvolvimento regional, considerando principalmente o seu potencial de geração de riqueza e de valor. Sugere-se que futuros estudos busquem conhecer mais profundamente a percepção das comunidades do

entorno, para compreender tanto os efeitos positivos quanto negativos do investimento social privado em infraestrutura de transportes de diferentes modalidades. Da mesma forma, tornam-se relevantes estudos comparativos entre países com diferentes condições socioeconômicas, visto que podem apresentar novos horizontes para a interface entre poder público e privado no desenvolvimento regional. Assim mesmo, como já foi mencionado anteriormente, recomenda-se a realização de pesquisas em mais estados brasileiros e utilizando mais organizações no escopo do trabalho. Com isso, seguramente gestores e administrações poderão contar com mais insumos no momento de avaliar o impacto das suas ações no desenvolvimento do território.

BIBLIOGRAFIA

Baldarelli, M. G., Baldo, M. D., & Ferrone, C. (2015). *The relationships between CSR, Good Governance and Accountability in the Economy of Communion (EoC) Enterprises*. In: Idowu, S.; Frederiksen, C.S.; Mermoud, A.Y.; Nielsen, M.E.J. Corporate social responsibility and governance: theory and practice. Londres: Springer.

Bispo, J. S. (2009). *Criação e distribuição de riqueza pela zona franca de Manaus*. 303f. Tese (Doutorado em Economia, Administração e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bowen, H. (1953). *Social responsibilities of the business man*. New York: The Federal Council of the Churches of Christ in America.

Brasil. (2014). *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*. Secretaria de Gestão Pública. Programa Gespública, Modelo de Excelência em Gestão Pública, Brasília, MP, SEGEF.

Carson, D.; Gilmore, A.; Perry, C. & Gronhaug, K. (2001). *Qualitative Marketing Research*. Thousand Oaks: Sage.

Constantino, R. (2012). *Privatize já*. São Paulo: Leya.

Correia, R., & Brito, C. H. (2012). Interação entre infraestruturas e regiões: o caso do porto de Aveiro. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 30(2), 77-88.

Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2013). *Pesquisa de Métodos Mistos*. 2 ed. Porto Alegre: Penso.

David, D. K. (1949). Business responsibilities in an uncertain world. *Harvard Business Review*, 27, 1-8.

Del Rincón, D., Arnal, J., Latorre, A., & Sans, A. (1995). *Técnicas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Dykinson.

Dempsey, B. W. (1949). The roots of business responsibility. *Harvard Business Review*, 27, 393-404.

Drucker, P. F. (1946). *The concept of the corporation*. New York: John Day Co.

Drucker, P. F. (1954). *The practice of management*. New York: Harper & Row.

Drucker, P. F. (1993). *Post-capitalist society*. New York: Harper Collins Publishers Inc.

Drucker, P. F. (2002). O melhor de Peter Drucker: obra completa, 33-44. São Paulo: Nobel.

Elkington, J. (1998). *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st Century Business*. New Society Publishers.

Emmons, W. (2000). *The Evolving Bargain: strategic implications of deregulation and privatization*. Boston: Harvard Business School Press.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) (2014). Brasil mais competitivo: Porto e Aeroporto 24 horas – resultados do primeiro ano de funcionamento. Disponível em: http://www.firjan.com.br/lumisportal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C9_08A8F4EB14A4C014EB629465D14D7&inline=1 Acesso em 18/10/2016.

Ferreira, C. M. M. (1996). Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. *Revista do Serviço Público*, 120(3), set-dez. Brasília: ENAP.

Francisco, E., & Platt, A. A. (2015). *A evolução do porto de Itajaí*. XXVI Enangrad, 25 a 27/out, Foz do Iguaçu.

Frederick, W. C. (1960). The Growing Concern over Business Responsibility. *California Management Review*, 2(4), 54-61.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE). (2016). *Investimento social privado*. Disponível em <<http://gife.org.br/investimento-social-privado/>>. Acesso em 02/04/2016.

Great Places to Work (GPTW). (2016). *Melhores empresas para se trabalhar GPTW Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.greatplacetowork.com.br/pesquisa-e-benchmark/santa-catarina-2015-medias.htm>>. Acesso em 10/04/2016.

Iudícibus, S., & Marion, J. C. (2009). *Curso de Contabilidade para não contadores*. 6ª Edição. São Paulo: Atlas.

LLOYD'S LIST GLOBAL AWARDS. (2011). *Lloyd's list global awards 2011 shortlist revealed*. Disponível em <<http://www.lloydslist.com/ll/sector/ship-operations/article374730.ece>>. Acesso em 11/04/2011.

Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

Matos, F., & Lopes, A. (2008). Gestão do capital intelectual a nova vantagem competitiva das organizações. *Comportamento organizacional e Gestão*, 14(2), 233-245.

Mattos, P. T. L. (2006). *Regulação econômica e democracia: o debate europeu*. São Paulo: Editora Singular.

Meirelles, H. L. (2003). *Direito administrativo brasileiro*. 27 ed. São Paulo: Malheiros.

Nelson, J. (2004). *The public role of private enterprise: risks, opportunities and new models of engagement*. Corporate Social Responsibility Initiative Working Paper No 1. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University.

Nogueira, F. A., & Schommer, P. C. (2009). *Quinze anos de investimento social privado no Brasil: conceito e práticas em construção*. In: EnANPAD. XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo, 19 a 23/09/2009.

Oliveira, A. S., & Garcia, E. A. R. (2000). *Demonstração do Valor Adicionado: uma*

contribuição da contabilidade para a mensuração da participação econômica e social da entidade empresarial. In: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Anais... Goiânia.

PORTO DE ITAJAÍ. (2014). Disponível em <www.portoitajai.com.br>. Acesso em 05/07/14.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2007). Relatório anual 2007. Navegantes/sc, 108p.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2008). Demonstrações financeiras 2007-2008, navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2008). Relatório anual 2008. Navegantes/sc, 41p.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2010). *Balanço social 2009-2010*, navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2010). Demonstrações financeiras 2009-2010, navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2011). *Balanço social 2010-2011*. Navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2012). *Balanço social 2011-2012*. Navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2012). Demonstrações financeiras 2011-2012, navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2012). Relatório anual 2012. Navegantes/sc, 112p.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2013). *Balanço social 2012-2013*. Navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2013). Relatório anual 2013, navegantes, 2013, 110p.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2014). *Balanço social 2013-2014*. Navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2014). Demonstrações financeiras 2013-2014, navegantes/sc.

Portonave s/a terminais portuários de navegantes. (2014). Relatório anual 2014. Navegantes, 2014, 55p.

Raupp, f. M., & beuren, i. M. (2008). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In: beuren, i. M. (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3 ed. São paulo: atlas.

Revista portuária. (2016). *Portonave bate recorde de movimentação. Economia e negócios*. Disponível em <<http://www.revista-portuaria.com.br/noticia/15417>>. Acesso em 10/04/2016.

Richardson, r. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São paulo: atlas.

Russo, h. A. P. G. (2013). *Porto de itajaí: sua história*. Atraka studio gráfico.

Salvador, r., & fernandes, a. (2015) avaliação do contributo das infraestruturas de transporte para o desenvolvimento regional. *Revista portuguesa de estudos regionais*, 39, 79-93.

Santa catarina. (2016). *Oportunidades e negócios: portos*. Disponível em <<http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/portos/>>. Acessado em 09/04/2016.

Santos, a. (2007). *Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a dva*. 2. Ed. São paulo: atlas.

Torres, m. D. F. (2004). *Estado, democracia e administração pública no brasil*. Rio de janeiro: editora fgv.

Yin, r. (2011). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto alegre: bookman, 2005. Malheiros: são paulo.

Farm Typology and Land Suitability in Terceira Island (Azores:Portugal)

Tipologia de Explorações Agrícolas e a Aptidão do Solo na Ilha Terceira (Açores: Portugal)

João Reis

joao.mf.reis@sapo.pt
University of the Azores

Tomaz Dentinho

tomazdentinho@uac.pt
University of the Azores

Abstract/ Resumo

The aim of this paper is to categorize farm types and relate them with the land suitability classes suggested for Terceira Island (Azores: Portugal). The study included a set of 64 indicators for 1,366 farms contained in the databases that comprise the Integrated Administration and Control System for direct support schemes under the Common Agricultural Policy. Using principal component analysis and cluster analysis, a farm typology system was built up based on eight principal components that characterized 81.4% of the total variance between farms. As a result, the farm sample was divided into seven different categories: dairy farms (50%), meat production farms (23%), non-specialized animal farms (9%), arable crop farms (2%), wine-growing farms (5%), fruit and vegetable growing farms (8%) and banana farms (3%).

The mapping drawn from the categories of farms was crossed with thirteen land suitability class combinations for five alternative land uses. We confirmed that the distribution of different farm types changes according to the land suitability proposed for each zone.

O objetivo deste artigo consistiu em classificar os diferentes tipos de explorações agrícolas e relacioná-los com as classes de aptidão do solo referenciadas para a Ilha Terceira (Açores: Portugal).

O estudo abrangeu um conjunto de 64 indicadores aferidos para 1.366 explorações constantes das bases de dados que compõem o Sistema Integrado de Gestão e Controlo para os regimes de apoio direto no âmbito da Política Agrícola Comum. Com o recurso à análise de componentes principais e à análise de clusters, foi desenvolvida uma tipologia de explorações agrícolas, baseada em oito componentes principais que caracterizaram 81,4% da variância total observada. Como resultado, as explorações constantes da amostra foram divididas em sete categorias diferentes: explorações leiteiras (50%), explorações de bovinos de carne (23%), explorações animais não especializadas (9%), explorações de culturas arvenses (2%), explorações vitícolas (5%), explorações hortofrutícolas (8%) e explorações de banana (3%).

O mapeamento das explorações resultante da tipologia foi cruzado com treze classes de combinações de aptidão do solo para cinco usos alternativos. Confirmou-se que a distribuição dos diferentes tipos de exploração varia de acordo com a aptidão do solo referenciada para cada zona.

Keywords: farm typology, principal components analysis, cluster analysis, land suitability, Terceira Island

JEL Codes: C38, Q15

Palavras-chave: Tipologia de exploração agrícola, análises de componentes principais, análises de clusters, sustentabilidade do solo, Ilha Terceira

Códigos JEL: C38, Q15

1. INTRODUCTION

The efforts to define farm typologies are quite usual (Gaspar et al., 2008) and not new (Köbrich et al., 2003). Their aim is not only to facilitate the analyses but also to support policy making. Nevertheless, because most of the data on farms are referenced to administrative entities (parishes, municipalities and regions) and not take into account the geographical differences within those areas, there is a lack of relational data that allow us to understand with more detail the associations between the local biophysical environment and the farm typologies. The lack of this connection creates serious problems in the development of agri-environmental policies.

The purpose of this paper is to develop a method to differentiate the local farming systems prevailing in Terceira Island (Azores: Portugal) and then analyze their spatial distribution across the different land suitability classes.

We assume land suitability as the fitness of a given parcel of land for a defined use (e.g. urban/touristic, horticulture, arable farming, pasture and forest). The process of land suitability classification proposed by Silveira and Dentinho (2010) comprises the grouping of specific areas of land in terms of their suitability for different combinations of uses. Their land suitability classes were defined based on the interaction of four main biophysical factors (i.e. temperature, precipitation, slope and soil capability).

Consequently, the spatial distribution of the different categories of farm typology is reported, according to the biophysical environment that vary over space (Vaz et al., 2014).

Therefore this study also intends to assess the role of the biophysical constraints - expressed through a land suitability classification system - on farm typology spatial distribution. In this case the arising question is: How do local agricultural systems depend on the biophysical environment?

2. MATERIALS AND METHODS

2.1 Area of study

Terceira Island is located in the North Atlantic Ocean, between the coordinates 38°38'–38°47'N and 27°02'–27°23'W and is one of the nine volcanic islands of the Azores archipelago. The island has an area of 402.2 km² for a total population of 56,437 inhabitants (INE, 2011). The climate is temperate oceanic, but strongly influenced by the island topography. Most of Terceira land is devoted to agriculture (mainly for grass and forage crops). Regarding forage, two main crops stand out: maize (*Zea mays*) and Italian ryegrass (*Lolium multiflorum*), both grown for silage and generally interspersed in short crop rotation. These crops support the activity of cattle livestock farming, as the animals stay outdoor all year round.

The island economy relies heavily on milk production and the industry associated with the dairy products processing. Even though, beef production has experienced significantly positive developments in recent years (INE, 2011 b).

2.2 Farm typologies

Developing a method to classify farms according to typologies is an interpretation process that reduces the number of individual cases, to a diversity expressed by a small number of types, which enable us to carry out the concerned analysis (Pardos et al., 2008). In spite of a typology being a simplification of the reality, together, the chosen variables provide a framework that bridges technological, socio-economic, environmental, policy and cultural aspects of farming (Andersen et al., 2006). So, in building models for portraying farm decision-making situations, typifying and classifying farming systems should be considered a fundamental step (Köbrich et al., 2003).

The theoretical framework defines the purpose of classification and establishes the hy

pothesis to guide the process of typification. The inputs required at the beginning are considered the researchers' previous experience and knowledge of the area, the objectives of the typification exercise and, the quantitative information that is available about the study area's agriculture (Escobar and Berdegué, 1990).

In general, the use of structural or productive characteristics (e.g. farm size, capital, labour, productive orientation, stocking rate, intensification level, soil quality, etc.) allow the discrimination among groups and the establishment of farm typologies (Escobar and Berdegué, 1990; Milán et al., 2006).

Grounded on this assumption several authors characterized the typology of farms from surveys based on structural variables, technical indicators, economic results or socio-economic characteristics, depending on their objectives (Castel et al., 2010, 2003; Gaspar et al., 2008; Gelasakis et al., 2012; Köbrich et al., 2003; Laval et al., 1998; Martínez et al., 2004; Milán et al., 2006; Pardos et al., 2008; Ruiz et al., 2008; Solano et al., 2000; Sraïri and Lyoubi, 2003).

Clearly, the 'best' typology of farms will have to show a maximum amount of heterogeneity between the types, while obtaining maximum homogeneity within particular types or categories, for it to be truly representative of the categories represented (Köbrich et al., 2003). The multi-variate statistical techniques provide a means of creating the required typologies, particularly when an exhaustive database is available (Köbrich et al., 2003) and are ideal tools for the characterization and classification of farms for one main reason: the concept of the farm system is multivariate, in the sense that its essence is the idea of several components or subsystems interacting in time and in space as well as in connection with various kinds of supra-systems (Escobar and Berdegué, 1990).

In order to undertake studies at local level, several specific farm typologies have been developed in the recent decades in the Azores. Aiming the selection of homogenous groups of farms to analyze the effects of agricultural policies, Avillez (1991) proceeded to the choice of criteria used in the identification of agricultural production systems considered most representative of S. Miguel and Terceira Islands, namely: systems based on crops, traditional production systems and livestock pro-

duction systems (dairy, mixed and beef). For this purpose, farms were grouped based on the nature of the main products, the degree of specialization of activities and their size. From the analysis of the Farm Structure Survey for the Azores, Barreira et al. (1998) identified a pattern of production units differentiation, based on three criteria: family's income resulting from holding, number of family members whose main activity occurs outside the farm and main type of labor used on the farm (family or employee). Barreira et al. (1998) also analyzed the specialization pattern for major production systems practiced in the Azores, aggregating them into three types of production systems: specialist cattle, polyculture and specialist crops.

Based on data from 113 farms from the Farm Accountancy Data Network (FADN), Enes (1999) appealed to cluster analysis to group the holdings of Terceira in five different typologies. She recorded a clear differentiation of the groups when analyzing the relationship between specialization and intensification factors, given the size of holdings. To develop a decision model for different types of farmers in the Azores, Silva (2006) adopted a typology based only on the intensity of the farming productive system.

In all cases, the reported analysis focused on a limited number of farms subject to specific inquiries. However the information provided in these surveys is not readily available to the majority of farms nor is georeferenced. So, in order to reach the largest possible number of farms, it was necessary to consider new variables in the analysis. In our study we decided to appeal for administrative variables contained in the databases of the Integrated Administration and Control System (IACS) for direct support schemes under the Common Agricultural Policy (CAP). This choice was due to the fact that IACS offers accurate and up-to-date information about the growers aid applications, processing and payments, integrated in a Geographic Information System - the Land Parcel Identification System (LPIS) - that holds the detailed land parcels annually declared by farmers.

2.3 Data collection

Terceira Island farms structure and typology were characterized for the year 2011 from a survey on the administrative data from the

Integrated Administration and Control System (IACS) for direct support schemes under the Common Agricultural Policy (CAP). IACS provide accurate and up-to-date information about grower CAP aid applications, and the respective processing and payments in the European Union. Thus, the object of this study is the CAP support requesting farms.

Even though there are 2,316 farms referenced in IACS (from a total of about 3,000 present in the island), as our goal was to anchor the typology on the territory, only the information of 1,366 holdings which had parcels identified in the aid applications was used.

The database thus formed provides a true observatory of farms in the region (status, age of operator, location, area, livestock, amounts of aids, etc.). Nevertheless, there are some limits on the use of these data (Benoteau et al.,

2010): (1) CAP does not cover all areas (e.g. arboriculture, pig, poultry, beekeeping, etc.) or farmers; (2) the statement made by the operator, whose purpose is to obtain assistance, may contain inaccuracies voluntary or not. However, these limits, which require some precautions in the interpretation, should not affect the overall quality of results.

The creation of classes for land suitability is based on the work done by Silveira and Dentinho (2010) that used GIS-based analysis to group all the combinations of four biophysical factors: average temperature, annual accumulated precipitation, slope and soil capability (Table 1); that are suitable for alternative land uses and land covers (i.e., Urban/touristic, Horticulture, Arable farming, Pasture and Forest). This methodology classifies the territory on 13 different classes (Table 2).

Table 1 Biophysical restrictions, Silveira and Dentinho, 2010

	TMP (°C)	PRC (mm)	SLO (%)	CAP (I-VII)
Urban/touristic	≥ 16	≥ 0	0-25	I-VII
Horticulture	≥ 16	≥ 1000	0-25	I-VI
Arable farming	≥ 10	≥ 750	0-15	I-IV
Pasture	≥ 12.5	≥ 1300	0-25	I-V
Forest	≥ 0	≥ 750	0-50	I-VI

Average annual temperature (TMP), annual accumulated precipitation (PRC), slope (SLO) and soil agricultural use capability (CAP)

Table 2 Areas distributed according to land suitability classes in Terceira Island

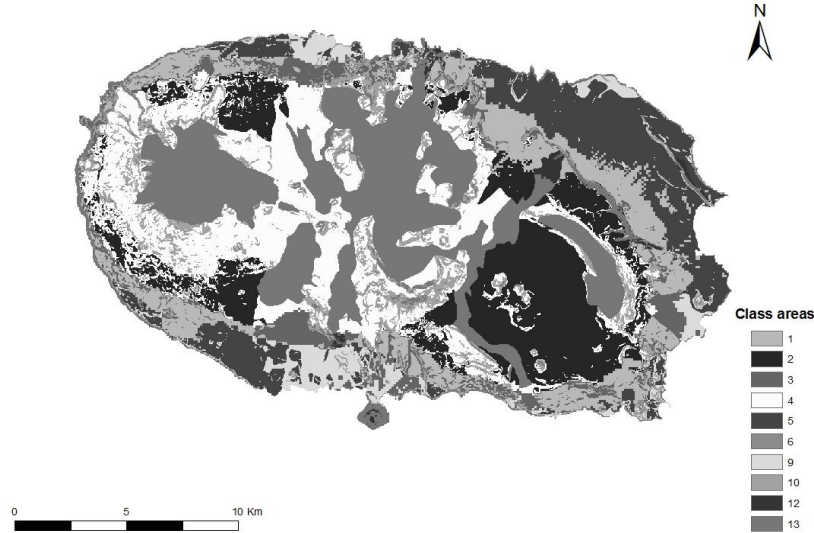
	Suitable activities ¹	Area (ha)	Area (%)
Class 1	U, H, A, P, F	4 069.25	10.14%
Class 2	A, P, F	6 393.44	15.93%
Class 3	U, H, P, F	2 295.38	5.72%
Class 4	P, F	8 294.31	20.66%
Class 5	U, H, A, F	4 824.75	12.02%
Class 6	H, A, F	2.00	0.00%
Class 7	U, A, F	0.00	0.00%
Class 8	A, F	0.00	0.00%
Class 9	U, H, F	1 687.50	4.20%
Class 10	F	3 218.88	8.02%
Class 11	U, F	0.00	0.00%
Class 12	U	245.38	0.61%
Class 13	-	9 107.25	22.69%

¹ Adapted from Silveira and Dentinho (2010): Urban and touristic (U), Horticulture (H), Arable farming (A), Pasture (P) and Forest (F).

Although class area No. 13 is not suitable for any of the activities considered, it can be related to environmental uses for water supply

or nature conservation (Silveira, 2009). Figure 1 shows the distribution of land suitable classes in Terceira Island.

Figure 1. Terceira Island land suitability map (25 x 25 m² grid)



Silveira, 2009

3. DATA ANALYSIS

The IACS data were introduced into an Excel matrix after checking for missing and abnormal data. Subsequent treatment was performed using Excel and SPSS (version 20.0) programs.

3.1 Selection of variables

We selected 64 indicators from the IACS databases. The selection was made by removing binary variables, those which were not answered in all cases, and those not supplying relevant information.

Although high correlations were found between some variables (redundant variables), we chose to consider all of them in the statistical analysis.

Variables 1 to 17 directly stem from grower aid applications, 18 to 31 are the holding land use data registered on LPIS, and 32 to 64 were retrieved from IACS processing and payment systems.

3.2 Principal component analysis

The purpose of the factor analysis is to reduce the number of variables and thus the 'dimensionality' of the problem. Factor analysis

is often used when the study variables are known to be correlated (Köbrich et al., 2003). The principal components analysis (PCA) is a form of factor analysis which first looks for a linear combination of variables that extracts maximum variance from them and then identifies a second linear combination to explain the remaining variance, leading to new orthogonal (statistically uncorrelated) variables, usually called factors. Each principal component (PC) in PCA is such a dimension, called a factor, interpreted in the category of a subset of original variables, which are mostly correlated with the principal components (Castel et al., 2010).

To eliminate the effects of differences in magnitude between the variables and those associated with the scale of measurement units, the variables were normalized before performing the statistical procedures. In this way, variables values ($X_{i,0 \text{ to } 1}$) assumed values from 0 to 1, as a proportion of the variables range:

$$X_{i,0 \text{ to } 1} = \frac{X_i - X_{Min}}{X_{Max} - X_{Min}}$$

Where:

X_i = initial value of the variable

X_{Min} = minimum value recorded for the variable

X_{Max} = maximum value recorded for the variable

With the normalized data a Varimax Rotated Principal Components Analysis on the 1,366 farms was performed. The PC variability was measured by associated eigenvalues. The first PC was associated to the higher eigenvalue. The next PCs were associated to decreasing eigenvalues. The principal component analysis supplied eight PCs that explained 81.4% of the

variance and the relative proportion of variance was: 41.5% for the first component, 17.7% for the second, 5.1% for the third, 4.6% for the fourth and 12.4% for the last 4 relevant components considered.

Table 3 gives the principal components selected on the basis of the PCA and the variance that each explained.

Table 3 Eigenvalues of the principal components (PC) and percentage of variance they explain

PC	Initial Eigenvalues			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	580.2	42.5	42.5	566.9	41.5	41.5
2	247.6	18.1	60.6	242.2	17.7	59.2
3	73.4	5.4	66.0	69.3	5.1	64.3
4	61.6	4.5	70.5	62.8	4.6	68.9
5	59.2	4.3	74.8	54.4	4.0	72.9
6	57.0	4.2	79.0	52.3	3.8	76.7
7	33.0	2.4	81.4	40.3	2.9	79.7
8	26.5	1.9	83.3	23.6	1.7	81.4

3.3 Hierarchical cluster analysis

Subsequently, the first 8 principal components of the PCA were subject of a hierarchical cluster analysis. These principal components were chosen because they represented different variables, which were linked together with collinearity.

The used cluster algorithm has been the Ward hierarchical method, which classifies farms that are similar to each other, but different from others, by maximizing intra-group homogeneity and inter-group diversity based on Euclidean distance.

Concerning the number of clusters determination, the literature does not provide fixed rules. Therefore, this decision should be based on the experience and objectivity of the researcher (Castel et al., 2010). As a result of the cluster analysis, seven groups with perfectly distanced centroids were obtained. Figure 2 shows the distribution of farms in clusters, according to the first two principal components (PC1 - Dairy production based on forage crops and PC2 - Male bovine rearing).

3.4 Farm typology: classification and description of production systems

The characteristics distinguishing the seven

groups are the following:

Group 1 - Dairy farms (50% of farms): Farms with the largest Milk Producers Premium quotas and values determined in Milk Producers Premium; largest number of applicant and checked animals for Dairy Cow Premium; largest applicant and determined areas and values for Aid for Arable Crops Producers and Dairy Cow Premium Supplement; the largest size farms in terms of Utilized Agricultural Area (UAA), forage area, Temporary Crops land use and number of cows per farm; higher proportion of fodder crops on UAA and the largest applicant area for Payments to Farmers in Areas with Handicaps.

Group 2 - Meat production farms (23% of farms): Farms with the largest number of applicant, checked and determined steers to Male Bovines Premium; largest determined number and value to Male Bovines Extensification Supplement; largest number of animals eligible for non-PGI Bovines Slaughter Premium over 8 months and a high value determined in Bovines Slaughter Premium.

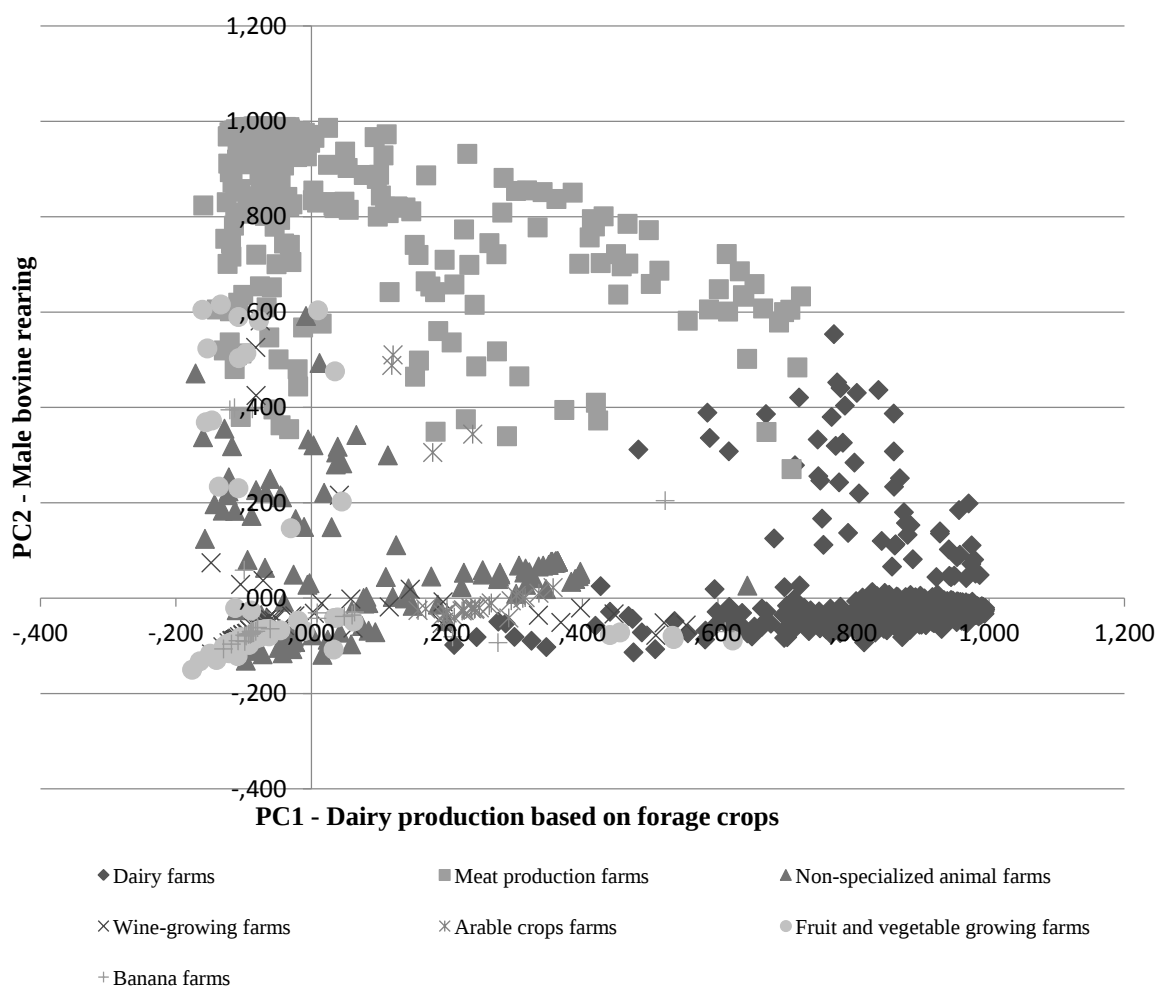
Group 3 - Non-specialized animal farms (9% of farms): Farms with the largest Suckler Cow Premium rights, largest number of applicant and checked animals in Suckler Cow Premium, and highest Suckler Cow Premium determined, as well as the largest number of animals and value determined in Suckler Cow

Extensification Supplement; largest number of applicant animals for Protection of Autochthonous Cattle Breeds Premium; high value determined in Bovines Slaughter Premium; largest number of animals eligible and value determined in the Aid for the Sale of Young Bovines out of the Azores; largest number of applicant animals and goat checked in Sheep and Goats Producers Premium; largest number of animals checked and value determined in Sheep and Goats Slaughter Premium; the larg-

est applicant area for Extensification of Livestock Production, largest permanent pastures land use areas and largest proportion of permanent pastures on UAA; lowest dairy cows proportion in the herd.

Group 4 - Wine-growing farms (5% of farms): Farms with the largest vineyards land use areas; largest applicant area in the Aids for the Maintenance and Conservation of Vineyards; the largest value determined in the Aid for Maintenance of Vineyards.

Figure 2. Farms score (PC1×PC2) by cluster membership



Group 5 - Arable crops farms (2% of farms): Farms with the largest applicant area and determined area and value in the Aid for Arable Crops Producers; high proportion of fodder crops on UAA.

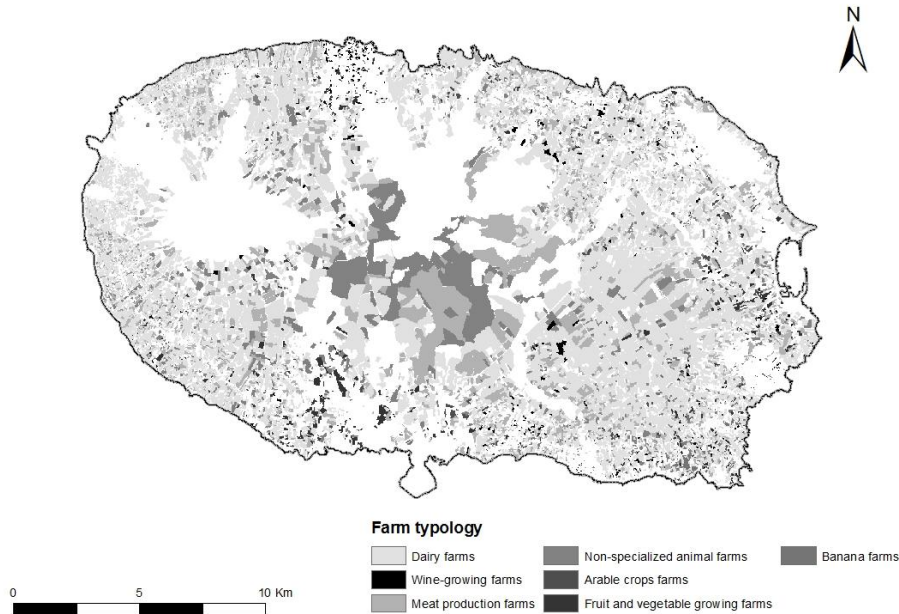
Group 6 - Fruit and vegetable growing farms (8% of farms): Farms with the largest

applicant area and determined area and value in the Aid for Producers of Fruit, Vegetables, Flowers and Ornamental Plants; larger applicant area for Banana Aid, Organic Farming Aid and Aid for Conservation of Hedgerows; largest Permanent Crops and Other Agricultural Crops land use areas.

Group 7 - Banana farms (3% of farms):
Farms with larger applicant area for Banana
Aid; largest applicant area for the Aid for Con-

servation of Traditional Orchards; largest Fruit
Orchards land use areas.

Figure 3 Shows the distribution of farms according to typology.



Terceira Island farm typology map (25 x 25 m² grid)

3.5 Distribution of farm typology categories by the different classes of land suitability

The occurrences of farm categories were computed for each land suitability class as well as their respective Location Quotients (LQ), a number derived by comparing the percentage of area of typology *i* in a land suitable class *j* with the percentage of the area of typology *i* in the total surveyed area:

$$LQ = \frac{x_{ij}/X_j}{X_i/X}$$

Where:

x_{ij} = Area of typology *i* in land suitable class *j*

X_j = Total area of land suitable class *j*

X_i = Total area of typology *i*

X = Total area

‘Dairy farms’ are the main farm category observed in all land suitable classes combinations, indicating the high level of agricultural specialization in the island. Table 4 also reveals a significant component of agricultural

marginal areas - such as areas of exclusive forest (class No. 10) or urban and touristic suitability (class No. 12), or designed for nature preservation (class No. 13) – belonging to farm systems, mainly on animal farms.

Values reached for ‘dairy farms’ in land classes combination No. 1 and 2, both suitable for arable farming, pasture and forest should be highlighted. ‘Meat production’ and ‘non-specialized animal’ farms succeed ‘dairy farm’ in terms of land occupation. They have a similar distribution pattern and their main LQ ratios occur in land class combination No. 4 only suitable for pastures and forest use, and No. 10 only suitable for forest. ‘Wine’ growing farms are particularly represented on class No. 9 and ‘Arable crops’ farms on class No. 1. ‘Banana’ and ‘Fruit and vegetables’ growing farms present higher relative distribution on classes No. 1, 3, 5 and 9, all suitable for horticulture.

The LQ ratio of non-farming areas grows along the sequence of class combination No.1, 3, 5, 9 successively less suitable for agriculture uses. The same applies in the sequence of classes No. 2, 4, 10 and 13.

Table 4 Farm categories occurrences per land suitability class, 2011 (in ha)¹

Class combination No.		1	2	3	4	5	6	9	10	12	13
Land suitability	Urban and touristic	x		x		x		x		x	
	Horticulture	x		x		x	x	x			
	Arable farming	x	x			x	x				
	Pasture	x	x	x	x						
	Forest	x	x	x	x	x	x	x	x		
Farm categories	Dairy	1934.4	4111.4	590.2	3324.7	1705.3	0.4	223.8	998.8	53.8	982
		1.37	1.85	<i>0.74</i>	1.16	1.02	<i>0.58</i>	<i>0.38</i>	<i>0.89</i>	<i>0.63</i>	<i>0.31</i>
	Meat production	454.4	807.3	165.9	1335.2	473	0	91.3	435.8	15.6	712.
		<i>1.00</i>	1.13	<i>0.65</i>	1.44	<i>0.88</i>	<i>0.00</i>	<i>0.48</i>	1.21	<i>0.57</i>	<i>0.70</i>
	Non-spec. animal	124.9	304.8	58.8	750.9	125	0	24.7	229.1	1.4	700.
		<i>0.53</i>	<i>0.82</i>	<i>0.44</i>	1.57	<i>0.45</i>	<i>0.00</i>	<i>0.25</i>	1.23	<i>0.10</i>	1.33
	Wine-growing	36.5	38.3	14.4	38.9	36.6	0	29.8	13.3	0	8.6
		1.66	1.11	1.16	<i>0.87</i>	1.41	<i>0.00</i>	3.28	<i>0.77</i>	<i>0.00</i>	<i>0.18</i>
	Arable crops	43.6	19.3	9.6	12.1	28.4	0	1.4	3.2	1.6	2.4
		3.54	<i>1.00</i>	1.38	<i>0.48</i>	1.94	<i>0.00</i>	<i>0.27</i>	<i>0.33</i>	2.15	<i>0.09</i>
	Fruit & vegetable	74.5	38.3	72.1	59	104.4	0	65.1	26.1	4.5	19.6
		1.59	<i>0.52</i>	2.72	<i>0.62</i>	1.87	<i>0.00</i>	3.34	<i>0.70</i>	1.59	<i>0.19</i>
	Banana	30.1	20.1	14.8	5.2	27.8	0	7.1	5.3	0	15.3
		2.36	<i>1.00</i>	2.06	<i>0.20</i>	1.84	<i>0.00</i>	1.34	<i>0.53</i>	<i>0.00</i>	<i>0.54</i>
	Non-farm areas	1370.9	1054.1	1369.6	2768.4	2324.1	1.6	1244.4	1507.3	168.4	666
		<i>0.73</i>	<i>0.36</i>	1.30	<i>0.73</i>	1.05	1.74	1.60	1.02	1.49	1.59
	Total	4069.3	6393.4	2295.4	8294.3	4824.8	2	1687.5	3218.9	245.4	910
		<i>1.00</i>	<i>1.00</i>	<i>1.00</i>	<i>1.00</i>	<i>1.00</i>	<i>1.00</i>	<i>1.00</i>	<i>1.00</i>	<i>1.00</i>	<i>1.00</i>

¹The number in italics is the Location Quotient (in bold LQ ratio greater than 1:1).

4. DISCUSSION

As cluster analysis allows grouping any collection of individuals or observations according to any set of variables, it is necessary to attest if the generated typology represents an observable classification and not the one imposed on the data by the cluster analysis itself (Köbrich et al., 2003).

Farm systems classified and typified as a result of multivariate analysis must be validated by comparing it with the original theoretical framework and project objectives, in contrast with the research team perception, regarding diversity of farming systems empirically observable.

Indeed, the obtained typology can be inconsistent or may be an inadequate reduction of existing real diversity (Escobar and Berdegué, 1990). To be meaningful, and useful, the classes or categories have to be related to the purposes for which they are being created; therefore, the fact that they serve the purposes for which they are intended provides the most meaningful way of testing their conceptual validity. It is also important to ensure that these groups are 'real' and not merely imposed on

the data by the method being used for classification (Köbrich et al., 2003).

On this perspective we found that the average size of 15.16 ha of utilized agricultural area (UAA) - for the 1,366 analyzed farms - is expressively greater than the average farm size of 7.8 ha UAA - for the 2,993 farms reported on the agricultural census conducted by Statistics Portugal (INE, 2011 b). This discrepancy suggests that a significant number of small farms have been excluded from the analysis carried out. It was assumed that these small farmers did not request CAP support, or were excluded from the analysis because they declared to have no area in their application forms. However, in view of the aim of the work 'Farm typology and land suitability', we consider that the seven categories found are fairly representative and it did not affect the overall quality of results.

We realize that our categories have a good adherence with the European Union classification of agricultural holdings by farming type. However when compared with the numbers of Terceira Island 2009 Agricultural Census (Table 5) the following differences were identified: 'Dairy farms' category represent 50% of

the farms, while the correspondent ‘Specialist dairying’ type only represents 23% and the ‘Arable crops’ farms category only represent 2% of farms, while the correspondent ‘Specialist field crops’ represents 10%. Considering the universes of both systems (1,366 versus 2,993 farms), the different percentages are justifiable by the fact that whereas almost all ‘Specialist dairying’ holdings apply for CAP aids, a significant part of ‘Specialist field

crops’ apparently do not. It is also emphasized the difference between the 314 farms in the ‘Meat production’ category and the correspondent number of 812 holdings registered in ‘Specialist cattle - rearing and fattening’ type of farming. This aspect can be attributed to the fact that some farmers did not apply for CAP aids or did not identify any parcels in their aid applications. Nevertheless, we strongly suspect the prevalence of the latter.

Table 5 Terceira Island 2009 Agricultural Census data (by EU types of farming)

Type of farming	Holdings		UAA ¹	
	No.	(%)	(ha)	(%)
Total Terceira Island	2.993	100	23.367	100
1. Specialist holdings	2.581	86	22.916	98
1.1. Specialist field crops	304	10	339	1
1.1.1. Specialist horticulture	71	2	130	1
- Specialist horticulture indoor	9	0	4	0
1.1.2. Specialist permanent crops	452	15	239	1
- Specialist vineyards	125	4	39	0
- Specialist fruit and citrus fruit	264	9	163	1
- Specialist olives	0	0	0	0
1.1.3. Specialist grazing livestock	1.687	56	22.144	95
- Specialist dairying	697	23	15.949	68
- Specialist cattle — rearing and fattening	812	27	4.214	18
- Cattle — dairying, rearing and fattening combined	75	3	1.156	5
- Sheep, goats and other grazing livestock	103	3	825	4
1.1.4. Specialist granivores	67	2	65	0
- Specialist pigs	24	1	45	0
- Specialist poultry	29	1	17	0
2. Mixed holdings	366	12	447	2
2.1. Mixed cropping	116	4	124	1
2.2. Mixed livestock holdings	88	3	138	1
2.3. Mixed crops — livestock	162	5	185	1
3. Non-classified holdings	46	2	5	0

(Source: SREA - Regional Statistics Service of the Azores, personal communication, July 22, 2013)

¹ Utilized agricultural area

Considering the context in which it was constructed, the typology proved to be useful to design the geographic distribution of farm categories throughout the island (information required to assess the effect of biophysical factors on farm distribution). In this regard the obtained results confirm that farms are located mainly in areas suitable for arable farming and pastures, despite also occupying other areas, including areas without any agricultural suitability.

bility.

While the more intensive dairy farms occupy, preferentially, the areas with joint suitability for arable farming, pasture and forest, the other animal holdings have a distinct pattern of occupation, with particular incidence in areas with marginal use for agriculture such as the ones suitable for pasture and forest, just forest, or even without any suitable use for man.

The ‘Wine’ and ‘Fruit and Vegetables’ gro-

wing farms categories prevail on land suitability combination areas compatible with horticulture, but without the complement of arable farming suitability, where such crops are replaced by livestock production.

The rationality of this study can also be verified by the fact that *ceteris paribus*, the weight of total farms in land use increases progressively to areas with suitability for pasture, further on for arable farming, and finally for both.

5. CONCLUSION

The methodology of Principal Component Analysis (PCA) and Cluster Analysis proved to be suitable for defining farm typologies. These typologies enabled seven homogeneous groups of farms to be considered in land-use patterns and dynamics analysis at local scale.

The use of data from the Integrated Administration and Control System for direct support schemes, under the Common Agricultural Policy, proved to be adequate to support the methodology with the benefit of being updatable annually and have a geographic expression (Vaz et al., 2012).

The spatial intersection of the found typologies with the map of land suitability confirmed that the distribution of different farm types is constrained by the biophysical factors prevailing in each zone. Consequently, the development agri-environmental policies based on spatial models for agricultural land use changes at local scale should take into account the farm types which, in turn, are dependent on the biophysical factors that vary among the territory.

REFERENCES

- Andersen, E., Verhoog, A. D., Elbersen, B. S., Godeschalk, F. E., Koole, B. (2006). *A multidimensional farming system typology*. SEAMLESS Report No. 12, EU 6th Framework Programme, contract no. 010036-2, SEAMLESS integrated project.
- Avillez, F. (1991). *Estudo de base microeconómica sobre as perspectivas de desenvolvimento da agricultura dos Açores*. Instituto Superior de Agronomia, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural.
- Barreira, M., Duarte, F., Jorge, R.F., Rodrigo, I., Santos, J.M., Santos, P. (1998). *Açores - Territórios e Agriculturas*. Instituto Superior de Agronomia, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Lisboa.
- Benoteau, G., Huchon, J.C., Piveteau, J., Galisson, B., Battais, F., Carteron, P., Desarmenien, D., Guibert, R., Bossuet, I., Daveau, B., Dimon, P., Sabatte, N., Bisson, P., Bouet, J.M., Gaboriau, L., Delannoy, M., Sarzeaud, P., Amprou, P.Y., Maignan, G., Blourde, M., Moret, E., Labzae, P., Goscianski, C., Berteaux, R., Millon, P. (2010). *Typologie des systèmes d'élevages bovin en Pays de la Loire*.
- Castel, J.M., Mađry, W., Gozdowski, D., Roszkowska-Mađra, B., Dąbrowski, M., Lupa, W., Mena, Y. (2010). Family dairy farms in the Podlasie province, Poland: farm typology according to farming system. *Spanish Journal of Agricultural Research*, 8(4), 946-961.
- Castel, J. M., Mena, Y., Delgado-Pertíñez, M., Camúñez, J., Basulto, J., Caravaca, F., Guzmán-Guerrero, J.L., Alcalde, M.J. (2003). Characterization of semi-extensive goat production systems in southern Spain. *Small Ruminant Research*, 47, 133-143.
- Enes, I.T. (1999). *Determinação da Tipologia das Explorações Agrícolas da Ilha terceira*. Relatório de Estágio da Licenciatura em Engenharia Zootécnica, Universidade dos Açores, Departamento de Ciências Agrárias, Angra do Heroísmo.
- Escobar, G., Berdegué, J. (1990). Conceptos y metodología para la tipificación de sistemas de fincas: la experiencia de RIMISP. In Escobar, G., Berdegué, J. (Eds.), *Tipificación de Sistemas de Producción Agrícola*. Red Internacional de Metodología de Investigación en Sistemas de Producción, Santiago de Chile, pp. 13-43.
- Gaspar, P., Escribano, M., Mesías, F.J., Rodriguez de Ledesma, A., Pulido, F. (2008). Sheep farms in Spanish rangelands (dehesas): Typologies according to livestock management and economic indicators. *Small Ruminant Research*, 74, 52-63.
- Gelasakis, A.I., Valergakis, G.E., Arsenos, G., Banos, G. (2012). Description and typology of intensive Chios dairy sheep farms

in Greece. *Journal of Dairy Science*, 95, 3070-3079.

INE (2011). *Censos 2011. Resultados provisórios*. Retrived December 16, 2011, from Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html

INE (2011 b). *Agricultural census 2009*. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa.

Köbrich, C., Rehman, T., Khan, M. (2003). Typification of farming systems for constructing representative farm models: two illustrations of the application of multi-variate analyses in Chile and Pakistan. *Agricultural Systems*, 76, 141-157.

Laval, G., Khanna, N.D., Faye, B. (1998). A typology of camel farming systems in Bikaner and Jaisalmer districts of Rajasthan, India. *Rev. Élev. Méd. Vét. Pays Trop.*, 51 (2), 147-154.

Martínez, E.S., García, F.G., González, P.L., Jal, A.B., Mantecón, A.R. (2004). The identification of homogeneous groups of cattle farms in the mountains of León, Spain. *Spanish Journal of Agricultural Research*, 2(4), 512-523.

Milán, M.J., Bartolomé, J., Quintanilla, R., García-Cachán, M.D., Espejo, M., Herráiz, P.L., Sánchez-Recio, J.M., Piedrafita, J. (2006). Structural characterisation and typology of beef cattle farms of Spanish wooded rangelands. *Livestock Science*, 99, 197-209.

Pardos, L., Maza, M.T., Fantova, E., Sepúlveda, W. (2008). The diversity of sheep production systems in Aragón (Spain): characterisation and typification of meat sheep farms. *Spanish Journal of Agricultural Research*, 6(4), 497-507.

Ruiz, F.A., Castel, J.M., Mena, Y., Camúñez, J., González-Redondo, P. (2008).

Application of the technico-economic analysis for characterizing, making diagnoses and improving pastoral dairy goat systems in Andalusia (Spain). *Small Ruminant Research*, 77, 208-220.

Silva, E. (2006). *Os objectivos dos agricultores dos Açores: uma abordagem multicritério*.

Silveira, P. (2009). *Aplicação de um modelo de interacção espacial no estudo da evolução do uso do solo ao longo do século XX na ilha Terceira*. Dissertação do Mestrado em Engenharia do Ambiente, Universidade dos Açores, Departamento de Ciências Agrárias, Angra do Heroísmo.

Silveira, P., Dentinho, T. (2010). Spatial interaction model of land use - An application to Corvo Island from 16th, 19th and 20th centuries. *Computers, Environment and Urban Systems*, 34, 91-103.

Solano, C., Bernués, A., Rojas, F., Joaquim, N., Fernandez, W., Herrero, M. (2000). Relationships between management intensity and structural and social variables in dairy and dual-purpose systems in Santa Cruz, Bolivia. *Agricultural Systems*, 65, 159-177.

Sraïri, M.T., Lyoubi, R. (2003). Typology of dairy farming systems in Rabat suburban region, Morocco. *Archivos de zootecnia*, 52, 47-58.

Vaz, E., Nijkamp, P., Painho, M., Caetano, M. (2012). A multi-scenario forecast of urban change: A study on urban growth in the Algarve. *Landscape and Urban Planning*, 104(2012), 201-211.

Vaz, E., De Noronha, T., Nijkamp, P. (2014). Exploratory landscape metrics for agricultural sustainability. *Agroecology and sustainable food systems*, 38(1), 92-108

ACKNOWLEDGMENTS

The authors are most grateful to the Regional Department of Agriculture and Rural Development (DRADR) of the Azores Government and the Regional Statistics Service of the Azores (SREA) for the provided data. The authors also thank Ana Rodrigues for her help in reviewing the paper.

NORMAS PARA OS ARTIGOS A SUBMETER À REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

A. Normas respeitantes à aceitação e avaliação dos artigos

1. Embora a Revista Portuguesa de Estudos Regionais (RPER) não seja membro do Committee on Publication Ethics (COPE), a sua Direção Editorial decidiu declarar a sua adesão aos princípios do Código de Conduta do COPE, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012

(<http://publicationethics.org/files/Code%20of%20conduct%20for%20journal%20editors4.pdf>).

2. Só serão em princípio aceites para avaliação na RPER artigos que nunca tenham sido publicados em nenhum suporte (outra revista ou livro, incluindo livros de Atas). Excetua-se a divulgação anterior em séries do tipo “working papers” (eletrónicas ou em papel). Outras exceções pontuais podem ser aceites pela Direção Editorial, se os direitos de reprodução estiverem salvaguardados.

3. Ao enviar uma proposta de artigo para a Revista, os autores devem renunciar explicitamente a submetê-la para publicação a qualquer outra revista ou livro até à conclusão do processo de avaliação. Para o efeito deverão sempre enviar, juntamente com o artigo que submetem, uma declaração assinada neste sentido. No caso de recusa do artigo pela Direção Editorial, os autores ficarão livres para o publicar noutra parte.

4. Os artigos submetidos à Direção Editorial para publicação serão sempre avaliados (anonimamente) por dois especialistas na área, convidados para o efeito pela Direção Editorial. Os dois avaliadores farão os comentários que entenderem ao artigo e classificá-lo-ão de acordo com critérios definidos pela Direção Editorial. Os critérios de avaliação procurarão refletir a originalidade, a consistência, a legibilidade e a correção formal do artigo. No prazo máximo de 16 semanas após a submissão do artigo, os seus autores serão contactados pela Direção Editorial, sendo-lhes comunicado o resultado da avaliação feita.

O processo de avaliação tem três desenlaces possíveis:

(1) O artigo é admitido para publicação tal como está (ou com meras alterações de pormenor) e é inserido no plano editorial da revista. Neste caso, a data previsível de publicação será de imediato comunicada aos autores.

(2) O artigo é considerado aceitável mas sob condição de serem efetuadas alterações significativas na sua forma ou nos seus conteúdos. Neste caso, os autores disporão de um máximo de 6 semanas para, se quiserem, procederem aos ajustamentos propostos e para voltarem a submeter o artigo, iniciando-se, após a receção da versão corrigida, um novo processo de avaliação.

(3) O artigo é recusado.

5. A RPER poderá organizar números especiais de natureza temática, na sequência de conferências, *workshops* ou outros eventos relevantes na sua área de interesse. Embora nestes casos o processo de avaliação dos artigos possa ser simplificado, a RPER manterá ainda assim, escrupulosamente, o princípio de revisão pelos pares de todos os artigos.

6. Excecionalmente a RPER poderá contudo publicar artigos “por convite”, ou seja não sujeitos ao crivo de revisores. A singularidade destes artigos será sempre assinalada, de forma transparente, na sua primeira página.

7. A RPER reconhece o direito dos membros da sua Direção Editorial (incluindo o seu Diretor) a submeterem artigos para publicação. Sempre que um membro da Direção Editorial é autor ou coautor de um artigo, então é necessariamente excluído do processo de revisão, em todos os seus passos, incluindo a decisão final.

8. A RPER reconhece o direito de recurso de qualquer sua decisão relativa à aceitação de um artigo para publicação. Esse recurso é endereçado ao Diretor que deverá informar toda a Direção Editorial. Os termos do recurso serão enviados aos revisores, que terão um prazo máximo de 30 dias para se pronunciarem em definitivo. No caso de não haver acordo entre os dois *referees*, a Direção Editorial tem obrigatoriamente de indicar um terceiro especialista. Não existe novo recurso, para uma segunda decisão que decorra deste processo.

9. A RPER encoraja a publicação de críticas relevantes, por outros autores, a artigos publicados nas suas páginas. Os autores criticados têm sempre a possibilidade de resposta.

10. Os *referees* estão sujeitos ao dever de confidencialidade, quer quanto ao conteúdo dos artigos que apreciam, quer quantos aos seus próprios comentários, devendo mais em geral garantir que todo o material que lhes é submetido é tratado em confiança. Será sempre enviada aos revisores a informação sobre os princípios do Código de Conduta referido em 1.

11. Uma vez o artigo aceite, e feito o trabalho de formatação gráfica prévio à sua publicação na revista, serão enviadas ao autor as respetivas provas tipográficas para revisão. As eventuais correções que este quiser fazer terão de ser devolvidas à Direção Editorial no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua receção. Só serão aceites correções de forma.

12. Ao autor e a cada um dos coautores de cada artigo aceite será oferecido um exemplar do número da Revista em que o artigo foi publicado.

13. Os originais, depois de formatados de acordo com as presentes normas, não poderão exceder as 30 páginas, incluindo a página de título, a página de resumo, as notas, os quadros, gráficos e mapas e as referências bibliográficas.

14. As propostas de artigo deverão ser enviadas por e-mail para rper.geral@gmail.com, ou pelo correio, para o Secretariado da RPER: APDR - Universidade dos Açores, Rua Capitão João d'Ávila 9700-042 Angra do Heroísmo – PORTUGAL. Para comunicação posterior o contacto com o Secretariado far-se-á pelo: e-mail: rper.geral@gmail.com.

B. Normas respeitantes à estrutura dos artigos

1. Os autores deverão enviar o artigo completo (conforme os pontos seguintes), por e-mail ou em CD-rom, para os contactos referidos no ponto 14 das Normas A.

2. Os textos deverão ser processados em Microsoft Word for Windows (versão 97 ou posterior). O texto deverá ser integralmente a preto e branco.

3. Na publicação os gráficos, mapas, diagramas, etc. serão designados por “figuras” e as tabelas por “quadros”.

4. As eventuais figuras e quadros deverão ser disponibilizados de duas formas distintas: por um lado devem ser colocados no texto, com o aspeto pretendido pelos autores. Para além disso, deverão ser disponibilizados em ficheiros separados: os quadros, tabelas e gráficos serão entregues em Microsoft Excel for Windows, versão 97 ou posterior (no caso dos gráficos deverá ser enviado tanto o gráfico final como toda a série de dados que lhe está na origem, de preferência no mesmo ficheiro e um por worksheet); para os mapas deverá usar-se um formato vetorial em Corel Draw (versão 9 ou posterior).

5. As expressões matemáticas deverão ser tão simples quanto possível. Serão apresentadas numa linha (entre duas marcas de parágrafo) e numeradas sequencialmente na margem direita com numeração entre parêntesis curvos. A aplicação para a construção das expressões deverá ser ou o Equation Editor (Microsoft) ou o MathType.

6. Salvo casos excecionais, que exigem justificação adequada a submeter à Direção Editorial, o número máximo de coautores das propostas de artigo é quatro. Só deverão ser considerados autores os que contribuíram direta e efetivamente para a pesquisa refletida no trabalho.

7. O texto deve ser processado em página A4, com utilização do tipo de letra Times New Roman 12, a um espaço e meio, com um espaço após parágrafo de 6 pt. As margens superior, inferior, esquerda e direita devem ter 2,5 cm.

8. A primeira página conterá exclusivamente o título do artigo, em português e em inglês, bem como o nome, morada, telefone, fax e e-mail do autor, com indicação das funções exercidas e da instituição a que pertence. No caso de vários autores deverá aí indicar-se qual o contacto para toda a correspondência da Revista. Deve ser também incluída na primeira página uma nota sobre as instituições financiadoras da investigação que conduziu ao artigo. Este nota é obrigatória quando pertinente.

9. A segunda página conterá unicamente o título e dois resumos do artigo, um em português e outro inglês, com um máximo de 800 caracteres cada, seguidos de um parágrafo com

indicação, em português e inglês, de palavras-chave até ao limite de 5, e ainda 2 a 5 códigos do Journal of Economic Literature (JEL) apropriados à temática do artigo, a 3 dígitos, como por exemplo R11. Os títulos, os resumos, as palavras-chave e os códigos JEL são obrigatórios.

10. Na terceira página começará o texto do artigo, sendo as suas eventuais secções ou capítulos numerados sequencialmente utilizando apenas algarismos (não deverão utilizar-se nem letras nem numeração romana).

11. Cada uma das figuras e quadros deverá conter uma indicação clara da fonte e ser, tanto quanto possível, compreensível sem ser necessário recorrer ao texto. Todos deverão ter um título e, se aplicável, uma legenda descritiva.

12. A forma final das figuras e quadros será da responsabilidade da Direção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

C. Normas respeitantes às referências bibliográficas

1. A “Bibliografia” a apresentar no final de cada artigo deverá conter exclusivamente as citações e referências bibliográficas efetivamente feitas no texto.

2. Para garantir o anonimato dos artigos, o número máximo de citações de obras do autor do artigo (ou de cada um dos seus coautores) é três e não são permitidas expressões que possam denunciar a autoria tais como, por exemplo, “conforme afirmámos em trabalhos anteriores (cfr. Silva (1998:3))”.

3. O estrito cumprimento das normas à frente só é obrigatório na versão final dos artigos, após aceitação. Ainda assim, recomenda-se

fortemente a sua adoção em todas as versões submetidas.

4. Os autores citados ao longo do texto serão indicados pelo apelido seguido, entre parêntesis curvos, do ano da publicação, de “:” e da(s) página(s) em que se encontra a citação. Por exemplo: ao citar-se “Silva (2003: 390-93)”: está-se a referir a obra escrita em 2003 pelo autor “Silva”, nas páginas 390 a 393. Deverá usar-se “Silva (2003: 390-93)” e não “SILVA (2003: 390-93)”. No caso de uma mera referência do autor bastará indicar “Silva (2003)”.

5. No caso de o mesmo autor ter mais de um trabalho do mesmo ano citado no artigo, indicar-se-á a ordem da citação, por exemplo: Silva (2003a: 240) e Silva (2003b: 232).

6. As referências bibliográficas serão listadas por ordem alfabética dos apelidos dos respetivos autores no fim do manuscrito. O nome será seguido do ano da obra entre parêntesis, e da descrição conforme com a seguinte regra geral:

Monografias: Silva, Hermenegildo (2007a), *A Teoria dos Legumes*, Coimbra, Editora Agrícola

Coletâneas: Sousa, João (2002), “Herbicidas e estrumes” in Cunha, Maria (coord.), *Teoria e Prática Hortícola*, Lisboa, Quintal Editora, pp. 222-244

Artigos de Revista: Martins, Vicente (2009), “Leguminosas Gostosas”, *Revista Agrícola*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

7. A forma final das referências bibliográficas será da responsabilidade da Direção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

NORMS FOR THE SUBMISSION OF PAPERS TO THE PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

A. Norms concerning papers submission and evaluation

1. Although the Portuguese Review of Regional Studies (RPER) is not a member of the Committee on Publication Ethics (COPE), its Editorial Board decided to adhere to the principles of the COPE Code of Conduct, from January 1st 2012 onwards:
(<http://publicationethics.org/files/Code%20of%20conduct%20for%20journal%20editors4.pdf>).

2. In principle, only papers that have never been published (in another journal or book, including conference Proceedings) can be considered for publication in RPER. The previous publication in a series of “working papers” (electronic or paper format) is an exception to this rule. The Editorial Board may agree with other sporadic exceptions, when copyrights are secured.

3. When a paper is submitted to RPER, authors must explicitly state that it will not be submitted for publication in any other journal or book until the reviewing process is completed. For this purpose, a signed declaration must be sent along with the paper. If the paper is rejected by the Editorial Board, the authors are free to publish it anywhere else.

4. Papers submitted for publication will always be reviewed (anonymously) by two experts in the area, invited by the Editorial Board. Both referees will offer their comments and classify it in accordance with the criteria defined by the Editorial Board. The reviewing criteria include originality, consistency, readability and the paper’s formal correction. The authors will be informed by the Editorial Board of the results of the evaluation within 16 weeks of its receipt. The assessment has three possible outcomes:

(1) The paper is accepted for publication just as it is (or with minor changes) and it is included in the editorial plan. In this case, the authors are immediately informed of the expected publication date.

(2) The paper is considered acceptable provided that major changes are made to its form

or contents. In this case, authors will have a maximum of six weeks to make such changes and to submit the paper again. Once the revised version is received, a new assessment process starts.

(3) The paper is refused.

5. RPER may organize special issues on specific themes, following conferences, workshops, or other events relevant in its area of interest. Although, in these cases, a simplifying shorter reviewing process may be adopted, the principle of peer-review selection will always be preserved.

6. Exceptionally, RPER may publish articles “by invitation”, meaning that they are not subject to the reviewing process. These outstanding articles, however, are always clearly signaled as such in their front page.

7. RPER acknowledges the right of the members of its Editorial Board (including its Director) to submit papers to the journal. When an author or co-author is also a member of the Editorial Board, he/she is excluded from the reviewing process in all its stages, including the final decision.

8. RPER acknowledges the authors’ right of appeal on any publishing decision of the Editorial Board. That appeal is made to the Director of RPER that will inform the Editorial Board. The new arguments will be sent to the reviewers, asking for a final judgment within a 30-day term. In case of disagreement between the two referees, the Editorial Board is compelled to appoint a third reviewer. There is no further appeal for a second decision ensuing this process.

9. RPER positively welcomes cogent criticism on the works it publishes. Authors of criticized material will have the opportunity to respond.

10. Reviewers are required to preserve the confidentiality on the contents of the papers and on their comments, and requested, more generally, to handle all the submitted material in confidence. Proper information on the principles of the Code of Conduct referred in 1. will always be provided to the reviewers.

11. Once the paper has been accepted and formatted for publishing, it will be sent to the

author for graphics checking and revision. Any corrections the author might want to make must be sent to RPER within five days. Only formal corrections will be accepted.

12. Each author and co-author of accepted papers will be offered a number of the published issue

13. Articles cannot exceed 30 pages after being formatted according to the present norms, including the title page, the summary page, notes, tables, graphics, maps and references.

14. Papers must be sent, by e-mail to rper.geral@gmail.com or by normal mail, to the Secretariat of RPER: APDR - Universidade dos Açores, Rua Capitão João d'Ávila, 9700-042 Angra do Heroísmo – PORTUGAL. For future contact please use the e-mail address: rper.geral@gmail.com.

B. Norms concerning papers structure

1. The authors must send a complete version of the paper by e-mail or on a CD-Rom by mail, in the original Microsoft Word file, to the contacts specified in point 14 of Norms (A).

2. Texts must be processed in Microsoft Word for Windows (97 or later version). All written text must be black.

3. Graphics, maps, diagrams, etc. shall be referred to as “Figures” and tables shall be referred to as “Tables”.

4. Figures and Tables must be delivered in two different forms: inserted in the text, according to the author's choice, and in a separate file. Tables and graphics must be delivered in Microsoft Excel for Windows 97 or later. Graphics must be sent in both the final form and accompanied by the original data, preferably in the same file (each graphic in a different worksheet). Maps must be sent in a vector format, like Corel Draw or Windows Metafile Applications.

5. Mathematical expressions must be as simple as possible. They will be presented on one line (between two paragraph marks) and numbered sequentially at the right margin, with numeration inside round brackets. Equation Editor (Microsoft) or Math Type are the accepted Applications for original format files.

6. The paper must have no more than four co-authors. Exceptions may be accepted when

a reasonable explanation is presented to the Editorial Board. Authorship must be limited to actual and direct contributors to the conducted research.

7. Text must be processed in A4 format, Times New Roman font, size 12, line space 1.5 and 6 pt space between paragraphs. The upper, lower, left and right margins must be set to 2.5 cm.

8. The first page shall contain only the paper's title, the author's name, address, phone and fax numbers and e-mail, and the author's affiliation. In the case of several authors, please indicate the contact person for correspondence. A remark on funding institutions of the research or related work leading to the article – that is compulsory when it applies – must be placed as well in this first page.

9. Second page shall contain the title and the abstract of the paper, in English and, if possible, in Portuguese as well, with no more than 800 characters, followed by two lines, one with the keywords to a limit of 5, and the other with the proper Journal of Economic Literature (JEL) codes describing the paper. JEL codes must be from 2 up to 5, with three digits, as for example R11. The title, the abstract, the keywords and the JEL codes area all compulsory, at least in English.

10. Text starts on the third page. Sections or chapters are numbered sequentially using Arabic numbers only (letters or Roman numeration must not be used).

11. Figures and Tables must contain a clear source reference. These shall be as clear as possible. Each must have a title and, if applicable, a legend.

12. The final format of Figures and Tables will be of the responsibility of the Editorial Board, who will allow some adjustments, whenever necessary.

C. Norms concerning bibliographic references

1. The references listed at the end of each paper shall only contain citations and references actually mentioned in the text.

2. To ensure the anonymity of papers, each author's self references are limited to three and no expressions that might betray the authorship are allowed (for example, “as we affirmed in previous works (cfr. Silva (1998:3))”).

3. Although their meeting in preliminary versions is recommendable, the bibliographic norms below are mandatory for the final (accepted) version only.

4. Authors cited in the text must be indicated by his/her surname followed, within round brackets, by year of publication, by “:” and by the relevant page number(s). For example, the citation “Silva (2003: 390-93)”, refers to the work written in 2003 by the author Silva, on pages 390 to 393. If the author is merely mentioned, indication of “Silva (2003)” is sufficient.

5. In case an author has more than one work from the same year cited in the paper, citation must be ordered. For example: Silva (2003a: 240) and Silva (2003b: 232).

6. References must be listed alphabetically by authors' surnames, at the end of the manuscript. The name will be followed by year of publication inside round brackets and the description, thus:

Monographs: Silva, Hermenegildo (2007a), *The Vegetables Theory*, Cambridge, Agriculture Press

Collection: Sousa, João (2002), “Weed Killers and Manure” in Cunha, Maria (coord.), *Farming - Theories and Practices*, London, Grassland Publishing Company, pp. 222-244

Journal Papers: Martins, Vicente (2009), Tasty Broccoli, *Farmer Review*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

7. The final format of the references will be the responsibility of the Editorial Board, who will allow adjustments whenever necessary

ÍNDICE

- 5** Modelos Regionais de Governança da Sustentabilidade: Uma Análise às Primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial em *Portugal*
Ricardo Cunha Dias
Paulo Castro Seixas

- 21** Análisis de los Estudios Referentes a los Impactos del Turismo Creativo Indexados en la Base Scopus y WoS
José Álvarez-García
Claudia Patricia Maldonado-Erazo
María de la Cruz del Río-Rama
María Dolores Sánchez-Fernández

- 33** The Gloomy Side of Entrepreneurship: Poverty and Entrepreneurship in Portuguese Municipalities
Bárbara Tibério
Aurora A.C. Teixeira

- 55** A Sustentabilidade da Educação Enquanto Fator Promotor do Desenvolvimento Local: Reflexões a Partir do Estudo de Caso de um Município do Baixo Alentejo
Sandra Saúde
Sandra Lopes
Filomena Machado

- 71** A Contribuição Socioeconômica e Ambiental de um Porto Público e um Porto Privado Para a Região do Entorno do Vale Do Itajaí – Brasil
Elaine Cristina Arantes, PhD
Adriano Stadler, PhD
Jakson Renner Rodrigues Soares, PhD
Jansen Maia del Corso, PhD

- 85** Farm Typology and Land Suitability in Terceira Island (Azores:Portugal)
João Reis
Tomaz Dentinho

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS
PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

2018 2º Quadrimestre | nº 48 | Avulso €15

ISSN 1645-586X



9 771645 586006